

ÉRICA TAVARES DA SILVA

**MERCADO DE TRABALHO EM MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE:
A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social (ENCE/IBGE) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social – Demografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Suzana Cavenaghi

Co-orientador: Prof^o Dr^o José Eustáquio Alves

Rio de Janeiro, março de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

BANCA EXAMINADORA

Suzana Cavenaghi
ENCE / IBGE

José Eustáquio Diniz Alves
ENCE / IBGE

Simone Wajnman
CEDEPLAR / UFMG

Alicia Bercovich
IBGE

Rio de janeiro, março de 2006

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus; e a todos que, de alguma forma, me deram força e me apoiaram nessa caminhada.

Agradeço aos meus pais, pela força constante, pela dedicação e amor infinitos; a toda minha família pela paciência, em especial, a Tia Néa, por seu carinho e preocupação.

Agradeço a Thiago, que foi uma grande companhia, pelo apoio incondicional e por suas palavras de incentivo, especialmente nos momentos de dificuldade e desalento.

Aos meus amigos, meu agradecimento oportuno, pela compreensão e força. Agradeço ao Prof. Ailton Mota de Carvalho, pela ajuda profissional e por seus conselhos.

Aos colegas da ENCE, a toda turma de 2004 e demais colegas, por essa caminhada tão interessante e pela acolhida. Agradeço especialmente a Leonardo, por lutar junto comigo em muitas ocasiões e pelo auxílio em diversos momentos, assim como ao Juciano, por sua presteza. Agradeço a Vanessa, que foi uma companhia essencial e grande amiga. Agradeço também a Bia, que prontamente me auxiliou no tratamento com os dados.

Aos meus orientadores, Prof^a Suzana Cavenaghi e Prof^o José Eustáquio Diniz Alves, participantes especiais dessa formação, agradeço por suas críticas e sugestões. Enfim, a todos os professores, funcionários e colegas da ENCE, meu agradecimento.

RESUMO

O contexto de crescimento econômico recente da Região Norte Fluminense, promovido essencialmente pela instalação de um pólo petrolífero na região, conhecida como Bacia de Campos, se apresenta como cenário importante de análise dessas transformações nas relações no mercado de trabalho de homens e mulheres. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise a partir da população dos municípios de Campos e Macaé e sua inserção no mundo do trabalho, utilizando os microdados do Censo Demográfico de 2000. Essa análise terá como fio condutor um estudo por sexo, questionando se há diferenças significativas na participação de homens e mulheres no mundo do trabalho nas duas cidades, uma vez que estas apresentam quadro de desenvolvimento e atividades econômicas diferenciadas. Além disso, analisamos também a população que se desloca para esses municípios com frequência para trabalhar ou estudar. Os resultados indicam que os municípios de Campos e Macaé apresentam algumas semelhanças recorrentes em outros contextos, por exemplo, quanto ao nível de instrução e quanto aos rendimentos. No entanto, algumas diferenças puderam ser apreendidas: os diferenciais de rendimento por sexo são maiores em Campos do que em Macaé; as diferenças no que se refere à participação nos setores da atividade estão mais relacionadas com a própria dinâmica da atividade econômica dos municípios. De modo geral, o crescimento da demanda por mão-de-obra abre maiores oportunidades de trabalho para as mulheres, no entanto, mesmo em Macaé, muito mais dinâmica economicamente, essa inserção ainda ocorre para setores segregados por sexo, onde as mulheres estão mais representadas nas menores faixas de rendimento e em ocupações com menos prestígio e poder de decisão.

ABSTRACT

The context of the recent economic development of the North region of Rio de Janeiro state, has been promoted essentially by the installation of a petroliferous basin in the region, known as Campos Basin, presents itself as an important scenario for the analysis of changes in the job market of men and women. The main purpose of this research is to analyze the population of the municipalities of Campos dos Goytacazes and Macaé and its insertion in the job market by utilizing the 2000 Demographic Census microdata. The analysis take into account data by sex as leader line, and inquiry whether there are significant differences between men and women's contribution in the job market in these cities, since the cities present significant differences regarding levels of development and economic activities. Additionally, we analyze the population that commutes frequently to both of these cities to work or to study. The results indicate that Campos and Macaé cities have some recurring similarities concerning level of education and income. Nonetheless some differences were still noticed, such as, the differences of men and women's income are much larger in Campos city than in Macaé. The differences with reference to the participation by economic sector are more related to the own dynamic of the economical activities of these cities. The increasing demand for labor force opens more opportunities of job to women, nevertheless, even in Macaé city, which is much more dynamic economically, this insertion still occurs to segregated occupations, where women are more represented in the lower income, less prestigious and powerlessness jobs.

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1.1 – População Residente e Taxa de Crescimento - Estado do Rio de Janeiro e Mesorregiões	17
Tabela 1.2 – Taxa de Crescimento Anual dos Grupos Etários - Região Norte Fluminense	26
Tabela 1.3 – Distribuição da População Residente e Densidade Demográfica – Região Norte Fluminense 1980, 1991 e 2000	27
Tabela 1.4 – Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento Populacional – Região Norte Fluminense – 1991/2000	29
Tabela 1.5 – Indicadores Demográficos – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000	32
Tabela 1.6 – Saldos e Taxas Líquidas de Emigração e Imigração e Índice de Eficácia Migratória – 2000	33
Tabela 1.7 – Percentual de Pessoas que vivem em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos - Municípios da Região Norte Fluminense - 1991 e 2000	36
Tabela 1.8 – Número de médicos residentes por mil habitantes - Municípios da Região Norte Fluminense - 1991 e 2000	38
Tabela 1.9 – Acesso ao ensino – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000	39
Tabela 1.10 – Renda per capita e Índice de Gini – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000	40
Tabela 1.11 – Componentes do IDH Municipal – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000	41
Tabela 1.12 – PIB Municipal a Preços do Ano Anterior, Região Norte Fluminense e Municípios – 2000/2003	44
Tabela 1.13 – Distribuição Percentual dos Valores dos Royalties – Municípios da Região Norte Fluminense (em R\$ 1.000,00)	46
Tabela 1.14 – Distribuição Relativa das Unidades Locais por Setor de Atividade – 2002	49
Tabela 1.15 – Unidades Locais por Setor de Atividade, Região Norte Fluminense – 1996 a 2002	50
Tabela 1.16 – Unidades Locais de Alguns Setores Selecionados - Municípios da Região Norte Fluminense 2002	51

Capítulo 3

Tabela 3.1 – Indicadores de Participação Econômica, Brasil – 1976 a 2002	73
Tabela 3.2 – Distribuição da PEA Masculina e Feminina por Escolaridade, Brasil – 1993 a 2002	74
Tabela 3.3 – Distribuição da População e Taxa de Crescimento Populacional, Campos e Macaé – 2000	77
Tabela 3.4 – Distribuição dos grupos etários, Taxa de dependência demográfica (TDD) e Índice de envelhecimento (IE) segundo o sexo, Campos e Macaé – 2000	80
Tabela 3.5 – Condição de Atividade da População de Campos e Macaé – 2000	88
Tabela 3.6 – Condição de Atividade segundo sexo, Campos e Macaé – 2000	89

Tabela 3.7 – Distribuição das Taxas de Atividade segundo Posição na Família, Campos e Macaé – 2000	96
Tabela 3.8 – Taxa de Atividade Feminina, Campos e Macaé – 2000	98
Tabela 3.9 – Homens e Mulheres Economicamente Ativos por Naturalidade, Campos e Macaé – 2000	98
Tabela 3.10 - Homens e Mulheres Economicamente Ativos segundo Tempo de Residência, Campos e Macaé – 2000	99

Capítulo 4

Tabela 4.1 – População não-residente que trabalha ou estuda em Campos e Macaé por sexo – 2000	102
Tabela 4.2 – Distribuição da População segundo posição na ocupação, Campos e Macaé – 2000	105
Tabela 4.3 – Distribuição da População que trabalha em Campos e Macaé por posição na ocupação – 2000	107
Tabela 4.4 – Distribuição da População Residente Ocupada segundo Grupos de Atividade e Sexo, Campos e Macaé – 2000	114
Tabela 4.5 – Distribuição da População Não-Residente Ocupada segundo Grupos de Atividade e Sexo, Campos e Macaé – 2000	116
Tabela 4.6 – Distribuição da População residente ocupada por grupos ocupacionais segundo o sexo, Campos e Macaé - 2000	117
Tabela 4.7 – Distribuição da População Residente Ocupada por Anos de Estudo segundo o Sexo, Campos e Macaé – 2000	119
Tabela 4.8 – Distribuição da População que trabalha ou estuda em Campos e Macaé por anos de estudo – 2000	120
Tabela 4.9 – Distribuição da População Residente Ocupada segundo sexo e rendimento, Campos e Macaé – 2000	123
Tabela 4.10 – Rendimento médio e Média de horas trabalhadas de homens e mulheres residentes, Campos e Macaé – 2000	124
Tabela 4.11 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento por Horas Semanais Trabalhadas e Sexo, Campos – 2000	126
Tabela 4.12 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento por Horas Semanais Trabalhadas e Sexo, Macaé – 2000	126
Tabela 4.13 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ - por sexo e idade, Campos – 2000	127
Tabela 4.14 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ - por sexo e idade, Macaé – 2000	128
Tabela 4.15 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ segundo sexo e anos de estudo, Campos – 2000	129
Tabela 4.16 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ segundo sexo e anos de estudo, Macaé – 2000	129
Tabela 4.17 – População Residente: Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Campos - 2000	131
Tabela 4.18 – População Residente: Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Macaé - 2000	132

Tabela 4.19 – Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Trabalhadores* não-residentes em Campos - 2000	133
Tabela 4.20 – Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Trabalhadores* não-residentes em Macaé - 2000	134
Tabela 4.21 – Distribuição da População que trabalha ou estuda em Campos – Município de residência – 2000	135
Tabela 4.22 – Distribuição da População que trabalha ou estuda em Macaé – Município de residência – 2000	136
Tabela 4.23 – População que reside e trabalha em Campos e Macaé – 2000	137
Tabela 4.24 – Distribuição da População que reside e trabalha em Campos por Sub-setores de atividade – 2000	138
Tabela 4.25 – Distribuição da População que reside e trabalha em Macaé por Sub-setores de atividade – 2000	139

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 1

Gráfico 1.1 – Pirâmides Etárias, Região Norte Fluminense – 1980, 1991 e 2000	23
Gráfico 1.2 – Distribuição dos Grupos Etários, Região Norte Fluminense, 1980, 1991 e 2000	25

Capítulo 3

Gráfico 3.1 – Pirâmides Etárias – Campos dos Goytacazes – 1970/2000	81
Gráfico 3.2 – Pirâmides Etárias – Macaé – 1970/2000	82
Gráfico 3.3 – Taxa de Atividade Econômica, Municípios de Campos e Macaé – 2000	91
Gráfico 3.4 – Taxa de Atividade Econômica por Sexo, Municípios de Campos e Macaé – 2000	92
Gráfico 3.5 – População Total, PEA e Ocupados por Sexo (%), Campos e Macaé, 2000	94

Capítulo 4

Gráfico 4.1 – Estrutura Etária da População não residente que trabalha ou estuda em Campos – 2000	103
Gráfico 4.2 – Estrutura Etária da População não residente que trabalha ou estuda em Macaé – 2000	104
Gráfico 4.3 – Distribuição da população residente ocupada por idade e posição na ocupação segundo sexo, Campos e Macaé – 2000	109
Gráfico 4.4 – Distribuição da População Residente Ocupada por Grupos de Atividade (%), Campos e Macaé – 2000	111
Gráfico 4.5 – Taxa de Ocupação da População Residente por Anos de Estudo segundo o Sexo, Campos e Macaé - 2000	118
Gráfico 4.6 – Proporção de Homens e Mulheres residentes segundo tamanho de jornada de trabalho semanal, Campos e Macaé – 2000	125

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I – Uma Caracterização Regional do Norte Fluminense.....	15
1.1. Desenvolvimento e Recentes Transformações na Região Norte Fluminense: Campos Historicamente Influyente e Macaé Em Ascensão.....	18
1.2. Dinâmica Demográfica.....	21
1.3. Indicadores Sócio-Econômicos.....	36
1.4. Estrutura econômica – os royalties e os setores de atividade.....	45
Capítulo II – Questões de Gênero e Mercado de Trabalho.....	54
2.1. Construção do feminino e do masculino: Aspectos teóricos.....	55
2.2. As mudanças conceituais recentes na coleta de dados sobre mercado de trabalho....	62
2.3. Gênero e medição da atividade econômica.....	68
Capítulo III – População e Mercado de Trabalho em Campos e Macaé.....	71
3.1. Estrutura Populacional em Campos e Macaé.....	76
3.2. População e Trabalho: A participação de homens e mulheres.....	83
3.3. Família e Participação de Homens e Mulheres no Mundo do Trabalho.....	95
3.4. Migração e Trabalho em Campos e Macaé.....	98
Capítulo IV - A Força de Trabalho por Sexo: População Residente e Deslocamento Populacional Temporário em Campos e Macaé.....	101
4.1. Diferenças salariais: rendimentos e jornada de trabalho de Homens e Mulheres.....	121
4.2. Origem do Deslocamento: População Não-residente em Campos e em Macaé.....	135
Conclusão.....	142
Referências Bibliográficas.....	150

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho, de um modo geral, é uma das atividades sociais mais influenciadas pelas transformações econômicas. As mudanças institucionais e econômicas afetam profundamente a participação da população em alguma atividade produtiva. Relacionando população, trabalho e as diferenças de inserção de homens e mulheres, este estudo trabalha com a temática da diversificação da atividade econômica e com a noção de gênero, mediante as mudanças no mundo do trabalho.

Sendo assim, o processo de desenvolvimento de uma sociedade está atrelado à industrialização crescente no contexto de suas atividades produtivas. Esse processo, em linhas gerais, faz diminuir a participação das atividades agrícolas simultaneamente a um aumento das atividades industriais e de serviços. A questão da inserção da população segundo o sexo nessas transformações também apresenta algumas mudanças. A participação dos homens na indústria é elevada, enquanto no setor de serviços as mulheres têm mais oportunidades.

O aumento da participação feminina na atividade econômica tem crescido consideravelmente, segundo Lavinias (2000), além desse crescimento, outra tendência é o melhor desempenho das mulheres na disputa por melhores postos de trabalho. Entretanto, algumas permanências também podem ser verificadas, como aponta Bruschini (2000), segundo a qual, as trabalhadoras continuam tendo na prestação de serviços as maiores possibilidades de trabalho. Sobre a idade, Bercovich (2004), destaca que na condição de inatividade e desemprego, os jovens se destacam, em maior medida ainda, as jovens, revelando uma dupla situação de ser jovem e mulher. Além disso, vivendo em um país marcado pela desigualdade na distribuição de renda, as mulheres ainda formam um grupo

bastante atingido pelos diferenciais de rendimento, estando numa situação aquém dos homens (Machado, Oliveira e Wajnman, 2005). Já como uma mudança significativa está o aumento da escolaridade feminina, revelando uma reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX (Beltrão e Alves, 2004).

Todas estas questões referentes a idade, educação e especialmente rendimento, tratadas por estes autores, e que estão estreitamente ligadas ao mundo do trabalho, serão consideradas neste estudo dentro do contexto de crescimento econômico recente da Região Norte Fluminense, promovido essencialmente pela instalação de um pólo petrolífero na região, conhecida como Bacia de Campos, sendo as empresas localizadas em Macaé. Estes temas ainda serão abordados a partir de um enfoque de gênero.

No primeiro capítulo, apresentamos uma caracterização da Região Norte Fluminense e seus municípios, buscando apontar aqueles que mais se destacam em alguns indicadores demográficos e sócio-econômicos. Utilizamos dados diversos dos Censos Demográficos do IBGE, nos anos de 1980, 1991 e 2000; e também informações de 1991 e 2000 contidas no Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a fim de apreender as mudanças ocorridas na região como um todo. Para os dados referentes às unidades locais da atividade econômica, usamos o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), que trabalha com níveis de desagregação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para o PIB e os royalties dos municípios da região, trabalhamos com dados do Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) e da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Já apresentando uma análise teórica da temática de estudo, no segundo capítulo, contextualizamos brevemente os estudos referentes à questão de gênero e o desenvolvimento

deste conceito como forma de analisar a relação entre os sexos. Apresentamos a relação entre os estudos de gênero e mercado de trabalho, a partir de algumas evidências que já têm sido discutidas neste campo de análise. Além disso, tratamos também sobre as mudanças recentes na coleta de informações sobre o mercado de trabalho e o que tem sido discutido neste sentido, abordando as transformações que ocorreram na forma de coletar os dados referentes à participação da população em alguma atividade econômica.

No terceiro capítulo, trabalhamos com os Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, analisando a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho destes municípios, entendendo que o mundo do trabalho tem sido um reflexo das mudanças de comportamento e de desempenho dos papéis de homens e mulheres na sociedade brasileira em geral. Essa análise será realizada a partir da população dos municípios e sua inserção no mundo do trabalho no ano 2000, tendo como fio condutor um estudo por sexo. Apresentamos a dinâmica demográfica dos municípios, a inserção na família e a participação na atividade econômica, além da questão da migração e do deslocamento, característica considerável na análise do mercado de trabalho na Região Norte Fluminense.

Para a análise do terceiro e do quarto capítulo, utilizamos os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Utilizam-se variáveis referentes à posição na ocupação, à inserção de homens e mulheres nos setores de atividade, ao rendimento e jornada de trabalho, aos anos de estudo e idade, e à posição na família.

No quarto capítulo, realizamos uma análise por sexo da população já ocupada. Fazemos uma comparação, que consideramos ser complementar ao já exposto em linhas gerais no capítulo III, trabalhando com a população residente e a não-residente nos municípios, mas que se desloca para trabalhar ou estudar nestes, considerando os diferenciais e as similaridades

entre os residentes e os não-residentes em Campos e Macaé, a partir das variáveis apontadas. Entendemos ser uma análise relevante, uma vez que a região é caracterizada pela intensa migração, e também por deslocamentos diários, mediante as transformações na atividade econômica com a chegada da indústria petrolífera.

CAPÍTULO I – UMA CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

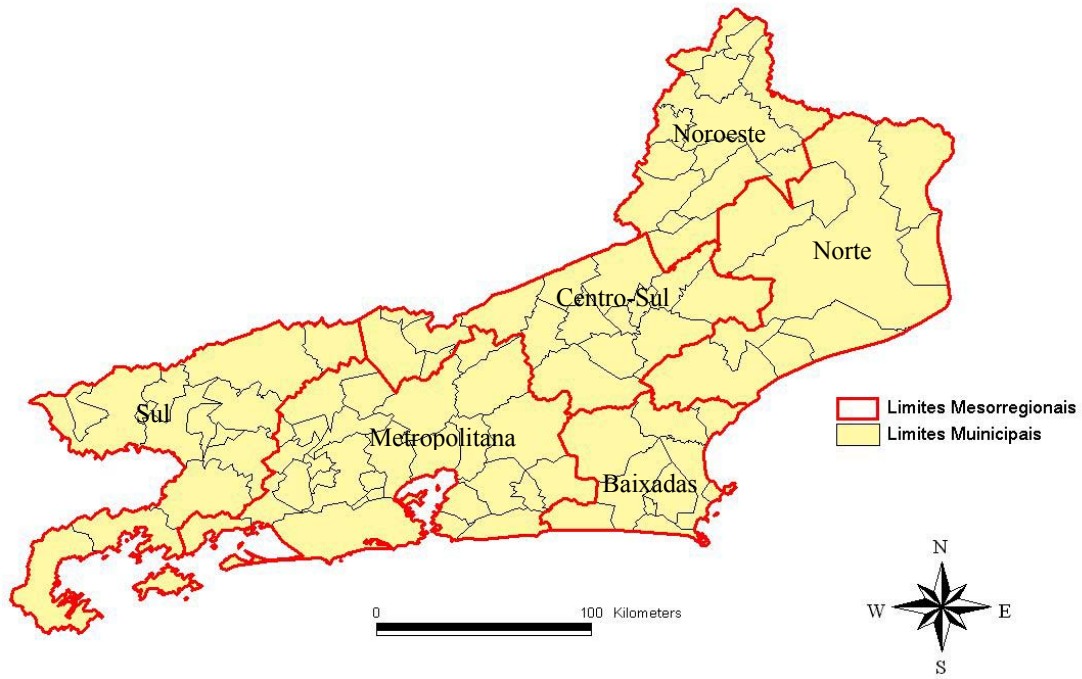
Mudanças recentes de caráter social, econômico e demográfico nos últimos anos se encontram entrelaçadas, dimensionando novas características dos espaços e das sociedades. No Estado do Rio de Janeiro, essas transformações são bem evidentes, expressando também diferenças peculiares no interior do próprio estado. Além disso, as mudanças na configuração populacional e no perfil dos grupos etários também têm forte relação com todo o conjunto de processos sociais, econômicos e políticos; algumas dessas mudanças se manifestam geralmente com certa antecedência no Estado do Rio. A nova configuração das atividades econômicas das últimas décadas também tem imprimido grandes transformações na dinâmica populacional do estado. Com um território de 43.909 Km², a população fluminense em 2000 era de 14.391.282 habitantes.

Apresentamos neste capítulo uma caracterização da Região Norte Fluminense com todos os seus municípios, a fim de apontar aqueles que mais se destacam em alguns indicadores demográficos e sócio-econômicos, traçando assim uma panorama da dinâmica sócio-demográfica da região.

A divisão do território fluminense apresenta seis mesorregiões geográficas¹, que são Baixadas, Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense e Sul Fluminense (Mapa 1).

¹ As mesorregiões geográficas são uma escala intermediária entre as macrorregiões e as microrregiões, constituindo uma área individualizada em uma UF, apresentando formas do espaço geográfico definidas pelo

Mapa 1: Estado do Rio de Janeiro por Mesorregiões e Municípios – 2000



Elaboração: SILVA, L. C., 2006.

Como se pode perceber na tabela 1.1, a população do Estado do Rio de Janeiro está bastante concentrada na Região Metropolitana, sendo que o ritmo de crescimento de outras regiões como o Norte e o Sul Fluminense e, principalmente, as Baixadas, tem sido muito mais intenso do que o crescimento populacional da metrópole.

processo social, como determinante; pelo *quadro natural*, como condicionante; pela *rede de comunicação e de lugares*, como elemento de articulação espacial. Ver MAGNAGO, Angélica Alves. “A divisão regional

Tabela 1.1 – População Residente e Taxa de Crescimento - Estado do Rio de Janeiro e Mesorregiões

Estado / Mesorregião	População (%)		Taxa de Crescimento Anual
	1991	2000	
Rio de Janeiro	12.807.706	14.391.282	1,3
Baixadas	2,4	3,2	4,76
Centro Fluminense	3,3	3,1	0,68
Metropolitana do Rio de Janeiro	81,1	80,2	1,18
Noroeste Fluminense	2,1	2,1	0,96
Norte Fluminense	4,8	4,9	1,49
Sul Fluminense	6,3	6,5	1,68

Fonte: Censos Demográficos IBGE – 1991 e 2000.

No Estado do Rio de Janeiro, foi se concentrando em torno da capital vários municípios que cresciam e dependiam da metrópole, uma vez que estavam integrados a ela. Essa Região Metropolitana em muito se diferencia das outras regiões do Estado. Marcam também o Estado do Rio de Janeiro um centro-sul e médio Paraíba com expressiva industrialização simbolicamente marcada pela instalação em Volta Redonda da maior siderúrgica do país, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Destaca-se também a potencialidade turística das regiões litorâneas do Estado ao sul e ao norte, Baía da Ilha Grande e Baixadas Litorâneas, respectivamente, além da Região Serrana do Estado. Por fim, a situação econômica do estado se completa com um norte e noroeste tradicionalmente agrícola, porém, em decadente atividade açucareira. Dentro deste último quadro, entretanto, pode-se destacar a recente dinâmica econômica no norte do estado, impulsionada pelas atividades petrolíferas na Bacia de Campos (Ervatti, 2003).

Como assinala Natal (2003), embora a Região Metropolitana ainda centralize grande parcela da mão-de-obra estadual, estudos recentes apontam um crescimento do número de estabelecimentos e, conseqüentemente, de empregos nas regiões interioranas do estado.

O Norte Fluminense tem um destaque especial em todo esse processo de mudanças econômicas no Estado do Rio, diante da instalação de uma base industrial forte em um de seus municípios – Macaé – mas sendo vários deles afetados por essa atividade, principalmente pelo recebimento dos royalties. Dentro dessa realidade, apresentamos uma caracterização da região norte do estado e, posteriormente, focalizaremos o estudo sobre mercado de trabalho nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé.

1.1. DESENVOLVIMENTO E RECENTES TRANSFORMAÇÕES NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE: CAMPOS HISTORICAMENTE INFLUENTE E MACAÉ EM ASCENSÃO

Geralmente o conceito de desenvolvimento está ligado a um processo de transformação da estrutura produtiva e do emprego, com perda de peso das atividades agrícolas e pecuárias e aumento da participação das atividades secundárias (indústria, etc.) e terciárias (serviços). Este termo também pode ser associado à noção de progresso, no sentido da modernização e do material tecnológico, revelando crescimento econômico.

O auge do desenvolvimentismo por substituição de importações se deu em torno das décadas de 50, 60 e 70, quando ao desenvolvimento estava associada a industrialização e uma metodologia sobre o planejamento. A partir dos anos 80, o grande capital pode estar em qualquer região e produzir para qualquer outra, e cada cidade/região torna-se mais uma opção entre muitas; afinal, o capital não precisa estar localizado perto do mercado consumidor.

Sendo assim, os diversos lugares – regiões e cidades – competem entre si pelos grandes investimentos; nesse quadro, passa a ter bastante força o papel dos governos locais, que também são percebidos como os mediadores que induzem e promovem o crescimento econômico de seus próprios espaços.

Nos anos 90, fica mais evidente o abandono da perspectiva do desenvolvimento nacional, acirra-se a disputa dentro do pacto federativo, e a idéia que parece predominar é a de que os governos locais que devem solucionar problemas de emprego, renda, meio ambiente, pobreza, entre outros.

De uma forma geral, foi nesse contexto que o norte fluminense, no interior do Estado, passou por um processo de crescimento econômico, experimentando mudanças intensas em sua dinâmica populacional, espaço e atividades produtivas. Na década de 70 foram descobertos os primeiros poços de petróleo e no seu decorrer foi sendo iniciada a produção de petróleo na região. Como apontou Piquet (2003):

De região protegida pelo Estado-nacional desenvolvimentista brasileiro no período da agroindústria do açúcar e ‘fechada’ por sua elite, [a região norte do Estado do Rio de Janeiro] sofre um processo de ruptura com seu passado quando da descoberta de petróleo em seu litoral. Se vê então inserida em um mundo globalizado, complexo, rico e pouco afeito ao local. Suas lideranças vêm com esperança e temor as mudanças que chegam. Esperança pelas novas perspectivas que se abriam e temor, talvez, por pressentirem que não sendo um capital local, como na época das usinas, o controle sobre o destino regional seria um jogo mais difícil de ser jogado (p. 4-5).

Historicamente, a Região Norte Fluminense caracteriza-se pela sua vinculação à economia canavieira tradicional. Mais recentemente, além do açúcar, o álcool e o petróleo asseguraram-lhe o papel de uma das principais regiões do Estado. Nesta Região, destacam-se como pólos os Municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé. Campos sempre foi considerada o “centro” da Região Norte Fluminense, sendo o município de maior destaque no período da cana-de-açúcar, e com maior número de habitantes e extensão territorial.

Macaé, desde a primeira metade do século XIX, é reconhecidamente expressiva em termos de economia agro-industrial apoiada na cana-de-açúcar, exercendo também a função de cidade comercial a partir do desenvolvimento do porto de Imbetiba, em 1846. Nas últimas décadas, aproximadamente a partir do final da década de 70, o município vem despontando como centro regional em decorrência das atividades de extração de petróleo e gás natural na Bacia de Campos.

A escolha de Macaé para sediar o terminal de apoio às atividades das plataformas da Petrobras e o Distrito de Produção do Sudeste, certamente levou à população expectativas com relação à chegada da estatal e seu próprio desenvolvimento futuro. Os demais municípios que integram a Microrregião de Macaé – Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus – apresentam-se fortemente influenciados por Macaé e pelas atividades econômicas surgidas a partir da extração de petróleo e gás natural na Bacia de Campos (CEPEMAR, 2000). Os outros municípios do norte, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, integram a Microrregião de Campos. Como será visto em maior detalhe mais adiante, Campos e Macaé são os dois municípios da região que mais recebem os recursos provenientes dos royalties da indústria de petróleo.

Segundo Piquet (2003), a região caracteriza-se pela mudança no perfil econômico e no recorte territorial decorrentes da passagem do predomínio da agroindústria do açúcar às atividades de exploração do petróleo. Este novo recorte territorial fundamenta-se na criação da OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo e Gás Limítrofes da Zona de Produção Principal da Bacia de Campos. A OMPETRO reúne outros municípios que não são apenas da Região Norte; no ato de sua criação era composto por quatro municípios das Baixadas Litorâneas – Armação de Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras; e também por cinco municípios da Região Norte Fluminense – Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra. Os municípios que fazem parte da região das Baixadas Litorâneas apresentaram crescimento demográfico superior ao da Região Norte Fluminense, mas acreditamos que os determinantes desse crescimento ultrapassam os fatores relacionados estritamente com as atividades econômicas no setor petrolífero.

Nas seções seguintes, antes de focalizarmos na análise do mercado de trabalho e diferenciais por sexo, apresentamos uma descrição bastante detalhada da Região Norte Fluminense no que se refere à sua dinâmica demográfica, sócio-econômica e estrutura produtiva nos nove municípios que a compõem. A seguir, apresentamos a dinâmica demográfica da Região Norte Fluminense.

1.2. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

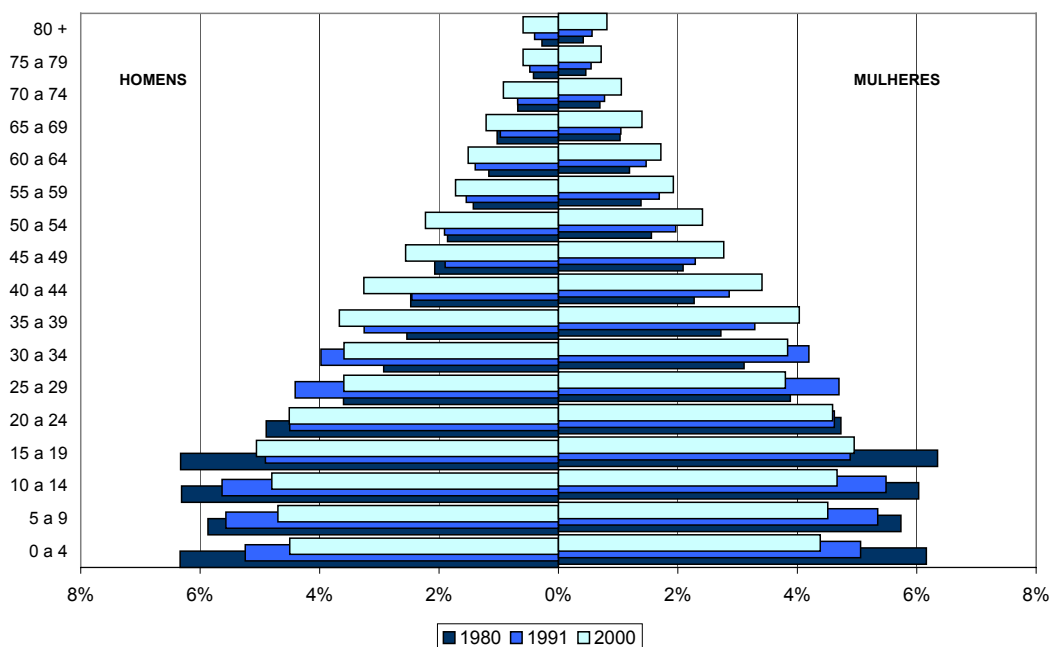
Para estudarmos a dinâmica populacional de um lugar e seu desenvolvimento, trabalhamos com alguns conceitos que fazem parte de processos sócio-econômicos e demográficos que se evidenciam em determinado lugar.

Um estudo demográfico é um estudo de uma população humana e sua evolução temporal no que se refere a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais. Certamente todas estas características podem estar relacionadas com os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais dessa mesma população. Estas relações podem ser muito complexas, mas pretendemos sistematizar o comportamento da dinâmica demográfica da região.

Mudanças expressivas ocorreram com a população do norte fluminense em fins do século XX. Apesar de muitas transformações na configuração e no perfil demográfico de todo o Brasil estarem ocorrendo, percebe-se no norte do Estado do Rio, algumas mudanças que estão atreladas às transformações recentes em suas atividades econômicas ligadas direta ou indiretamente à atividade petrolífera, o que produziu também um expressivo reflexo no mercado de trabalho e na distribuição da população entre as ocupações.

A queda da fecundidade em maior medida e a diminuição da mortalidade até certo ponto acarretam mudanças rápidas no ritmo de crescimento da população e na distribuição etária. Na Região Norte Fluminense, além de estar apresentando estas tendências, o crescimento populacional tem sido expressivo pela intensa migração. Somente pela análise do gráfico 1.1, apreendemos algumas mudanças expressivas na estrutura etária da população da região, mudanças estas que também ocorrem em grande parte do território brasileiro.

Gráfico 1.1 – Pirâmides Etárias, Região Norte Fluminense – 1980, 1991 e 2000



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

As primeiras faixas de idade, correspondentes principalmente às crianças, estão apresentando redução no percentual da população. A população de 15 a 19 anos era aproximadamente igual à população de 0 a 4 anos em 1980. Na pirâmide de 2000, nota-se que as três coortes mais jovens eram menores do que a coorte de 15 a 19 anos e já apresentavam a forma de uma pirâmide invertida, isto é, cada coorte mais nova era menor do que a anterior. Observa-se também na pirâmide de 2000, um certo envelhecimento da população, pois a partir de 35 anos de idade todas as coortes possuem percentual maior que nos anos anteriores. A população de 15 a 19 anos em 1980 apresentou redução relativa em 1991 e voltou a crescer em 2000.

A população adulta tem apresentado crescimento das coortes entre os anos considerados. Quanto à população idosa, podemos apreender seu intenso crescimento, apresentando fortes diferenciais entre os sexos, sendo o crescimento das mulheres superior ao dos homens. Isso é um reflexo das mudanças na mortalidade, com maior esperança de vida para as mulheres.

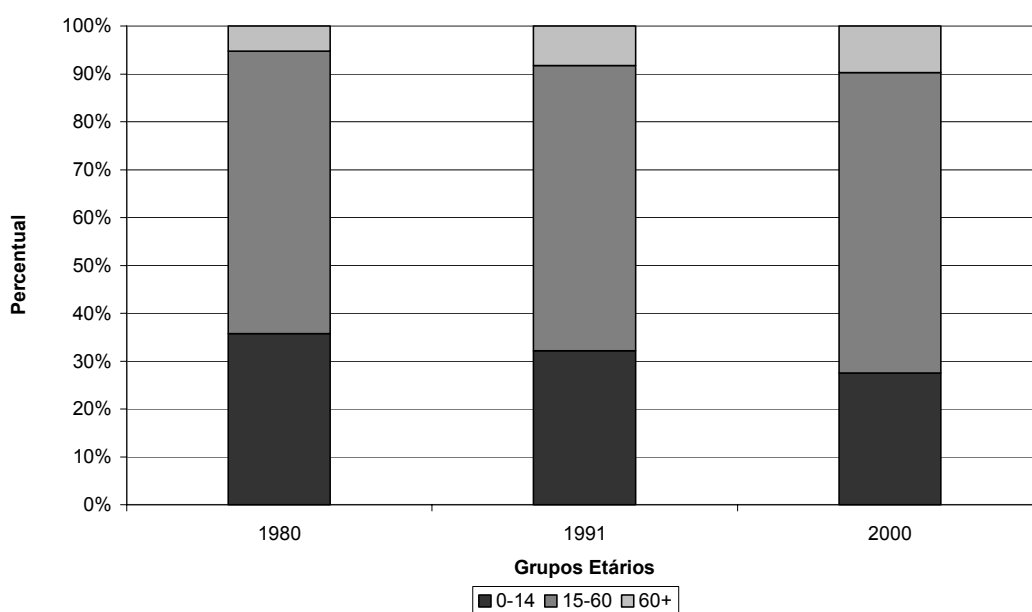
É de suma importância, em termos de políticas públicas, compreender as transformações sócio-econômicas e políticas de um lugar, mas, além disso, é necessário analisar o comportamento demográfico – principalmente no que se refere aos diferentes grupos etários (Gráfico 1.2). A análise desses grupos aqui, se faz entre o grupo de 0 a 14 anos, o grupo de 15 a 59 anos e aqueles de 60 anos e mais². De uma forma geral, esses grupos correspondem às crianças, aos adultos e aos idosos; e correspondem também a políticas públicas diferenciadas, de acordo com tais públicos-alvo, representando mudanças no perfil das demandas sociais. O grupo de 15 a 59 anos, por exemplo, pode ser analisado a partir da perspectiva do mercado de trabalho.

Apesar da percepção que permaneceu durante muito tempo da população crescentemente jovem, com grande contingente de crianças, a população brasileira vem evidenciando uma redução do grupo de 0 a 14 anos. É o que podemos constatar também na Região Norte Fluminense, uma vez que em 1980, esse grupo representava em torno de 35% da população da região, em 1991, era 32%, e em 2000 já representava aproximadamente 27% da população total. O grupo de 15 a 59 anos, que podemos indicar, grosso modo, como a população em idade ativa, vem revelando aumento no decorrer destas últimas décadas. O

² Vamos considerar como idosos a população de 60 anos e mais, de acordo com o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003, a fim de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos – Lei Nº 10.741/2003.

grupo de 60 anos e mais, relativo aos idosos, também apresenta aumento, que vem sendo cada vez maior – de 1991 para 2000, foi ainda maior do que de 1980 para 1991.

Gráfico 1.2 – Distribuição dos Grupos Etários, Região Norte Fluminense, 1980, 1991 e 2000



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Para conhecer o efeito das mudanças demográficas é interessante observar a estrutura etária, mas também as taxas de crescimento dos grupos etários, como mostra a tabela 1.3; essas taxas indicam o ritmo de crescimento dos grupos populacionais. Apesar dos idosos ainda constituírem uma parte menor do todo populacional, constatamos que este grupo é o que apresenta maior ritmo de crescimento nos dois períodos analisados – de 1980 para 1991 e deste ano para 2000. Entretanto, a população adulta – que em termos absolutos representa o

maior contingente de pessoas – também vem crescendo a taxas consideráveis. A taxa de dependência demográfica, que expressa a proporção de crianças e idosos em relação à população jovem e adulta, foi 75,1 em 1980 na Região Norte Fluminense; em 1991, foi 65,2 e em 2000 chegou a 57,1, ou seja, diminuindo o peso das crianças e dos idosos no todo populacional.

Tabela 1.2 – Taxa de Crescimento Anual e Distribuição (%) dos Grupos Etários - Região Norte Fluminense

Grupos Etários	1980	1991	2000	TC 80/91	TC 91/00
0-14	35,7	32,1	27,5	0,61	-0,25
15-60	59,1	59,6	62,8	1,66	2,09
60+	5,2	8,3	9,7	5,97	3,30
Total (100%)	514.644	611.576	698.783	1,58	1,49

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Toda esta mudança demográfica que tem sido analisada exaustivamente pelos demógrafos e mais uma vez é tratada aqui, em uma região específica, pode ser constatada também através do aumento da idade média da população. A idade média no Norte Fluminense em 1980 era de 25,88 anos, em 1991 passou a ser 27,72 e em 2000 chegou a 30,01. O aumento da idade média indica o significativo processo de envelhecimento da população, ou seja, toda a mudança que tem ocorrido na estrutura etária. Além desse dado, podemos considerar também o índice de envelhecimento, que expressa o número de idosos para cada 100 jovens, em 1980 esse índice foi 15,9, em 1991 foi 19,6 e em 2000 passou a ser 28,4 no Norte Fluminense, ou seja, o número de idosos em relação aos jovens vem aumentando.

Sendo assim, segundo o Censo Demográfico de 2000, a Região Norte Fluminense possuía 698.783 habitantes neste ano, tendo como um de seus determinantes o crescimento populacional presente. Em 1991, a população era de 611.576; e em 1980 possuía 514.644 habitantes (Tabela 1.3).

Região e Municípios	População (%)			Densidade Demográfica (Hab./km ²)
	1980	1991	2000	
Campos dos Goytacazes	62,3	61,5	58,2	100,6
Carapebus	1,3	1,2	1,2	34,4
Cardoso Moreira	2,9	2,1	1,8	24,3
Conceição de Macabu	2,6	2,8	2,7	46,9
Macaé	11,6	15,3	19,0	107,0
Quissamã	1,9	1,7	2,0	19,1
São Fidélis	6,8	5,7	5,3	35,5
São Francisco de Itabapoana	7,0	6,3	5,9	36,6
São João da Barra	3,6	3,4	4,0	59,9
Total (Região)	514.644	611.576	698.783	71,4

Fonte: Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Obs.: Os municípios de Carapebus Cardoso Moreira, Quissamã e São Francisco de Itabapoana foram criados após 1980, os dados aqui estão desagregados.

A Região Norte Fluminense corresponde a 22,2% da extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes se destaca com seu território, mas mesmo assim apresenta uma das maiores densidades demográficas da região, atrás apenas de Macaé. Este município apresentou em 2000, 107,0 habitantes por Km², certamente, esse valor elevado se deve ao crescimento populacional dos últimos anos na cidade. Apesar de ser o mais alto da região, esse valor não é nem próximo da densidade demográfica no Estado do Rio de Janeiro, que em 2000 era de 327,5 habitantes por Km².

Assim como temos uma idéia da divisão do território, apresentamos também uma noção da divisão da população pelos municípios em termos relativos. Em 1980, apenas os municípios de Macaé e Campos correspondiam a 73% da população da Região Norte Fluminense; em 1991 e 2000, a população destes municípios correspondia a 77% da população da região. Macaé é o município que vem apresentando maior aumento no peso de sua população nesta distribuição nas últimas décadas.

Analisando o comportamento da população segundo a situação de domicílio (Tabela 1.4), a população urbana apresenta taxa de crescimento positiva em todos os municípios da região, o município de Carapebus, que tinha em 2000 uma população de menos de 10 mil habitantes, teve a maior taxa de crescimento da população urbana de 1991 para 2000. Os municípios de Quissamã e Macaé também apresentaram grande crescimento.

A população rural vem revelando acentuado declínio, sendo que apenas o município de São João da Barra apresentou taxa de crescimento positiva para a população desta área. De uma forma geral, como já se sabe, Macaé apresentou o maior crescimento em sua população total.

O aumento da população urbana gera maiores pressões sobre o mercado de trabalho e um mercado de trabalho dinâmico atrai população. As pessoas se dirigem para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Apesar do maior ritmo de crescimento da população idosa, o grupo populacional mais numeroso está entre aqueles de 15 a 59 anos, o que representa também essa demanda por trabalho.

Tabela 1.4 – Taxa de Urbanização e Taxa de Crescimento Populacional – Região Norte Fluminense – 1991/2000

Região e Municípios	Taxa de Urbanização		Taxa de Crescimento Populacional Anual		
	1991	2000	Urbana	Rural	Total
Região Norte Fluminense	-	-	2,31	-2,21	1,49
Campos dos Goytacazes	84,50	89,48	1,52	-3,37	0,88
Carapebus	53,80	79,33	8,08	-5,34	3,52
Cardoso Moreira	52,16	63,84	2,07	-3,25	-0,20
Conceição de Macabu	80,02	88,07	1,89	-4,81	0,81
Macaé	91,37	95,13	4,35	-2,51	3,88
Quissamã	42,13	56,30	6,39	-0,15	3,01
São Fidélis	64,08	72,07	2,01	-2,08	0,69
São Francisco de Itabapoana	39,15	46,73	2,68	-0,80	0,68
São João da Barra	70,20	70,92	3,32	2,92	3,20

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

Como se pode observar, a taxa de crescimento populacional da Região Norte Fluminense de 1991 para 2000 foi de 1,49; o maior crescimento populacional em Macaé é um fenômeno que já tem sido bastante discutido, uma vez que concentra as atividades da indústria petrolífera, registrando também forte dinâmica migratória em direção ao município.

Cardoso Moreira foi o único município do Norte Fluminense que registrou declínio populacional. Podemos constatar já aqui, que os impactos da indústria petrolífera no norte do Estado do Rio, não se deram semelhantemente em todos os municípios da região.

A taxa de urbanização entre os municípios se comporta diferencialmente no quadro intra-regional. Alguns municípios apresentam taxas de urbanização bem distantes de Macaé (que tem a maior taxa – 91,37 em 1991 e 95,13 em 2000), como São Francisco do Itabapoana, por exemplo, com 39,15 em 1991 e 46,73 em 2000. Já aqui podemos notar o crescimento urbano e populacional em Macaé, o que certamente passa a provocar mudanças consideráveis no mercado de trabalho da região, mas em especial neste município.

Outro aspecto a ser considerado é a distribuição espacial da população entre a área urbana e rural dos municípios. Assim como as tendências gerais da população brasileira, a população urbana tem aumentado e a população rural vem apresentando diminuição. Em 1991, 79% da população já estava na área urbana, em 2000, esse valor aumenta ainda mais, chegando a 85% da população do norte fluminense na área urbana e 15% na área rural.

Em termos de urbanização, Lefévre (1999) já destacava a associação entre a questão urbana e a questão industrial. No Norte Fluminense, o desenvolvimento do setor petrolífero, uma atividade industrial com grandes investimentos tecnológicos e alta modernização, contribuiu para acelerar a urbanização. Em Macaé, esses impactos foram bem mais evidentes. A indústria de petróleo contribuiu na geração de novos padrões demográficos, que acarretaram uma intensificação do êxodo rural e, dessa forma, o processo de urbanização.

Falando sobre as novidades no padrão de urbanização no Brasil nos anos 80, Maricato (2001) afirma que as cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, cresceram a taxas maiores que as das metrópoles nos anos 80 e 90. Cidades situadas em regiões de fluxo migratório intenso apresentam crescimento superior ao de algumas capitais, como é o caso de Macaé, que passou por tantas transformações como se tem visto. Segundo a autora, “apesar dessa observação, a aceleração extraordinária do crescimento de cidades de porte menor e cidades litorâneas, exige uma atenção devido às conseqüências sociais e ambientais decorrentes da velocidade do processo de urbanização” (Maricato, 2001, p. 25).

Segundo Patarra (1997), é possível observar no Brasil uma tendência à desconcentração populacional, perda de força de atração das metrópoles, com taxas de crescimento relativamente mais altas nos municípios do entorno dos pólos já existentes e

crescimento de cidades médias e de pequenos aglomerados urbanos. Esse aspecto pode ser observado com este breve estudo da dinâmica demográfica recente no norte do Estado do Rio. Apresentamos a seguir alguns dados sobre os componentes desta dinâmica nos municípios do norte fluminense, buscando apreender melhor estas transformações, suas causas e efeitos, tanto demográficos quanto sociais.

A fecundidade é o fator decisivo para toda esta mudança etária. A taxa de fecundidade apresentou no Brasil durante todo o século XX uma tendência de queda expressiva, contribuindo para a redução do crescimento populacional. Na tabela 1.5 encontramos as estimativas das Taxas de Fecundidade Total (TFT) para os municípios da Região Norte Fluminense obtidas através do PNUD (2003). A TFT, ou seja, a média de filhos tidos por mulher ao final da vida reprodutiva, sofreu declínio em todos os municípios da região de 1991 para 2000.

Em 1991, São Francisco do Itabapoana, seguido de Carapebus e Cardoso Moreira, apresentaram as maiores TFT's entre os municípios do norte fluminense, acima de 3 filhos por mulher. Em 2000, estes municípios apresentaram redução da fecundidade, e a maior TFT foi de Conceição de Macabu (2,77).

Uma TFT de 2,1 filhos por mulher é considerada uma TFT ao nível de reposição, o que garantiria a sobrevivência de dois filhos durante o período reprodutivo e bastaria para compensar estatisticamente a geração anterior dos pais. Na Região Norte, o único município que apresentou TFT abaixo do nível de reposição foi São Fidélis, com 2,04 filhos por mulher em 2000. Essa diminuição da fecundidade, como veremos, afeta sobremaneira a inserção feminina no mercado de trabalho, o que trataremos nos capítulos seguintes. As menores taxas de fecundidade acabam por possibilitar uma maior participação das mulheres em alguma

atividade econômica, fora da esfera doméstica, entretanto, elas ainda têm muito que articular os papéis domésticos e responsabilidades com os filhos juntamente com a jornada de trabalho.

Tabela 1.5 – Indicadores Demográficos – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000

Municípios	Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)		Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)		Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Campos dos Goytacazes	2,4	2,2	42,6	25,5	62,5	66,8
Carapebus	3,3	2,4	35,2	23,5	64,8	67,6
Cardoso Moreira	3,1	2,6	37,9	25,0	63,9	67,0
Conceição de Macabu	2,8	2,8	39,2	24,3	63,5	67,3
Macaé	2,5	2,4	35,2	23,5	64,8	67,6
Quissamã	2,9	2,6	35,2	23,5	64,8	67,6
São Fidélis	2,4	2,0	32,6	20,3	65,6	69,1
São Francisco de Itabapoana	3,6	2,6	31,7	20,3	65,9	69,1
São João da Barra	2,4	2,2	24,5	19,9	68,5	69,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

* Por mil nascidos vivos

Os indicadores de mortalidade na infância também podem expressar o contexto da saúde em um lugar. A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) expressa a mortalidade dos menores de um ano. No caso da TMI, reduziu-se consideravelmente nos municípios da Região Norte do Estado, expressando uma maior sobrevivência por parte das crianças que nascem e conseguem completar 1 ano de idade. Analisando as diferenças entre os municípios, Campos apresentou em 1991 uma taxa bastante elevada de 42,6 que caiu para 25,6 em 2000, mas ainda permanecendo a maior da região. São João da Barra também apresentou em 1991 e 2000 as menores taxas de mortalidade infantil. O Brasil, em 2000, apresentou TMI de 28,3, acima das taxas dos municípios do norte fluminense.

A esperança de vida ao nascer (E_0) indica a média de anos que um recém-nascido pode esperar viver diante das condições de mortalidade que estão em vigor. Em todos os municípios

da região houve ganho em anos vida por parte da população entre 1991 e 2000. Campos é o município que apresenta menor E_0 da região (66,8 anos); e São João da Barra apresenta a maior, com 69,23 anos de esperança de vida ao nascer em 2000.

A migração está relacionada com diversos fatores sociais e econômicos, estando muito ligada à busca por trabalho. A relação desta com a indústria petrolífera está em que os investimentos realizados pelas indústrias geram um grande crescimento dos fluxos migratórios a essas áreas produtoras. O crescimento populacional, já constatado na Região Norte Fluminense, é em muito explicado pelas migrações ocorridas para esta área, especialmente no município de Macaé. Na tabela 1.6 temos informações sobre emigração e imigração na região.

Tabela 1.6 – Saldos e Taxas Líquidas de Emigração e Imigração e Índice de Eficácia Migratória - 2000

Região e Municípios	Saídas	Taxa Líquida de Emigração*	Entradas	Taxa Líquida de Imigração*	Saldo	Eficácia
Região Norte Fluminense	37199	59	28929	46	-8270	-0,13
Campos dos Goytacazes	17647	47	8358	23	-9289	-0,36
Carapebus	665	87	715	93	50	0,04
Cardoso Moreira	931	79	632	55	-299	-0,19
Conceição de Macabu	7045	312	1380	82	-5665	-0,67
Macaé	5043	47	11572	102	6529	0,39
Quissamã	577	49	948	77	371	0,24
São Fidélis	2805	81	1752	52	-1053	-0,23
São Francisco de Itabapoana	727	20	1687	45	960	0,40
São João da Barra	1759	71	1885	75	126	0,03

Fonte: PASSOS, R. & SIMÕES, A. (2004).

*: Taxas por mil habitantes.

Em termos de emigração, podemos constatar na Região Norte Fluminense uma taxa líquida de emigração de 59 saídas por mil habitantes. Entretanto, o município de Conceição de Macabu apresenta esta taxa bastante elevada, bem acima da média da região, sendo de 312

saídas por mil habitantes, ou seja, o município da região com a maior proporção de saída de pessoas.

Quanto à imigração, Macaé destaca-se pela maior entrada de pessoas em relação a sua população total, com uma taxa líquida de imigração de 103 entradas por mil habitantes; enquanto a Região Norte apresentou em 2000 uma taxa de 46 entradas por mil habitantes.

É interessante notar que quanto ao saldo migratório, as duas maiores cidades da região se apresentam nos extremos. Campos teve um saldo de -8270, negativo e o menor da região, Macaé teve o maior saldo, de 6529. Isso expressa como este último município tem registrado uma maior quantidade de entrada de pessoas do que saída. Além disso, expressa também como as atividades desenvolvidas no setor petrolífero na região afetaram diferencialmente os municípios. O índice de eficácia migratória da região foi de -0,13 em 2000, ou seja, valor próximo de 1, o que pode indicar uma alta circularidade de pessoas na região. São Francisco de Itabapoana apresenta o índice mais elevado, seguido de Macaé e Quissamã. Conceição de Macabu apresenta o menor índice, mais próximo de -1, o que indica maior poder de expulsão de pessoas do que de atração.

Alguns fluxos migratórios foram identificados na região por Monié (2003):

O primeiro tipo de fluxo concerne às tradicionais migrações campo-cidade, em escala regional, alimentadas pela incapacidade da agricultura no norte e noroeste fluminense e do sul de Minas Gerais em fixar a população no campo. Estes fluxos alimentam um processo de urbanização particularmente pujante entre Cabo Frio e Macaé, onde uma conurbação está em vias de formação ao longo da RJ-124, que segue o litoral. Observações realizadas em pesquisa de campo evidenciaram a existência de um segundo tipo de fluxo,

de maior alcance espacial, relativo à mão-de-obra oriunda de outras regiões do Brasil. Uma proporção significativa destes migrantes já adquiriu experiência de trabalho no setor petrolífero em outras bacias de exploração, em particular, do nordeste do país, e, por isso, se dirige para Macaé. Enfim, um terceiro tipo de migração envolve profissionais de média e alta qualificação que vêm do resto do Brasil e do estrangeiro (p. 264-265).

Sendo assim, mesmo diante de um fenômeno relativamente recente – todo esse crescimento econômico e transformações sócio-demográficas na região – já é possível identificar alguns elementos característicos da área, como os três fluxos migratórios apontados acima por Monié. Mais a frente, serão apresentadas algumas evidências sobre o mercado de trabalho e a inserção dos migrantes neste, assim como algumas características destes trabalhadores. Alguns autores também têm apontado o crescimento intenso em termos de população e dinâmica migratória nas Baixadas Litorâneas, chegando a notar a formação de um eixo ligando esta região ao Norte Fluminense (Passos e Simões, 2004 e Cruz et all, 2005).

Constatamos que a dinâmica demográfica na Região Norte Fluminense, de uma forma geral, tem seguido a tendência brasileira evidenciando queda nos níveis de fecundidade, diminuição da mortalidade infantil e aumento da esperança de vida. A estrutura etária também apresenta alterações significativas, com redução das taxas de dependência demográfica. Um ponto a ser destacado é sobre a dinâmica migratória, pois não é a região como um todo que tem atraído uma maior quantidade de migrantes; Macaé é o maior destaque em termos de atração de pessoas.

1.3. INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS

Tendo conhecido a dinâmica demográfica recente dos municípios da Região Norte Fluminense, apresentaremos a seguir alguns indicadores sociais e econômicos para uma maior compreensão dessas mudanças.

De uma forma geral, como podemos ver na tabela 1.7, todos os municípios apresentaram melhorias no que diz respeito ao acesso a serviços básicos, como vem ocorrendo em boa parte dos municípios brasileiros. O percentual de domicílios com banheiro e água encanada cresceu no mesmo período para o Brasil, em 1991, o índice era de 48% e em 2000, 63%; a proporção de moradores em domicílios particulares permanentes com lixo coletado no país passou de 63,8% em 1991 para 79,0% em 2000; o aumento do acesso à energia elétrica também ocorreu – de 86,9% para 93% (PNUD, 2003). Os municípios do norte fluminense apresentam um percentual de acesso a esses serviços mais elevado do que o Brasil.

Tabela 1.7 – Percentual de Pessoas que vivem em Domicílios com Acesso aos Serviços Básicos - Municípios da Região Norte Fluminense - 1991 e 2000

Municípios	Água Encanada e Banheiro		Coleta de Lixo		Energia Elétrica	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Campos dos Goytacazes	76,5	84,3	78,1	93,0	94,2	98,5
Carapebus	60,0	67,8	66,8	93,4	87,5	98,2
Cardoso Moreira	67,8	88,9	37,7	92,2	80,6	93,2
Conceição de Macabu	77,4	88,4	82,8	98,0	92,6	98,7
Macaé	89,0	94,1	86,3	96,5	96,8	99,5
Quissamã	65,4	83,6	73,8	93,7	92,0	98,8
São Fidélis	77,3	92,7	85,5	94,7	83,9	95,7
São Francisco de Itabapoana	46,8	69,6	16,3	67,2	65,7	92,6
São João da Barra	85,9	84,6	80,9	94,6	95,3	97,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

É interessante notar que os maiores ganhos nestes itens – água encanada e banheiro, coleta de lixo e energia elétrica – foram dos municípios menores, com destaque para Cardoso Moreira e São Francisco do Itabapoana. Esse fato se deve ao processo de urbanização nestes municípios, que foi mais recente, enquanto os maiores como Campos e Macaé já vem apresentando estas tendências há mais tempo.

Para o acesso de pessoas que vivem em domicílios com água encanada e banheiro, o município que apresentou maior ganho foi São Francisco, já São João da Barra foi o único a apresentar uma pequena redução apenas neste item.

Quanto ao acesso a coleta de lixo, em 1991, Macaé era o município da região com maior percentual de pessoas vivendo em domicílios com acesso a este serviço; em 2000, o maior percentual era em Conceição de Macabu, seguido de Macaé. O município que apresentou maior ganho foi Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana também apresentou aumento semelhante.

O acesso à energia elétrica era mais abrangente já em 1991 do que os demais serviços aqui considerados. Mais uma vez, o município com maior ganho de 1991 para 2000 foi São Francisco.

Como um indicador razoável de saúde, tomamos o número de médicos residentes por mil habitantes (Tabela 1.8), a fim de obter uma idéia geral da oferta dessa mão-de-obra em cada município. Os maiores números, como esperado, estão em Campos dos Goytacazes e Macaé, os demais municípios apresentam valores muito pequenos, sugerindo uma concentração dos serviços de saúde nestes dois municípios.

Tabela 1.8 – Número de médicos residentes por mil habitantes - Municípios da Região Norte Fluminense 1991 e 2000

Municípios	1991	2000
Campos dos Goytacazes	1,6	1,7
Carapebus	0,0	0,0
Cardoso Moreira	0,0	0,0
Conceição de Macabu	0,0	0,0
Macaé	1,4	1,5
Quissamã	0,0	0,0
São Fidélis	0,2	0,0
São Francisco de Itabapoana	0,2	0,0
São João da Barra	0,0	0,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

O contexto da educação nos municípios da Região Norte Fluminense pode ser apresentado a partir de vários índices. Foram selecionados aqui alguns dados referentes ao ensino fundamental, médio e superior, de acordo com os grupos populacionais que corresponderiam a cada etapa de ensino.

Os indicadores da tabela 1.9 abaixo se referem ao percentual de pessoas em cada faixa etária que estão freqüentando o curso correspondente ou já o concluíram, no caso de conclusão pode já estar freqüentando outro nível escolar ou não.

Tabela 1.9 – Acesso ao ensino – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000

Municípios	Crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental (%)		Adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao ensino médio (%)		Pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao curso superior (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
	Campos dos Goytacazes	78,0	90,3	19,7	32,6	3,9
Carapebus	82,2	85,0	13,0	24,1	0,1	3,1
Cardoso Moreira	64,0	87,1	6,6	23,6	0,9	3,2
Conceição de Macabu	83,0	90,7	20,3	41,6	2,5	1,3
Macaé	82,5	92,1	15,9	42,6	4,2	6,4
Quissamã	67,4	91,7	10,3	28,4	1,0	3,7
São Fidélis	79,7	92,4	15,5	32,1	1,7	6,7
São Francisco de Itabapoana	65,9	83,6	5,0	18,2	0,2	0,4
São João da Barra	74,3	85,4	23,9	16,9	1,1	2,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

É possível observar que, à medida que aumenta o nível de ensino, o percentual de pessoas da faixa etária que frequenta o curso ou já o concluiu vai diminuindo. Isso ocorre porque cada vez que aumenta o nível de ensino, mais pessoas vão sendo alijadas da escola. Sendo assim, os maiores percentuais são do ensino fundamental, chegando a mais de 90% em alguns municípios da Região Norte Fluminense; e os menores são para o ensino superior, onde Campos se destaca com 8,6% das pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao este nível de ensino em 2000.

A renda per capita é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Assumindo que os valores para 1991 estão em moeda equivalente, a menor renda per capita, como vemos na tabela 1.10, tanto em 1991 como em 2000, foi em São Francisco – R\$ 76,60 e R\$ 156,00 respectivamente. Macaé já apresentava em 1991 a maior renda – R\$ 295,34 – e em 2000, continuou sendo a maior – R\$ 392,94.

Tabela 1.10 – Renda per capita e Índice de Gini – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000

Municípios	Renda per capita		Índice de Gini	
	1991	2000	1991	2000
Campos dos Goytacazes	190,56	247,20	0,62	0,58
Carapebus	125,93	203,22	0,44	0,46
Cardoso Moreira	81,86	166,05	0,52	0,52
Conceição de Macabu	143,74	213,91	0,51	0,51
Macaé	295,34	392,94	0,57	0,56
Quissamã	115,84	181,91	0,51	0,52
São Fidélis	151,89	212,84	0,64	0,55
São Francisco de Itabapoana	76,60	156,00	0,46	0,62
São João da Barra	140,93	177,33	0,52	0,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD, 2003.

O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)³.

O maior índice apresentado em 2000 foi para São Francisco do Itabapoana e o menor em Carapebus, ou seja, a desigualdade na Região Norte Fluminense é menor neste último município. Entretanto, isto pode não significar que as condições sociais sejam melhores em Carapebus, mas apenas que a desigualdade não é tão elevada como em outras áreas.

Apesar de toda crítica concernente ao Índice de Desenvolvimento Humano, optou-se por apresentar aqui os três índices componentes do IDH para percebermos o comportamento de cada um deles separadamente, juntos estes três índices formam o IDH-M, que é o Índice de

³ Para obter mais informações metodológicas acessar www.undp.org.br.

Desenvolvimento Humano Municipal. Para obter o IDH-M basta uma média aritmética destes três índices apresentados na tabela 1.11.

Tabela 1.11 – Componentes do IDH Municipal – Municípios da Região Norte Fluminense – 1991 e 2000

Municípios	IDHM-R 1991	IDHM-R 2000	IDHM-L 1991	IDHM-L 2000	IDHM-E 1991	IDHM-E 2000
Campos dos Goytacazes	0,65	0,69	0,63	0,70	0,78	0,87
Carapebus	0,58	0,66	0,66	0,71	0,71	0,85
Cardoso Moreira	0,51	0,63	0,65	0,70	0,60	0,79
Conceição de Macabu	0,60	0,67	0,64	0,71	0,77	0,84
Macaé	0,72	0,77	0,66	0,71	0,81	0,89
Quissamã	0,57	0,64	0,66	0,71	0,69	0,85
São Fidélis	0,61	0,67	0,68	0,73	0,73	0,82
São Francisco de Itabapoana	0,50	0,62	0,68	0,73	0,57	0,72
São João da Barra	0,60	0,64	0,73	0,74	0,73	0,79

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

IDHM-R: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda

IDHM-L: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade

IDHM-E: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação

O IDHM-R é um sub-índice do IDH relativo à dimensão renda, é obtido a partir do indicador renda per capita média. Nos dois períodos considerados, 1991 e 2000, Macaé apresentou o maior IDHM-R entre os municípios selecionados.

O IDHM-L é também um sub-índice do IDH que considera o aspecto da longevidade, baseia-se no indicador esperança de vida ao nascer. São João da Barra, tanto em 1991 quanto em 2000, apresentou o maior índice.

E o IDHM-E é o outro sub-índice do IDH que trata o aspecto da educação, a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola. Em 1991 e 2000, os maiores índices foram em Macaé. Portanto, nos índices relativos à renda e à educação, Macaé sobressai, entre os demais municípios.

Podemos notar que muitas dessas melhorias apresentadas vêm ocorrendo no Brasil como um todo, não sendo uma especificidade da região em estudo. Além disso, a região, apesar desses avanços sociais, se manteve em posições inferiores em *rankings* que verificam e quantificam o desenvolvimento e a qualidade de vida. O próprio IDH-M, apesar de ter aumentado de 1991 para 2000, ainda está em posição bem baixa se comparado a outras regiões. Em 2000, o IDH-M de Macaé estava na 14^a posição no Estado do Rio de Janeiro, da Região Norte Fluminense o município seguinte é Campos, em 54^o lugar no ranking estadual, bem distante de Macaé. Os últimos municípios são Cardoso Moreira e São Francisco do Itabapoana, em 89^o e 90^o lugar, na frente apenas de Varre-Sai, que assumiu a última posição do ranking estadual do IDH-M.

Como já temos mostrado até aqui, a dinâmica econômica fluminense tem passado por muitas mudanças nas últimas décadas; o papel desempenhado pelas regiões no cenário econômico e no mercado de trabalho vem se alterando, com a desconcentração de algumas atividades na metrópole. Certamente, a dinâmica sócio-demográfica da região está relacionada com o contexto econômico. Para chegarmos especificamente na abordagem sobre o mercado de trabalho, é interessante contextualizarmos a atividade econômica em geral na Região Norte Fluminense.

Principalmente as áreas produtoras de petróleo sofreram crescimento em vários aspectos, imprimindo nítidas mudanças na estruturação e organização do espaço, da sociedade e da economia. A análise do impacto geral da indústria na região pode se dar a partir de vários enfoques, entre eles, o do desenvolvimento econômico. Essa análise irá traduzir-se num estudo que envolva mercado de trabalho, emprego, renda etc., características essas que estão

relacionadas com toda a atividade econômica de um lugar. Brevemente aqui, apresentamos uma contextualização geral desse processo de crescimento econômico no norte do estado.

Como Monié (2003) destaca, toda a hierarquia urbana da região também sofreu e está sofrendo alterações diante de uma redefinição do centro da atividade econômica, que se apresenta, sobretudo, como o centro da atividade petrolífera.

Observamos que os serviços especializados de apoio às empresas, as infra-estruturas logísticas, os próprios equipamentos industriais e a localização dos grandes centros de decisão arquitetam espaços produtivos dinâmicos onde se interpenetram as escalas diferenciadas de atuação, de um amplo leque de atores sociais e econômicos. Conseqüentemente, a moderna indústria petrolífera contribui para remodelar as hierarquias urbanas regionais onde ‘ilhas de produtividade’ emergem, em detrimento das históricas capitais regionais (p. 259).

Essa reconfiguração econômica já pode ser evidenciada a partir do crescimento do Produto Interno Bruto na região, bastante considerável no período de 2000 a 2003, com um aumento geral em todos os municípios, mas também com significativas diferenciações entre eles (Tabela 1.12).

**Tabela 1.12 – PIB Municipal a Preços do Ano Anterior
Região Norte Fluminense e Municípios – 2000/2003**

Região e Municípios	2000	2001	2002	2003	PIB per capita 2000
Região Norte Fluminense	2.803.751	3.494.391	4.583.834	5.717.865	4.012
Campos dos Goytacazes	1.421.824	1.518.644	1.692.586	1.870.507	3.494
Carapebus	26.421	29.351	39.381	38.951	3.049
Cardoso Moreira	42.744	36.887	35.325	48.765	3.394
Conceição de Macabu	48.495	58.121	63.061	64.682	2.582
Macaé	931.498	1.501.617	2.339.152	3.239.489	7.032
Quissamã	61.213	68.716	92.699	115.697	4.477
São Fidélis	91.303	96.275	104.056	108.928	2.482
São Francisco de Itabapoana	90.872	97.746	104.482	127.342	2.209
São João da Barra	89.380	87.033	113.093	103.504	3.229

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE.

Notas: 1) Os valores estão expressos em R\$ 1.000; 2) Os dados se referem ao conceito PIB a preço básico; 3) Dados retificados em 2004.

Em 2000, o PIB de Campos ainda era maior do que o de Macaé, entretanto, já em 2001, os valores estão bem próximos e, em 2002, o PIB de Macaé supera o de Campos (Tabela 1.12). O município de Quissamã também teve um crescimento expressivo, mas o crescimento em Macaé supera os demais municípios. Mais uma vez pode-se destacar Macaé, que certamente foi o município que mais fez elevar o PIB da região.

Isso expressa como a maior parte da riqueza produzida na região está atrelada à atividade econômica de um município que tem se apresentado como um pólo econômico. Um pólo que ao mesmo tempo em que cresce e gera grandes riquezas, fazendo uso de tecnologias avançadas e intensa modernização, também pode gerar conflitos sociais e novos mecanismos de reprodução social.

Como vimos, as melhorias sociais referentes ao acesso a serviços básicos vêm ocorrendo no país como um todo; quanto ao desenvolvimento humano, apesar dos ganhos nos

sub-índices que compõem o IDH, se compararmos com os demais municípios brasileiros, alguns municípios no norte fluminense estão em posições bem inferiores no *ranking* geral.

1.4. ESTRUTURA ECONÔMICA – OS ROYALTIES E OS SETORES DE ATIVIDADE

Nesta sessão, busca-se de uma maneira geral contextualizar a estrutura econômica na região, já delineando alguns aspectos do mercado de trabalho nos municípios a serem estudados mais profundamente nos capítulos III e IV.

Falar do contexto econômico atual no norte do estado implica abordar a estrutura econômica recente impulsionada pelas atividades no setor petrolífero. Em finais dos anos 90, algumas alterações nas leis que regem as atividades petrolíferas imprimiram um grande crescimento nas rendas do petróleo, que são os royalties e as participações especiais. O Estado do Rio de Janeiro alcança uma produção de petróleo em torno de 80% da produção do país, com imenso destaque para a produção na Bacia de Campos.

De acordo com a ANP, os royalties são compensações financeiras pagas pelos concessionários – cujos contratos estão na etapa de produção de petróleo ou gás natural, incluindo-se também os contratos que estão na fase de exploração realizando testes de longa duração – distribuídas entre Estados, Municípios, Comando da Marinha e Ministério de Ciência e Tecnologia, nos termos dos artigos 47 a 49 da Lei nº 9.478/97 e do Decreto nº 2.705/98⁴.

Segundo Piquet (2003):

⁴ Conferir em www.anp.org.br - Agência Nacional de Petróleo.

Foi somente em 1985 que a produção de óleo, xisto betuminoso e gás extraídos da plataforma continental ficou sujeita ao pagamento de ‘indenizações’, pois até então eram previstas apenas as indenizações pela produção em terra, mas a Lei n.7.453 de 27/12/85 passa a definir como ‘produtores’, os municípios confrontantes com poços em exploração em alto mar. Como a Bacia de Campos produz cerca de 80% do petróleo brasileiro – e, caso a região fosse um país, poderia tornar-se membro da OPEP, pois sua produção é pouco inferior a da Líbia e maior que a da Argélia e do Qatar – a receita dos royalties é elevada (p. 224).

Tabela 1.13 – Distribuição Percentual dos Valores dos Royalties* - Municípios da Região Norte Fluminense (em R\$ 1.000,00)

Região e Municípios	1998	2000	Royalties per capita 2000
Região Norte Fluminense	12.221,49	216.638,61	310
Campos dos Goytacazes	44,5	43,4	231
Carapebus	6,5	5,0	1.253
Cardoso Moreira	0,6	0,6	110
Conceição de Macabu	0,7	0,8	88
Macaé	29,9	31,1	509
Quissamã	15,2	11,6	1.834
São Fidélis	0,9	0,9	54
São Francisco de Itabapoana	0,9	0,9	47
São João da Barra	0,8	5,7	443

Fontes: Agência Nacional de Petróleo-ANP e Secretaria de Estado de Fazenda-SEF.

Notas: Ano de 1998 - Royalties e Royalties Excedentes e Participações Especiais: dados disponíveis a partir de agosto.

*Os Royalties constituem uma parcela correspondente a 5% do valor da produção (Lei nº 7.990/89) e os royalties excedentes correspondem à parcela excedente a 5% do valor da produção (art. 49 da Lei nº 9.478/97), aqui temos os royalties e os royalties excedentes.

A Região Norte Fluminense é uma das maiores beneficiárias dos royalties no país justamente pela posição geográfica, uma vez que as leis brasileiras que regem o pagamento de tais benefícios associam esse pagamento à proximidade entre localização do poço e território costeiro. Os valores dos royalties recebidos de 1998 a 2001 para os municípios da Região Norte Fluminense estão na tabela 1.13.

O município da Região Norte Fluminense que mais recebe royalties do petróleo é Campos dos Goytacazes, sendo 43,4% do total de royalties distribuídos entre os municípios do norte fluminense no ano de 2000, entretanto, este percentual é menor do que o peso populacional deste município na região, que era de 58% (ver tabela 1.3). Em segundo lugar, destaca-se Macaé, que recebeu desse total de royalties mais de 30%, bem maior do que o percentual da população, que foi de 19% da população da Região Norte Fluminense, como vimos a posição geográfica que influencia na distribuição dos royalties e não a distribuição da população. Esses dois municípios não são apenas os que mais receberam royalties na região, em 2002, segundo Piquet (2003), foram também os maiores beneficiários do Brasil. Portanto, no recebimento dos royalties do petróleo, notamos que Campos aparece na frente de Macaé. Mas se observamos os royalties per capita, Quissamã e Carapebus apresentam os maiores valores, seguidos de Macaé, São João da Barra e Campos – este em quinto lugar na região. Os menores valores para Campos e Macaé aqui se devem possivelmente ao maior contingente populacional desses municípios (destacar mais Campos e Macaé).

Esses valores repassados às prefeituras locais implicam em grandes quantias que foram acrescidas às receitas municipais, tornando-se em alguns municípios a maior parte destas. Os royalties proporcionaram enormes contribuições financeiras a toda a região, mas nem todos os municípios do norte fluminense são considerados produtores de petróleo.

Para se ter uma idéia da dinâmica dos diversos setores da atividade econômica, além do setor petrolífero na região, apresentamos na seqüência as unidades locais por setor de atividade, fazendo comparação com o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, utilizamos aqui o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), que é formado por empresas e unidades locais formalmente constituídas, registradas no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; portanto, abrange o setor formal da economia. Mediante as pesquisas anuais do IBGE nas áreas de Indústria, Comércio, Construção e Serviços, e de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o Cadastro é atualizado anualmente⁵. O Cadastro trabalha com níveis de desagregação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que é a classificação de atividades econômicas adotada na produção e disseminação de estatísticas econômicas e na organização de cadastros da Administração Pública do País.

Tanto no Brasil, como no Estado do Rio de Janeiro e na Região Norte Fluminense, as atividades relacionadas a comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos concentram a maior parte das unidades locais reveladas pelo Cadastro Central de Empresas (CEMPRE); para o Rio de Janeiro a concentração dessas atividades é um pouco menor. Em segundo lugar, destacam-se as atividades imobiliárias, de aluguéis e de serviços prestados às empresas, tendo assim um percentual mais expressivo no Estado do Rio.

⁵ Os dados disponíveis referem-se às empresas e às unidades locais que no ano de referência estavam ativas no Cadastro, seja via declaração da RAIS ou em alguma das pesquisas econômicas do IBGE. Estão disponíveis informações sobre número de empresas, número de unidades locais, pessoal ocupado total, pessoal assalariado e salários e outras remunerações, que podem ser desagregadas nos diversos níveis da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, bem como em diferentes níveis geográficos - Grandes Regiões, Unidades de Federação e Municípios. Maiores informações em www.ibge.gov.br.

Tabela 1.14 – Distribuição Relativa das Unidades Locais por Setor de Atividade, Brasil, Estado do Rio de Janeiro e Região Norte Fluminense – 2002

Classificação de atividades (CNAE)	Brasil	Estado do Rio de Janeiro	Região Norte
1. Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	0,8	0,3	0,8
2. Pesca	0,0	0,0	0,0
3. Indústrias extrativas	0,3	0,3	0,7
4. Indústrias de transformação	9,5	6,7	7,3
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,1	0,1	0,1
6. Construção	2,5	2,6	3,3
7. Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	48,6	39,6	53,1
8. Alojamento e alimentação	6,7	7,1	5,4
9. Transporte, armazenagem e comunicações	3,9	3,0	3,1
10. Intermediação financeira	1,8	2,1	1,0
11. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	13,2	21,3	10,9
12. Administração pública, defesa e seguridade social	0,3	0,2	0,2
13. Educação	1,8	2,7	3,1
14. Saúde e serviços sociais	2,2	3,5	2,2
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8,3	10,5	8,9
16. Serviços domésticos	0,0	0,0	0,0
17. Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0
Total (100%)	5.339.639	390.118	16.468

Fonte: Cadastro Central de Empresas – SIDRA/IBGE.

Como atividades que mais concentram o número de unidades locais, em terceiro lugar ainda, destacamos para o Brasil as indústrias de transformação que abrangem 9,52% das unidades no país segundo a CNAE. Para o Estado do Rio de Janeiro e a Região Norte Fluminense, outros serviços coletivos, sociais e pessoais abrangem 10,47% e 8,92 das unidades, respectivamente.

Um percentual maior de indústrias extrativas no norte fluminense do que no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro se deve certamente à atuação da indústria petrolífera na área. Mais a frente se verá que a distribuição das unidades locais no norte fluminense pode estar sendo

determinada em grande medida pelo predomínio de algumas áreas sobre outras. Não há uma uniformidade das atividades especialmente no setor petrolífero.

Tabela 1.15 – Unidades Locais por Setor de Atividade, Região Norte Fluminense – 1996 a 2002

Classificação de atividades (CNAE)	1996	1998	2000	2002
1. Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1,0	1,1	0,8	0,8
2. Pesca	0,0	0,0	0,0	0,0
3. Indústrias extrativas	0,5	0,6	0,6	0,7
4. Indústrias de transformação	9,3	8,5	7,6	7,3
5. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,1	0,1	0,1	0,1
6. Construção	2,1	2,5	2,9	3,3
7. Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	60,2	56,4	54,2	53,1
8. Alojamento e alimentação	5,9	5,8	5,6	5,4
9. Transporte, armazenagem e comunicações	2,5	2,5	2,6	3,1
10. Intermediação financeira	0,9	0,9	1,1	1,0
11. Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7,0	8,8	10,3	10,9
12. Administração pública, defesa e seguridade social	0,3	0,3	0,2	0,2
13. Educação	2,3	2,8	3,0	3,1
14. Saúde e serviços sociais	1,6	1,9	2,0	2,2
15. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	6,3	7,6	9,0	8,9
16. Serviços domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0
17. Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0
Total (100%)	10.591	12.093	13.485	16.468

Fonte: Cadastro Central de Empresas – SIDRA/IBGE.

Nota-se também que, apesar das atividades ligadas a comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos terem um número bem maior de unidades, os setores que mais vem crescendo no norte fluminense são as indústrias extrativas, o setor de construção e as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Estas últimas influenciadas indiretamente pela primeira, que são as atividades ligadas à indústria extrativa. Além destes, crescem também o número de unidades locais nas atividades relativas

a transporte, armazenagem e comunicações; educação; saúde e serviços sociais e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Quanto à análise segundo os municípios, mais uma vez, podemos perceber que aqueles que mais concentram as unidades locais no norte fluminense são Campos e Macaé, com número bem mais elevado que os demais municípios. Esse fato ocorre justamente por serem os municípios com maior população da região, além de maior circulação de pessoas e de investimentos. Como já foi mostrado, as características históricas da região já revelam a importância dessas duas áreas na região. É importante comparar esta distribuição das unidades locais com a distribuição populacional (ver também tabela 1.3). Pode-se destacar que o peso das atividades de Macaé é sempre maior do que o seu percentual populacional (19%), especialmente nas indústrias extrativas, e também em saúde e serviços sociais. Já Campos dos Goytacazes apresenta percentuais de distribuição das unidades locais mais próximos do percentual de sua população na região, que é de 58%, exceto nas indústrias extrativas.

Tabela 1.16 – Unidades Locais de Alguns Setores Selecionados - Municípios da Região Norte Fluminense 2002 (%)

Municípios	Indústrias extrativas	Construção	Comércio; reparação de veículos... Objetos...	Atividades imobiliárias... Serviços... às empresas	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Campos dos Goytacazes	17,3	57,4	66,1	58,3	47,4	54,0
Carapebus	0,9	0,2	0,6	0,7	1,1	1,1
Cardoso Moreira	3,6	0,9	0,6	1,5	0,1	1,4
Conceição de Macabu	5,5	2,0	2,0	2,7	0,8	1,9
Macaé	60,9	22,6	24,6	23,7	42,5	34,0
Quissamã	0,9	0,9	2,8	1,2	0,8	1,6
São Fidélis	6,4	8,2	0,7	4,5	4,0	3,0
São Francisco de Itabapoana	2,7	3,3	1,5	4,4	1,3	0,8
São João da Barra	1,8	4,5	1,3	3,1	2,1	2,2
Total (100%)	110	1.196	545	8.746	1.792	365

Fonte: Cadastro Central de Empresas – SIDRA/IBGE.

Portanto, é possível notar como a tão discutida relação entre desenvolvimento/crescimento econômico e população não deixa de ser relevante. A dinâmica demográfica nos municípios do Norte Fluminense está tendo forte impacto das mudanças no contexto econômico, apresentando maiores evidências em Macaé, justamente o município que tem a maior concentração de indústrias e pessoas trabalhando na área petrolífera, o que tem reflexo nos outros setores.

Diante destas considerações sobre o desenvolvimento no norte fluminense e os maiores impactos sobre o município de Macaé, cabe interrogar também o porquê das instalações da Petrobrás e, conseqüente das demais empresas do ramo, recaírem sobre este município. Segundo Nelson Crespo (2003), os motivos pelos quais a empresa decidiu-se por Macaé, parecem fundamentar-se na teoria clássica de localização. A distância desenvolve grande papel sobre os processos de desenvolvimento da atividade econômica, uma vez que os produtos, serviços e pessoas muitas vezes precisam percorrer distâncias para o funcionamento da economia. Para a atividade industrial, esse aspecto é ainda mais evidente.

Sendo assim, a escolha por Macaé se baseia em algumas características como a maior proximidade entre esta cidade e a sede da Petrobrás na cidade do Rio de Janeiro, afinal, a praia do Farol em Campos fica em torno de 150 Km a mais; essa menor distância já se apresentava como um facilitador para a circulação dos profissionais da empresa entre a capital e a nova sede na região. Alguns critérios técnicos também se apresentavam, lembrando Crespo que não eram necessariamente “neutros”; a necessidade de construção de um porto na base de operações também era importante, e essas condições eram mais bem satisfeitas em Macaé do que na praia de Farol, que tem um mar mais bravio, além disso, Macaé já possuía um pequeno

porto em Imbetiba. Uma outra situação da época devia-se aos usineiros que atuavam política e economicamente no município de Campos, estes também não se sentiam favorecidos com a vinda da indústria para sua cidade, o que poderia prejudicar a monocultura açucareira, característica da região. De qualquer forma, entre tantas razões, o fato é que em finais da década de 70, a indústria definitivamente se instala na região, e muitas transformações são acarretadas a partir daí.

Sendo assim, diante das mudanças mais evidentes em Macaé, e sendo Campos também uma das maiores cidades da região, concentraremos nosso estudo principalmente nestes dois municípios, buscando apreender o contexto da atividade econômica e do mercado de trabalho, relacionando com algumas questões concernentes aos estudos populacionais.

Após ter uma dimensão da dinâmica demográfica e sócio-econômica da região, percebemos que os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé se destacam no cenário geral do norte fluminense, especialmente em termos populacionais, no processo de urbanização e na dinâmica das atividades econômicas; além disso, são os municípios que recebem os maiores montantes de royalties do petróleo. Portanto, vamos analisar aqui o mercado de trabalho para homens e mulheres nestes municípios, antes, entretanto, passaremos a uma revisão bibliográfica sobre o mundo do trabalho feminino e masculino.

CAPITULO II – QUESTÕES DE GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

INTRODUÇÃO

O fenômeno do trabalho pode ser estudado tendo como fio condutor da análise a participação de homens e mulheres nesta atividade social. Abordamos, assim, a atuação masculina e feminina no âmbito do emprego, afinal a desigualdade de gênero é uma das mais evidentes especificidades do mercado de trabalho.

Entretanto, o processo de emancipação feminina no Brasil e no mundo revelou-se como um dos grandes fenômenos sociais do século passado, mesmo diante dessas evidências de desigualdade; na segunda metade do século, essas transformações puderam ser sentidas com maior amplitude.

O objetivo desta parte é contextualizar brevemente os estudos referentes à questão de gênero e o desenvolvimento deste conceito como forma de analisar a relação entre os sexos. Apresentamos a relação entre os estudos de gênero e mercado de trabalho, a partir de algumas evidências que já têm sido discutidas neste campo de análise.

Além disso, tecemos também alguns comentários sobre as mudanças recentes na coleta de informações sobre o mercado de trabalho e o que tem sido discutido neste sentido, abordando as transformações que ocorreram na forma de coletar os dados referentes à participação da população em alguma atividade econômica. Foi possível notar também como essas mudanças se refletem distintamente para homens e mulheres.

2.1. CONSTRUÇÃO DO FEMININO E DO MASCULINO: ASPECTOS TEÓRICOS

A noção de gênero utilizada entre as feministas visava insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, era uma forma de combater as determinações biológicas que estavam subentendidas nos termos relacionados ao sexo. A noção de gênero também destaca o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e da masculinidade. O gênero não pode ser apenas uma definição referente às mulheres, mas sim a uma relação entre ambos os sexos, caracterizada fundamentalmente por aspectos sócio-culturais. Scott (1994) considera gênero como o saber a respeito das diferenças sexuais, entendendo este saber a partir da concepção de Michel Foucault, como o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas; no nosso caso, as relações entre homens e mulheres. Além disso, “o saber é uma forma de ordenar o mundo, e como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela. Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual” (Scott, 1994, p. 13). O gênero estabelece um significado social para as diferenças corporais e biológicas.

O conceito de gênero é uma ferramenta teórico-política que se apresenta como uma lente de enfoque da realidade social, surge como instrumento de análise que vem rebater o determinismo biológico, redirecionando o centro do debate para o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, ou seja, para as relações de poder envolvidas nas construções simbólicas do feminino e do masculino em cada sociedade nos diferentes tempos históricos (Lavinias e Castro, 1992).

Guedes (2004) apresenta uma discussão sobre a construção do feminino e do masculino e traz algumas questões sobre o conceito de gênero. Entendendo a primazia do

aspecto cultural sobre o biológico, passa-se a analisar não mais a natureza da mulher, mas a construção do feminino, e das diferenças internas em cada sociedade.

Uma mudança significativa é que ao invés de focar a questão nas *construções de papéis* femininos e masculinos, o conceito de gênero focaliza a questão na *construção de identidades*, ou seja, feminino e masculino estando um em relação ao outro e só podendo ser compreendido desta maneira (p. 14).

A problemática do feminino e do masculino deve desnaturalizar o biológico. Portanto, entendemos que o contexto social, cultural, econômico e político de cada sociedade pode evidenciar também diferenciais nessa construção, especialmente sobre o mundo do trabalho; destacando que o plano econômico produz significativos impactos na vida laboral. O mundo do trabalho é em grande medida afetado pelas transformações na esfera econômica em caráter nacional e mundial, diante da mundialização do capital, onde o capitalismo é caracterizado por políticas de desregulamentação das trocas, das finanças e do trabalho.

Sendo assim, entende-se o conceito de gênero como sendo “relacional”. Portanto, existe uma pluralidade de masculinos e femininos que podem ser estudados a partir de vários cruzamentos, como Tilly (1994) e Scott (1994) revelaram ao apresentar homens e mulheres como sujeitos construídos socialmente.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica, elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas

são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder (Tilly, 1994, p. 31).

A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos (Scott, 1994, p. 19).

Nosso enfoque do trabalho se dará nesta perspectiva, realizaremos aqui uma análise do trabalho das mulheres e também dos homens. O estudo deve ser conduzido a partir das relações sociais entre as categorias que constituem as diferenças, homens e mulheres, e não sobre a noção do feminino socialmente subordinado; é importante considerar que os sujeitos diferentes não são realmente idênticos, mas equivalentes.

Vários motivos aparecem como razão para o aumento da entrada da mulher no mercado de trabalho, dentre eles a busca de aumentar a renda da família. Segundo Guedes (2004):

O cenário econômico favorecia este tipo de argumentação, uma vez que a crise do petróleo (1973) desencadeou uma série de conseqüências nos chamados países periféricos e o fim da pujança econômica, que marcara os anos do “milagre” brasileiro, gerava um ambiente de maior incerteza. Mas é também nesse período que assistia-se em países como o Brasil os ecos do

movimento feminista europeu e questões como a liberdade sexual (Guedes, 2004, p. 29).

O movimento das feministas nos anos 70 imprimiu grande força para estabelecer uma nova posição da mulher na sociedade, levantando muitas questões sobre a atuação da mulher na esfera do lar e fora dele.

Nos anos 80, o capitalismo se aprofunda no Brasil, com uma crescente alta inflação e uma dívida externa vultosa, ao mesmo tempo há um forte ingresso de mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, esse fenômeno ocorreu a partir de fundamentos não muito favoráveis, a mulher era encarada como uma mão-de-obra menos qualificada e, sendo assim, mais barata; além disso, o capitalismo também gerava relações de trabalho mais precárias, com reduzida estabilidade, onde as mulheres se encaixavam melhor.

Entre os anos 80 e 90, destacam-se algumas mudanças no trabalho: a indústria, que se reestrutura para fazer face à concorrência internacional; o setor financeiro, atingido pela crescente automação, pela súbita amputação das receitas inflacionárias que detinham antes do Plano Real e por um crescente número de fusões e aquisições; as estatais, que, à medida que vão sendo privatizadas, são obrigadas a se desfazer de parcelas significativas de seu pessoal; e a administração pública, cuja reorganização começa a se traduzir numa diminuição do número de servidores públicos (Bruschini, 2000, p. 24-25). Sendo assim, conseguir um emprego formal se torna cada vez mais difícil, e as relações de trabalho ficam mais precárias, além disso, as mudanças na indústria atingiram de forma mais perversa as mulheres.

Em uma reflexão feita no início dos anos 70, Madeira e Singer (1973), afirmam que o processo de industrialização fez a mulher parecer menos ativa, isso porque entre as principais

características do processo de desenvolvimento de uma sociedade, está a separação gradativa das atividades relativas à produção de bens e serviços das demais atividades. Diante do desenvolvimento tecnológico, as atividades relacionadas à produção social passam a se distanciar espacial e temporalmente. Nesse sentido, a atividade designada por trabalho se torna cada vez mais baseada em especificidades tais como um lugar, intervalos de tempo e condições contratuais. Nessas condições de distinção entre casa e trabalho e de especialização, a mulher acabou por ficar responsável pelas atividades da casa. Os autores ressaltam também que algumas mulheres, geralmente solteiras sem estudo nem trabalho, passam a se dedicar exclusivamente ao trabalho doméstico por não conseguirem se inserir no novo processo de produção social.

Entendemos que, num primeiro momento, as transformações tecnológicas e o fenômeno da industrialização acarretam uma significativa mudança da divisão social do trabalho, o que afeta o trabalho feminino em especial. Nesse processo, a população que estava inserida em sua maior parte no setor agrícola passa a atuar em outros setores da economia. Além disso, podemos entender também que com o desenvolvimento econômico e a industrialização, a população se dirige a ocupações mais especializadas fora da esfera doméstica; sendo assim, a participação da mulher nas atividades consideradas produtivas é menor. Mas, logo após esse momento, há um crescimento expressivo da inserção da mulher no setor de serviços. Portanto, como afirmam Madeira e Singer (1973), gradativamente, a atividade da mulher vai se tornando mais especializada e ela mais escolarizada:

(...) enquanto as atividades se limitam ao âmbito doméstico, elas são em geral manuais e não remuneradas, ao passo que nos estágios adiantados, a

atividade da mulher é predominantemente remunerada, exigindo sempre um determinado grau de escolaridade e especialização (p.3).

Segundo alguns analistas, a indústria perdeu muito de sua potencialidade de gerar novos postos de trabalho, ao mesmo tempo o setor terciário cada vez mais passa a incorporar a população economicamente ativa, onde tais processos se mostram mais benéficos para as mulheres, justificando a maior facilidade que elas encontram para se inserir no mercado de trabalho (SEADE, 1998 e Bruschini, 2000). É no interior das ocupações que começa um processo silencioso de mudança, apesar da permanência de uma distribuição ocupacional em que afirmam ocupações caracteristicamente femininas, constata-se também que elas têm alcançado profissões e ramos de atividade que requerem maior escolaridade e qualificação.

Mas nosso foco em relação aos estudos do trabalho é a sua interface com a participação de homens e mulheres mediante contextos sócio-econômicos com relativa distinção. Segundo Bruschini, mudanças e continuidades marcam a mão-de-obra brasileira como um todo, especialmente a feminina, Guedes (2004) lembra que a divisão sexual do trabalho ainda reforça as diferentes esferas do trabalho de homens e mulheres:

A divisão sexual do trabalho é um conceito central na análise do trabalho feminino uma vez que evidencia as distintas esferas de trabalho tradicionalmente de homens e mulheres: aqueles ficariam incumbidos da unidade produtiva (mais visibilizada e valorizada socialmente) e por isso receberiam um salário, e estas seriam responsáveis pela unidade doméstica (tarefas relativas à reprodução da força de trabalho) e não receberiam qualquer remuneração (p. 26).

Na relação entre população e trabalho, notamos que os eventos demográficos como o casamento, o nascimento de filhos e a criação destes, acabam por determinar em grande medida a participação da população na força de trabalho, considerando que estes eventos envolvem muito mais as mulheres do que os homens.

O mundo do trabalho para ambos os sexos pode ser analisado sob diversas lentes de estudo, como renda, concentração em determinados ramos de atividade, níveis educacionais, posição na ocupação etc. O essencial é que esses dados sejam analisados sob um enfoque crítico. Segundo Bruschini (2000), é importante reconhecer que os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho estão baseados em atividades econômicas desempenhadas acima de tudo pelos homens, o que pode ocultar aspectos da participação da mulher. Para DeGraff e Anker (2004), o ponto referente à medição do trabalho é mais crucial para elas do que para eles.

(...) As questões da medição são universais em sua natureza, elas provavelmente são mais importantes na medição da participação feminina na força de trabalho do que da participação masculina. Devido às normas baseadas no gênero, que atribuem às mulheres maiores responsabilidades pelo cuidado dos filhos e a manutenção doméstica, a atividade das mulheres no mercado de trabalho tende a ser sistematicamente subestimada (p.169).

A discussão de gênero e mercado de trabalho, portanto, perpassa uma discussão sobre os conceitos e dados referentes à participação da força de trabalho por sexo, mas também por idade, setor ocupacional e até mesmo unidades de estudo. Não obstante, tanto os problemas

conceituais quanto os valores culturais apresentam implicações consideráveis na medição da atividade do trabalho feminino.

2.2. AS MUDANÇAS CONCEITUAIS RECENTES NA COLETA DE DADOS SOBRE MERCADO DE TRABALHO

Medir a atividade do trabalho através da participação na força de trabalho é um estudo que envolve uma riqueza de detalhes e descobertas, mas também problemas conceituais e metodológicos. Um destes, logo num primeiro momento, é a própria dificuldade de definir trabalho e atividade da força de trabalho. Segundo De Graff e Anker (2004), deve-se ter esses cuidados metodológicos em quaisquer contextos, mas eles se tornam essenciais nos países em desenvolvimento, uma vez que nestes, o mercado de trabalho é menos formalizado, a agricultura familiar é mais importante, a indistinção entre ambiente doméstico e local de trabalho é mais freqüente. Os autores colocam três conjuntos de questões no seio desta discussão, que muito se relaciona com os aspectos que apresentamos aqui a respeito das mudanças metodológicas recentes na coleta de dados sobre trabalho.

A definição de trabalho familiar e doméstico não é muito clara, às vezes, o limite entre atividade no mercado de trabalho e produção doméstica é meio impreciso. Qualquer definição de atividade no mercado de trabalho deve indicar se a atividade pode gerar renda de maneira indireta (através do consumo da própria produção) para constar como atividade no mercado de trabalho e, além disso, o que a qualifica como geradora de renda. Uma outra questão refere-se às dimensões temporais da atividade de trabalho, é importante uma decisão concreta desse limite; como veremos, os censos já se basearam em um período de referência de um ano

anterior ao censo, e atualmente refere-se à uma semana fixa no ano da pesquisa. É importante considerar também a questão do desemprego, pois a força de trabalho abrange empregados e desempregados; é preciso ter uma definição clara também sobre esta situação (De Graff e Anker, 2004).

As estatísticas sociais no Brasil apresentam-se com um sistema cada vez mais aprimorado. O Governo Federal instituiu a Comissão Nacional de Classificações (CONCLA), a fim de fixar critérios básicos para todo o Sistema Nacional de Estatística, com o objetivo de realizar comparações internacionais, seguindo as normas da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O Censo Demográfico de 2000 apresentou algumas inovações especialmente no que concerne às estatísticas do trabalho, com a inserção do trabalho sem objetivo econômico direto, realizado para auto-consumo.

Segundo as Nações Unidas, a força de trabalho constitui a atividade de todas as pessoas que oferecem mão-de-obra para a produção de bens e serviços econômicos, tais como definidos pelos sistemas das Nações Unidas de contas e balanços nacionais, mas dentro desse sistema, e sob a denominação de econômico, há a inclusão de muitas atividades que não geram renda monetária diretamente; a recomendação é que deve ser incluída no produto toda produção de produtos primários para consumo próprio, para trocas ou para venda em espécie.

Apesar destas recomendações, na prática continua havendo debates e diferenças substanciais entre os países, pesquisas e censos sobre onde se deveria traçar a linha divisória entre atividade econômica e não econômica, ou seja, entre o trabalho no mercado de trabalho e a produção doméstica (De Graff e Anker, 2004, p. 171).

Essa nova consideração faz mudar o conceito de ocupação e de População Economicamente ativa. A inclusão deste tipo de trabalho na consideração do trabalho como um todo se apresenta como um aspecto fundamental que contribui para o entendimento de diversas dimensões da reprodução social, que não cruzam necessariamente com o mercado. Entretanto, analisando por outro lado, incluir essa participação no trabalho, pode mascarar reais condições sociais, uma vez que acarreta a diminuição do desemprego e da inatividade. É preciso ter em mente essas mudanças, afinal os dados permitem analisar o trabalho remunerado e o não-remunerado, ou seja, os dados se apresentam de forma diferente e são analisados a partir de um novo enfoque e novas considerações, não significando mudanças nas condições sociais da população.

Alguns aumentos na participação em alguma atividade econômica no ano 2000 ocorreram devido à ampliação do conceito de trabalho adotada pelo IBGE. O novo conceito de trabalho inclui: a) ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens ou serviços; b) ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; c) ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas durante pelo menos uma hora na semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário; d) ocupações desenvolvidas pelo menos uma hora por semana na produção de bens e na construção de edificações e benfeitorias para o uso próprio ou pelo menos um membro da unidade domiciliar (Bruschini, 2000).

Como Deddeca (2004) ressalta, a mudança no marco metodológico acarreta mudanças diretas na consideração da atividade ou inatividade da população.

A partir daí, a valorização do trabalho voltado para o mercado intermediado pela troca monetária passa a explicar apenas parcialmente o marco metodológico sobre o qual tradicionalmente repousava o conceito de ocupação. Isto quer dizer que, parte da população inativa ou da população desempregada, considerada pelo critério de contribuição econômica, tornam-se ocupados segundo novo marco metodológico (p. 2).

Esta mudança metodológica adotada no Censo Demográfico de 2000 não torna os dados incomparáveis com os censos anteriores, pois é possível se identificar o grupo PEA totalmente comparável com os demais censos. A partir dessa possibilidade, Deddeca et al (2004) identificam dois tipos de PEA, uma que denominam PEA Restrita, com a definição utilizada em 1991, que considera como formas de trabalho aquelas que apresentam contribuição econômica direta para a economia. A outra é a PEA Ampla, já utilizada no Censo de 2000 e desde a PNAD de 1992, esta permite medir o volume de trabalho da sociedade, mesmo que nem todo ele seja envolvido pelos critérios das Contas Nacionais.

Segundo o autor, se seguissemos o conceito utilizado no Censo Demográfico de 1991, a População Economicamente Ativa em 2000 teria aproximadamente menos 2 milhões de pessoas.

Outra mudança fundamental incluída no Censo Demográfico de 2000 e que não permite comparação direta com os censos anteriores se refere ao período de referência da condição de atividade. No Censo Demográfico de 1991, este período era de um ano anterior ao

Censo, a pergunta era: “Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses?”. Já no Censo Demográfico de 2000, o período de referência passou a ser de uma semana, perguntava-se: “Na semana de 23 a 29 de julho de 2000 trabalhou em alguma atividade (...)?”.

Sendo assim, estamos entendendo o trabalho aqui, como trabalho em atividade econômica, sendo o exercício de trabalho remunerado, trabalho sem remuneração e trabalho na produção para o próprio consumo, definição esta utilizada pelo IBGE.

Certamente, na consideração do trabalho e de outros fenômenos da realidade sócio-econômica existe a necessidade de modificações e inovações, mas as dificuldades para estas mudanças também são evidentes. Diante da constante mutabilidade da realidade social e capitalista, a coleta e análise das informações estatísticas também precisam ser reconsideradas, todavia com bastante cuidado.

Para Dedecca (2004), o Censo Demográfico é o exemplo mais presente dessa situação. Como a ocorrência é decenal, a introdução de uma inovação, caso revele algum problema, só poderá ser corrigida no próximo censo, ou seja, depois de 10 anos. Ainda diz que pode acontecer que já em outro momento a realidade sócio-econômica exija outras modificações, e as anteriores já tenham sido superadas. Cabe notar, entretanto, que essas mudanças metodológicas se iniciaram a partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada. Adicionalmente, os dados censitários em nível nacional e estadual podem ser comparados aos dados da PNAD da década sem precisar se esperar 10 anos para confirmação das tendências. Talvez, no que se refere ao período de referência da condição de atividade, o que poderia ter sido feito seria a introdução de perguntas para controle e comparação com os censos anteriores, da mesma forma como feito para a definição da PEA.

No entanto, como mostra o autor, a diferença na PEA devido à mudança no período de referência é de 2 milhões em quase 76 milhões de trabalhadores (Dedecca, 2004).

O instrumento de coleta das informações do censo foi estruturado a fim de permitir, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados comparáveis com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores aos de 1992. Além disso, de acordo com o IBGE, a partir de 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-Domiciliar) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE-Domiciliar) passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD⁶.

Para o IBGE, O Censo 2000 representa um salto qualitativo em vários aspectos, entre eles, nas bases de comparação do Brasil com os demais países da comunidade internacional, pois o IBGE tem participado do esforço empreendido pela ONU para melhorar o grau de comparação das informações oficiais produzidas pelos países-membros. Além disso, vem trabalhando desde 1997 com seus congêneres do Mercosul, e pela primeira vez Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (com a adesão de Chile e Bolívia) unificaram classificações-chave, como as das atividades econômicas e ocupações, e escolheram um núcleo comum de perguntas que passarão a ser pesquisadas em seus censos populacionais⁷, segundo o próprio IBGE.

⁶ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/notas_sintese.pdf

2.3. GÊNERO E MEDIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Uma análise do mercado de trabalho deve inserir-se nas transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas. “O conceito de dimensão do trabalho abrange quatro dimensões: o emprego, conteúdo do trabalho, jornada de trabalho e remuneração” (Martin apud Neves, 2000). Alguns indicadores dessas transformações são: taxas de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade.

A pouca visibilidade do trabalho feminino começa a partir desta conceituação. Mesmo diante destas mudanças metodológicas, o conceito de trabalho ainda permanece muito voltado para o mercado e para a produção efetiva.

Sparr (2002)⁸ propõe uma classificação da atividade denominada trabalho em dois aspectos: o trabalho reprodutivo, sendo aquele não-remunerado que busca a manutenção da família, considerando atividades de subsistência, os trabalhos domésticos; e o trabalho produtivo, aquele que gera uma determinada renda, aspecto mais utilizado nos estudos do trabalho – o trabalho formal e informal e até o não-remunerado no âmbito familiar. Uma questão ressaltada por Guedes (2004), é que “uma vez reconhecido que o chamado trabalho reprodutivo desempenha o papel fundamental de produzir a mercadoria força de trabalho na organização capitalista, classificá-lo como ‘não-produtivo’ representaria a aceitação do mercado como único espaço econômico legítimo” (p. 28).

Percebemos as evidências das últimas décadas, segundo as quais as mulheres vêm desenvolvendo atividades nestas duas esferas, muito mais do que os homens, ou seja, elas têm

⁷ <http://www.ibge.gov.br/censo/inovacoes.shtm>

conquistado espaço no mercado, mas permanecem com a responsabilidade pelas atividades domésticas, numa constante busca de conciliação destes papéis.

A inserção da mulher no mundo do trabalho também se caracteriza por uma acentuada divisão em relação aos homens, revelando maior participação em setores específicos e segregação ocupacional. Dentro desse contexto, a questão educacional desempenha um primordial papel onde as mulheres têm apresentando significativa evidência. Entretanto, mesmo independente da escolaridade, esta concentração de mulheres em ocupações tipicamente delas é bastante elevada.

Além disso, as leis trabalhistas tornam as mulheres mais onerosas aos empregadores do que os homens. A legislação trabalhista prevê para as mulheres a licença-maternidade e elas também podem se aposentar mais cedo do que os homens; “o movimento dos trabalhadores no Brasil reforçou o papel dos homens como os provedores primordiais e trabalhou para proteger o papel maternal das mulheres” (Banco Mundial, 2003, p. 78), isso também contribuiu para reforçar os papéis de gênero, especialmente no âmbito do trabalho.

A reestruturação produtiva e a maior exigência de qualificação podem ser estudadas em nível populacional e em termos de relações de gênero. Segundo Neves (2000), ainda há uma forte qualificação da mão-de-obra ocorrendo apenas para um grupo específico, que são em grande parte os trabalhadores masculinos, geralmente atuando em empresas que se encontram no topo da cadeia produtiva. Para uma maior parte dos trabalhadores, destacando-se aí as trabalhadoras, a inserção no mercado de trabalho e na produção ocorre ao longo da cadeia produtiva, onde predomina o trabalho taylorista/fordista, muitas vezes precarizado, com contratos temporários, buscando uma redução de custos.

⁸ Sparr (2002) apud Guedes (2004).

Nesse processo de flexibilização e modernização, a mão-de-obra feminina se insere através de jornadas de trabalho parciais, contratos por tempo determinado, trabalhos domésticos, com baixa valorização do trabalho feminino. Suas condições de trabalho geralmente são precárias e inseguras e com baixos salários. Com a reestruturação produtiva permanecem a discriminação e a exclusão das mulheres, com efeitos físicos, mas também psíquicos para elas (Neves, 2000).

Portanto, em todo o mundo as mudanças na esfera do trabalho e principalmente para o trabalho feminino têm sido marcantes. No Brasil, a população experimentou transformações profundas nos aspectos sociais e culturais, como consequência de outras mudanças de caráter econômico, político, cultural e demográfico.

Pretendemos, assim, examinar questões de gênero como um fenômeno histórico que também se produz e reproduz em diferentes situações ao longo do tempo, aqui analisaremos contextualmente, como um fenômeno inserido no espaço e no tempo.

Após o reconhecimento do contexto da Região Norte Fluminense e de uma revisão sobre os temas relacionados às questões de gênero e mercado de trabalho, passamos a seguir para a análise da inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho nas duas principais cidades desta região, buscando nestes contextos locais e diferenciados, quais são as mudanças ou permanências que ocorrem nas relações do mercado de trabalho para homens e mulheres.

CAPÍTULO III – POPULAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS E MACAÉ

INTRODUÇÃO

O efeito das transformações econômicas e institucionais nos últimos anos no Brasil – como a Constituição de 1988, a desregulamentação do mercado interno, a privatização de estatais e a implementação de planos de estabilização, entre outras – foi bastante intenso sobre o mercado de trabalho (Machado, Oliveira e Wajnman, 2005). Segundo Bruschini (2000):

Tais transformações têm lugar em um cenário marcado pela globalização, por uma nova organização do trabalho, e por uma reestruturação produtiva que vem provocando o declínio das formas mais protegidas de emprego, o desemprego e o surgimento de novas alternativas de trabalho, em geral sem cobertura legal. No Brasil, essas transformações da economia contribuem para acentuar a crise local, cujos sintomas principais são: a perda de postos de trabalho na indústria, a perda da qualidade dos empregos e o aumento da informalidade (p. 55).

Sendo assim, como consequência de toda mudança na esfera econômica, o mercado de trabalho brasileiro também passa por significativas tensões. Os postos de trabalho apresentam crescimento, entretanto, cresce o setor informal, composto por empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria; ou seja, o mercado de trabalho conseguiu gerar novas ocupações, mas com outros tipos de relações de trabalho, como alternativas para a estagnação da economia formal, que não mais consegue absorver a mão-de-obra disponível

(Melo, 2000). Dentro desse quadro, aparece também um fenômeno indiscutível – o aumento da participação feminina na força de trabalho. Na verdade, segundo Machado, Oliveira e Wajnman (2005), “o aumento da participação da mulher em várias instâncias, tais como política, social, cultural e no âmbito econômico” (p.8).

No presente capítulo, pretendemos analisar a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, já destacados anteriormente, entendendo que o mundo do trabalho tem sido um expressivo espelho das mudanças de comportamento e de desempenho dos papéis de homens e mulheres na sociedade brasileira em geral. Antes, porém, apresentamos alguns dados sobre o Brasil e também sobre a dinâmica populacional recente nos municípios em questão.

Essa mudança na participação de homens e mulheres no Brasil pode ser constatada a partir da tabela 3.1 a seguir com os indicadores de participação econômica. É possível notar que a taxa de atividade masculina não apresenta tanta diferença no decorrer dos anos, aumentou pouco, mas em 2002 apresentou uma taxa bem próxima à de 1976; já as mulheres apresentaram um expressivo aumento da taxa de atividade, chegando em 2002 a 50,3% de participação. O percentual de homens e mulheres na PEA também vem apresentando mudanças, com diminuição do percentual de homens e aumento do peso das mulheres na PEA.

Anos	Homens		Mulheres	
	Taxa de Atividade	Percentagem na PEA	Taxa de Atividade	Percentagem na PEA
1976	73,6	71,2	28,8	28,8
1981	74,6	68,7	32,9	31,3
1983	74,8	67,0	35,6	33,0
1985	76,0	66,5	36,9	33,5
1990	75,3	64,5	39,2	35,5
1993	76,0	60,4	47,0	39,6
1995	75,3	59,6	48,1	40,4
1997	73,9	59,6	47,2	40,4
1998	73,6	59,3	47,5	40,7
2002	73,2	57,6	50,3	42,5

Fonte: <http://www.fcc.org.br/mulher/apres.html>.

O expressivo crescimento da taxa de atividade feminina e as mudanças nos percentuais de distribuição de homens e mulheres na PEA já revela as mudanças na composição do mercado de trabalho no Brasil. Sabóia (1995) afirma que nos períodos de crise pode ocorrer o crescimento da taxa de atividade, uma vez que cresce a busca de empregos pelas pessoas da família diante das dificuldades econômicas, o autor também destaca que “o surpreendente, entretanto, é a forma como ocorreu o aumento da taxa de atividade. Houve entrada no mercado de trabalho de um grande número de mulheres adultas com nível de escolaridade relativamente elevado” (p. 1126-1127). Como foi visto no capítulo anterior, parte deste aumento das taxas de atividade feminina ocorreu devido às mudanças de conceito e forma de operacionalização, mas certamente este aumento não foi determinado exclusivamente por isso.

É preciso ressaltar que essas transformações no trabalho se processaram de maneira diferenciada, especialmente no que concerne aos diferenciais de gênero. “No caso dos diferenciais homem-mulher, observa-se que: a) há pouca distinção de experiência; b) as

mulheres são sensivelmente mais escolarizadas ; e c) não obstante, os homens têm obtido melhores condições de trabalho” (Barros, 2002, p. 2).

A maior escolarização das mulheres parece mais fácil de ser constatada, como podemos ver na tabela 3.2. Distribuindo a população economicamente ativa por classes de anos de estudo, percebemos que as mulheres, mais do que os homens, se concentram nas classes de mais anos de estudo, e esse percentual vem crescendo com o tempo. De acordo com Beltrão e Alves (2004), houve uma reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX, na verdade, a escolaridade média está crescendo para ambos os sexos, mas as mulheres estão conseguindo isto numa maior velocidade, além disso, os autores mostram que os ganhos de escolaridade das mulheres acontecem com mais intensidade nas coortes mais jovens.

Tabela 3.2 – Distribuição da PEA Masculina e Feminina por Escolaridade, Brasil – 1993 a 2002

Anos de estudo	1993		1995		1997		1998		2002	
	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.	Hom.	Mul.
S/ inst. menos de 1 ano	17,0	14,4	16,3	13,2	14,9	11,8	14,1	10,6	11,4	8,5
De 1 a 3 anos	20,0	17,4	19,0	16,5	17,9	14,8	17,3	14,1	14,1	11,1
De 4 a 7 anos	34,1	32,0	34,1	31,9	33,7	30,3	32,8	29,6	30,8	26,7
De 8 a 10 anos	12,7	13,0	13,4	13,6	14,5	15,3	15,3	16,1	16,9	16,7
De 11 a 14 anos	11,6	16,9	12,2	18,1	14,0	20,5	14,9	21,7	20,5	27,9
15 anos ou mais	4,5	6,0	4,8	6,5	5,2	7,4	5,3	7,5	5,8	8,6
Total* (100%)	42,9	28,0	44,2	30,0	44,8	30,4	45,6	31,3	49,5	36,5

Fonte: <http://www.fcc.org.br/mulher/apres.html>.

* Valores expressos em milhões.

Portanto, entre os diversos fatores determinantes para o incremento da participação feminina no mercado de trabalho, podemos citar as mudanças sociais e culturais juntamente com a modernização e a urbanização, o aumento do nível educacional, a necessidade de complementar a renda familiar diante também do empobrecimento advindo da crise e uma

maior quantidade de mães chefes de família (Martine, Carvalho e Arias, 1994). Bruschini (2000) afirma que essa maior participação feminina se deve também, em grande medida, às transformações demográficas que vêm ocorrendo no país e que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras.

Já Lavinias (2000) também apresenta a reestruturação produtiva dos anos 90 como uma das razões para o comportamento da taxa de atividade mais favorável às mulheres. A redução massiva do emprego industrial afetou mais os homens, uma vez que estes são sobre-representados no setor; enquanto isto, a expansão da economia de serviços favoreceu as mulheres. Entretanto, a autora ressalta também que o perfil de segregação ocupacional permanece elevado.

Ao tratar sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro, Machado, Oliveira e Wajzman (2005) apontam que as mulheres têm se constituído em uma força política e produtiva atuante, mas a desigualdade característica do nosso país contribui para torná-las um grupo demográfico bastante influenciado por este contexto. Mesmo assim, as autoras chegam a falar da possibilidade de convergência das taxas de atividade masculina e feminina.

A urbanização e o desenvolvimento tecnológico contribuíram para as transformações evidentes na esfera do trabalho e, conseqüentemente, na inserção de homens e mulheres no mundo do trabalho. Segundo o texto *A questão de gênero no Brasil*, “além do nível de escolarização e das alterações demográficas, as taxas de crescimento e o aumento do nível de industrialização e urbanização geraram demanda por mão-de-obra que absorveu novos trabalhadores na força de trabalho e, em especial, as mulheres” (Banco Mundial, 2003, p. 73). Podemos associar, a partir disto, o próprio processo de industrialização e urbanização às mudanças de gênero no mundo do trabalho. A urbanização também pode contribuir para uma

maior inserção no processo de educação formal, além de gerar relações de trabalho que dificultam mais a busca pelo trabalho infantil.

Sendo assim, temos presenciado em todo o Brasil, mudanças expressivas no domínio do trabalho, reflexo especialmente das mudanças na esfera econômica, que tem redimensionado os rumos da ocupação e do emprego. Entendemos também que a estrutura populacional exerce sua influência no mercado de trabalho, uma vez que neste também existem diferenciais entre homens e mulheres, entre idades, entre origem migratória, etc. Toda essa gama de fatores está relacionada, de certa forma, com o processo de urbanização e a dinâmica populacional, especialmente em nível municipal, como veremos em Campos e Macaé. Assim é importante conhecer as mudanças na estrutura etária por sexo dos municípios em análise.

3.1. ESTRUTURA POPULACIONAL EM CAMPOS E MACAÉ

A participação efetiva da população em alguma atividade econômica está estreitamente relacionada com a dinâmica demográfica da região e sua estrutura populacional. Assim, apresentamos a evolução da população total de Campos e Macaé no período de 1970 a 2000 por grandes faixas etárias e sexo, buscando apreender as possíveis transformações nestes municípios, que são considerados os maiores do Norte Fluminense, em decorrência de características históricas já apontadas e das atividades petrolíferas na região. Salientamos que a análise dos municípios e de suas realidades não se dá aqui como o estudo de duas categorias em fixas oposições, mas como dois processos inseridos num processo maior, apresentando construções distintas.

A tabela 3.3 apresenta o comportamento dos grandes grupos etários com suas taxas de crescimento. Podemos notar que o crescimento populacional em Macaé é bastante superior ao crescimento em Campos, justamente porque os maiores impactos em termos demográficos se deram neste município, onde foi instalada uma grande quantidade de empresas do setor de petróleo, atraindo um número significativo de migrantes em direção à cidade, como visto anteriormente. De 1991 para 2000, enquanto Macaé cresceu a um ritmo de 3,07% ao ano, Campos apresentou taxa de crescimento populacional de 0,5%. Nesse mesmo período, o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil apresentaram taxa de crescimento de 1,3 e 1,6% a.a., respectivamente.

Tabela 3.3 – Distribuição da População e Taxa de Crescimento Populacional, Campos e Macaé – 2000

Grupos Etários	População Total				Taxa de Crescimento Anual		
	1970	1980	1991	2000	70/80	80/91	91/00
Campos							
0-14	41,9	35,4	31,8	27,3	-0,77	0,04	-1,19
15-24	20,8	22,8	18,9	19,1	1,83	-0,68	0,65
25-59	31,7	34,6	40,9	43,5	1,81	2,56	1,20
60 mais	5,7	7,2	8,4	10,0	3,38	2,39	2,47
Total (100%)	318.019	348.188	389.109	406.989	0,91	1,02	0,50
Macaé							
0-14	42,9	35,9	32,3	27,8	-0,28	1,67	1,38
15-24	20,3	22,3	18,2	19,4	2,49	0,76	3,81
25-59	30,5	34,8	42,8	45,7	2,85	4,58	3,83
60 mais	6,4	7,1	6,7	7,1	2,54	2,22	3,63
Total (100%)	65.225	75.771	100.895	132.461	1,51	2,64	3,07

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

O ritmo de crescimento dos grupos etários também se apresenta de forma diferenciada. O grupo de 0 a 14 anos já apresentava um decréscimo de 1970 para 1980, aumentando em

1991, mas volta a declinar durante a década de 90. Em Campos, o ritmo de crescimento dos idosos é maior do que aquele referente à população em idade ativa. Este grupo populacional em Macaé, cresce a taxas maiores, especialmente o grupo de 25 a 59 anos.

Essas transformações na estrutura etária especialmente quando envolve a população em idade ativa afeta também a taxa de dependência demográfica, estando bastante relacionada com a situação econômica da sociedade, assim como com o mercado de trabalho. A taxa trabalha com uma separação entre os grandes grupos populacionais considerando a população infantil, a população jovem e adulta, e a população idosa. A população adulta pode ser considerada como a população em idade ativa, ou seja, que se encontra na fase de inserir-se no mercado de trabalho. A taxa de dependência demográfica expressa a relação entre a população infantil e idosa em relação à população jovem e adulta.

A dependência demográfica vem diminuindo uma vez que a estrutura etária da população brasileira tem sofrido grandes alterações diante principalmente da queda da fecundidade, mas também do maior crescimento do número de idosos.

A taxa de dependência nos municípios em questão também vem declinando. Bongaarts (2003) separou a taxa de dependência demográfica entre as crianças e os idosos. Em Campos, a taxa de dependência foi de 0,67 em 1980; 0,59 em 1991 e 0,52 em 2000. Em Macaé, a taxa foi de 0,68 em 1980; 0,58 em 1991 e 0,48 em 2000. O declínio em Macaé foi maior do que em Campos (Tabela 3.5). No Brasil, a taxa de dependência demográfica foi 0,55 em 2000, mais elevada do que em Campos e Macaé, para o Estado do Rio de Janeiro, a taxa foi de 0,48, semelhante a de Macaé. Segundo Alves (2004):

Uma das conseqüências da transição demográfica é a alteração da estrutura etária da população reduzindo o peso relativo das crianças e aumentando, em primeiro lugar, o peso dos adultos e, em um período posterior, o peso dos idosos. (...) A menor carga de dependência tem um efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico (p. 2).

Sendo assim, essa diminuição nas taxas de dependência demográfica expressa aquilo que tem sido considerado entre os demógrafos como a “janela de oportunidade”, em função da mudança na estrutura etária da população, ou também “bônus demográfico”, em que o peso dos adultos na estrutura etária da população aumenta e posteriormente o de idosos, o que tem sido evidente também no norte fluminense. A menor taxa de dependência demográfica em Macaé representa esse bônus demográfico, o interessante é que a fecundidade é quase a mesma para Campos e Macaé, mas a imigração – geralmente na idade ativa – abaixa a taxa de dependência de Macaé.

Analisando a distribuição relativa dos grandes grupos etários, podemos constatar também nestes municípios o processo de envelhecimento populacional. Eduardo Rios-Neto (2005) separa a população em idade ativa (PIA) em PIA jovem, que seria a população de 15 a 24 anos; a PIA adulta, compreendendo o grupo etário de 25 a 44 anos, “composto pelas pessoas que auferem os ganhos de experiência nos seus rendimentos, além de passarem pela fase do ciclo de vida associada à constituição da família e criação dos filhos” (Rios-Neto, 2005, p. 19); e a PIA madura, composta pelo grupo de 45 a 64 anos de idade. Na análise sobre mercado de trabalho, mais à frente, iremos considerar melhor a questão da idade no trabalho e

rendimento. Na tabela 3.4, podemos ver que Macaé vem apresentando uma população em idade ativa (considerando, no caso, PIA adulta e madura) um pouco maior do que em Campos, enquanto este apresenta um percentual de idosos mais elevado, considerações estas válidas também para homens e mulheres.

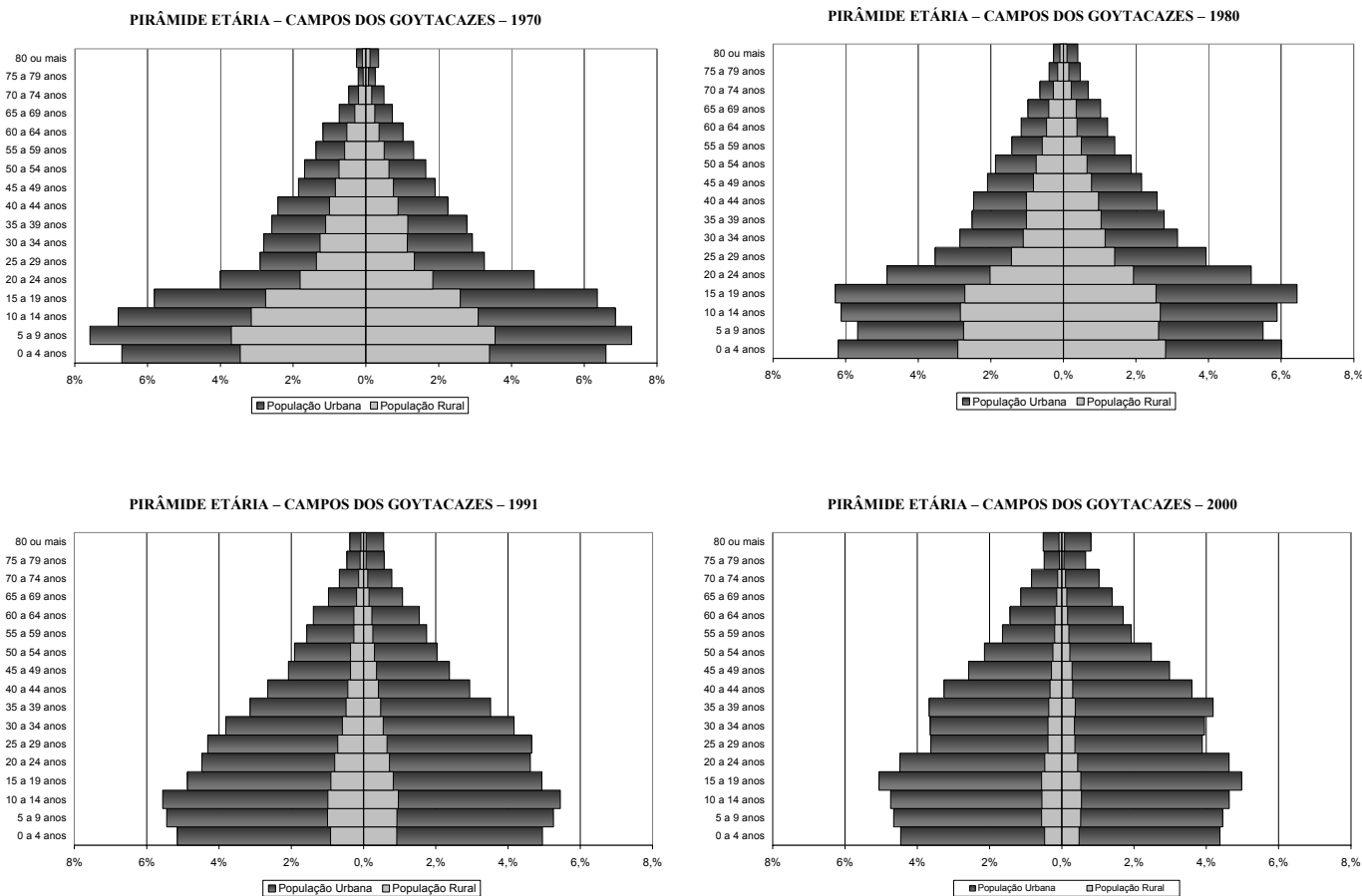
Grupos Etários	Campos		Macaé	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0-14	28,6	26,1	28,4	27,2
15-24	19,7	18,6	19,5	19,3
25-59	42,5	44,5	45,6	45,8
60 mais	9,1	10,8	6,5	7,7
Total (100%)	196.711	210.278	65.523	66.938
TDD	60,7	58,4	53,7	53,6
IE	31,8	41,5	22,8	28,2

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Nesse mesmo ano no Brasil, considerando homens e mulheres, 29,6% da população estava nas idades entre 0 e 14 anos; 20,1% tinha de 15 a 24 anos; 41,8% pertencia ao grupo em idade ativa e o percentual de idosos era de 8,5%.

Para ter uma idéia da dinâmica demográfica nos municípios e também da dinâmica espacial no interior dos mesmos, apresentamos as pirâmides etárias segundo situação de domicílio. Primeiramente no município de Campos:

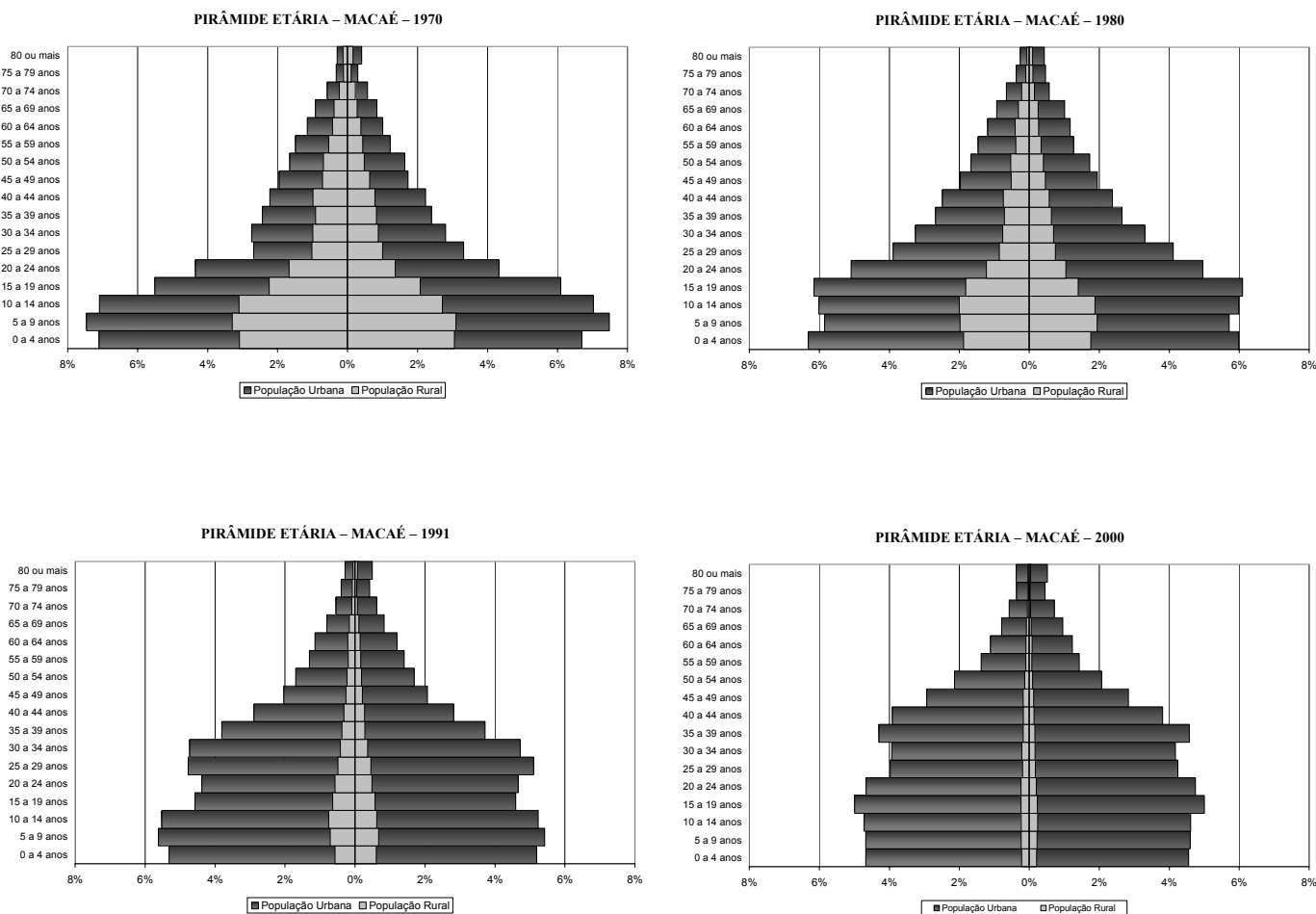
Gráfico 3.1 – Pirâmides Etárias – Campos dos Goytacazes – 1970/2000



Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Campos ainda apresenta um espaço rural e uma disponibilidade de terras bastante grande, mas a população tem cada vez mais se dirigido às áreas urbanas do município. O processo de êxodo rural também se deu de forma assemelhada no município de Macaé, porém de uma maneira mais intensa, onde a taxa de urbanização em Macaé bem maior.

Gráfico 3.2 – Pirâmides Etárias – Macaé – 1970/2000



Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

O processo de urbanização em Macaé foi bastante acelerado e não ocorreu de forma gradativa. Além disso, chegaram ao município um grande contingente de pessoas oriundas de várias partes do Brasil e de outros países, o que certamente influencia também nos processos culturais e valores sociais do lugar.

Uma outra questão que podemos abordar ao analisar a estrutura etária dos municípios é o fenômeno da “Onda Jovem”, um momento no qual, em decorrência da dinâmica demográfica passada, as faixas etárias de 15 a 24 anos encontram-se especialmente alargadas” (Bercovich, 2004). O fenômeno da onda jovem pode ser estudado segundo os dois grupos, os adolescentes (15 a 19 anos) e os jovens (20 a 24 anos). Em Campos e Macaé, a faixa de 15 a 19 anos em 2000 é a que se apresenta mais larga.

Essas mudanças demográficas também afetam o mundo do trabalho. Além de um maior nível educacional e das alterações demográficas, podemos destacar também que as elevadas taxas de crescimento e o avanço da industrialização e da urbanização passam a demandar também mão-de-obra, onde as chances de inserção das mulheres também aumentam. Ou seja, olhando pelo ângulo do crescimento urbano e industrial, como já assinalamos, a diversificação da atividade econômica pode gerar mais oportunidades de trabalho.

3.2. POPULAÇÃO E TRABALHO EM CAMPOS E MACAÉ: A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES

Não se pode contestar que todo o processo de industrialização desencadeado na Região Norte Fluminense, a partir de finais da década de 70, provocou grandes mudanças no mercado de trabalho nessa área. Pretendemos analisar aqui os municípios de Campos e Macaé em relação às suas estruturas de atividade econômica, especialmente no que concerne à inserção da população nos setores da economia através do trabalho. Campos se destaca com um setor de comércio e serviços bastante intenso, maior empregador no município, enquanto Macaé

além de apresentar essa dinâmica no setor terciário, apresenta também uma forte dinâmica da indústria, especialmente a extrativa mineral. Este último município possui um parque industrial modernizado, inserido na esfera global, com o desenvolvimento de alta tecnologia mediante a atuação da indústria petrolífera, onde as atividades econômicas desenvolvidas neste setor afetam profundamente os demais setores da economia, e a estrutura ocupacional muda bastante em vários aspectos.

Essa análise será realizada, juntamente com o capítulo IV, a partir da população dos municípios e sua inserção no mundo do trabalho no ano 2000, tendo como fio condutor um estudo por sexo, questionando se há diferenças significativas na participação de homens e mulheres no mundo do trabalho nas duas cidades, uma vez que apresentam um quadro de desenvolvimento e atividades econômicas diferenciadas, apesar de fazerem parte da mesma região, que é conhecida como “o norte fluminense do petróleo”.

Segundo Pontes (2004), a criação de postos de trabalho em Macaé (com taxa de crescimento do emprego formal de dezembro de 1999 para dezembro de 2000 de 15,31%), é quase cinco vezes superior à média nacional que corresponde a 3,20% e quase seis vezes superior à média do Estado do Rio de Janeiro de 2,65%. Campos apresentou essa taxa no valor de 4,95%, que apesar de bem menor que Macaé, também é um bom grau de crescimento do número de novos empregos, se considerarmos as demais mesorregiões do Estado que possuem porte demográfico semelhante⁹.

Apresentamos algumas informações sobre a questão do emprego nos dois municípios por sub-setores da economia, a partir de informações do Observatório Sócio-Econômico do Norte Fluminense. Segundo este, a cidade de Macaé tem como principais sub-setores

geradores de emprego: o Extrativismo mineral (extração de petróleo) que apresentou um crescimento de mais de 15% no período de 2003 em relação a 2000, os sub-setores de Comércio e Administração de Imóveis e de Construção também apresentaram significativo crescimento; o comércio varejista também se destaca; além dos sub-setores de Transporte e Comunicação e de Alojamento e Alimentação. Esses seis setores principais correspondem a 80% de todos os empregos gerados em Macaé.

Já em Campos, os principais sub-setores são: o Comércio Varejista, Alojamento e Alimentação, e os Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários, que evoluíram continuamente no período de 2000 a 2003. A construção civil também apresentou um crescimento considerável; mas o maior destaque fica para o Comércio Varejista, com um crescimento de 21%, Alojamento e Alimentação com 20,5% e Ensino com quase 20% de crescimento.

Confirmando estas informações, podemos citar o estudo do Instituto de Economia da UFRJ, segundo o qual até a metade dos anos 70, nas atividades econômicas em Macaé predominavam o setor terciário, sendo o comércio responsável por 65% do PIB, a agricultura e a agropecuária contribuindo com 20% e a indústria com menos de 5%. No início do século XXI, o quadro mudou bastante: em 2001, a indústria compreendia no geral 66% do PIB local – assim distribuídas: 90% para as atividades extrativas e 10% para a indústria de transformação – às atividades de prestação de serviços correspondiam 13% dessa riqueza, 5% para os transportes e comunicações, 4% para a construção civil e 4% para o comércio, os demais apresentaram valores baixos, sendo a agropecuária quase extinta nessa participação (Neto, 2005, p. 7). Analisando, portanto, a vocação econômica do município de Macaé, o

⁹ A autora trabalha com dados do Observatório Sócio-Econômico da Região Norte Fluminense que tem como

estudo constata que “a imagem de uma cidade neo-petrolífera se confirma totalmente. Ela mudou realmente e profundamente sua vocação econômica e sua base é fortemente petrolífero-industrial, o que constitui uma transformação completa da estrutura produtiva local em 20 anos” (Neto, 2005, p. 9).

O mesmo estudo analisa também o Município de Campos dos Goytacazes, tendo este como principal vocação econômica a produção agropecuária e de alimentos. Ocorreram algumas experiências no sentido de modificar a produção agropecuária no município, entretanto, a que podemos destacar com tendo um sucesso relativo é a implantação de um pólo de fruticultura irrigada. Apresentamos então algumas informações contidas neste estudo, delineando um quadro geral da participação dos diversos segmentos da atividade econômica na geração da riqueza local em Campos.

A participação da agropecuária no PIB do município é bastante superior à participação no PIB estadual. Entretanto, a agropecuária em Campos acompanhou a tendência estadual de perda de participação no PIB. Assim, entre 1996 e 2001 a participação da agropecuária no PIB de Campos passou de 5,7% para 3,7%, enquanto no total do estado a participação passou de 0,9% para 0,4%. No que se refere à atividade industrial, a atividade econômica mais importante é a produção de alimentos, seguida da fabricação de produtos de minerais não-metálicos (cerâmica vermelha) (Neto, 2005, p. 10).

fonte o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, criado em 1992.

A participação percentual das atividades industriais no PIB do município decresceu fortemente entre 1996 e 2001, passando de 13,5 para 4,2% do PIB. As atividades cuja participação no PIB aumentaram significativamente entre 1996 e 2001 foram as atividades de serviços (transportes e comunicações, intermediação financeira, aluguéis e prestação de serviços). Isto se deve provavelmente à forte expansão do sistema universitário local no período e à expansão das atividades relacionadas à extração de petróleo na Bacia de Campos (Neto, 2005, p. 11).

O estudo também destaca que os segmentos de vestuário, mobiliário e de serviços médicos também seriam importantes na geração de emprego e renda no Município de Campos dos Goytacazes. Já em Macaé, como vimos, a base produtiva está sendo dirigida no geral pela indústria, e também pelos serviços, sendo estes em grande medida destinados às empresas que ali se instalaram.

Essas informações contribuem para esclarecer a dinâmica da atividade econômica nos municípios. Já em termos populacionais, o estudo do mercado de trabalho é importante devido ao efeito das mudanças demográficas ser menos visível na evolução da força de trabalho, a dinâmica do mercado de trabalho também é fundamental na definição das condições sociais da população, reflete a evolução da economia, define níveis de renda, revelando de diversas formas a situação da população; e, além disso, é possível analisar a participação de homens e mulheres nesta situação.

Analisando toda a população dos municípios segundo condição de atividade, temos aqueles que correspondem à população abaixo de 10 anos, que não são considerados na População Economicamente Ativa. Tanto para homens quanto para mulheres, essa população

está em torno de 18% da população total nos dois municípios. Entretanto, quando consideramos a condição de atividade (Tabela 3.5), notamos que 45% da população acima de 10 anos está ocupada em Campos e 51,3% se enquadram nesta situação em Macaé. Isso vai ao encontro do que já tem sido constatado sobre o grande aumento do número de empregos formais em Macaé, sendo superior aos demais municípios da região. “Macaé apresenta crescimentos sucessivos e expressivos na evolução do emprego formal. Observa-se, que mesmo nos anos de 1997, 1998 e 1999, considerados bastante difíceis para a economia nacional e para a Região Norte Fluminense, Macaé conseguiu obter saldos positivos na geração de novos empregos” (Observatório Sócio-Econômico da Região Norte Fluminense, 2004).

Em decorrência do anterior, para a população que procura trabalho ocorre o inverso, apesar da diferença não ser tão grande, 7,2% da população acima de 10 anos em Macaé está nesta categoria; em Campos 8,7% da população estava procurando trabalho em 2000.

Tabela 3.5 – Condição de Atividade da População* de Campos e Macaé – 2000

Condição	Campos	Macaé
Ocupado	45,0	51,3
Procurando trabalho	8,7	7,2
Não ocupado	46,3	41,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

*Exclusive a população abaixo de 10 anos.

Em relação à condição de atividade por sexo (Tabela 3.6), apreendemos que para ambos os sexos a proporção de pessoas ocupadas é maior em Macaé – 65,1% dos homens estão ocupados em Macaé, em Campos são 59,2% do total; quanto às mulheres, 38% e 32,1%

delas estão ocupadas em Macaé e Campos, respectivamente. Inversamente, para aqueles que procuram trabalho e para os que não estão ocupados, os valores são mais elevados para as mulheres.

Tabela 3.6 – Condição de Atividade segundo sexo, Campos e Macaé – 2000				
Condição de Atividade	Campos		Macaé	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Ocupado	59,2	32,1	65,1	38,0
Procurando trabalho	8,2	9,1	6,7	7,6
Não ocupado	32,6	58,7	28,2	54,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

A Taxa de Atividade Econômica é obtida através da População Economicamente Ativa (PEA) pela População Total, aqui estamos considerando por faixas de idade; esse indicador expressa a inserção da população em alguma atividade econômica (Gráfico 3.3). Trabalhando com toda a população acima de 10 anos – que pode ser considerada a População em Idade Ativa (PIA) – 58,5% desta população está inserida na PEA em Macaé e 53,75% em Campos.

Segundo as faixas de idade, para ambos os sexos, podemos notar que a maior inserção no mercado de trabalho ocorre na fase adulta, em torno de 25 a 49 anos. De 10 a 14 anos, a proporção de pessoas inseridas em alguma atividade econômica é bem pequena, até porque são consideradas ainda crianças e o trabalho infantil não é permitido¹⁰.

A expansão do acesso ao ensino e o aumento da escolaridade também contribuem para uma maior inatividade infanto-juvenil (Bercovich, 2004, p. 151-152). Para os jovens, o

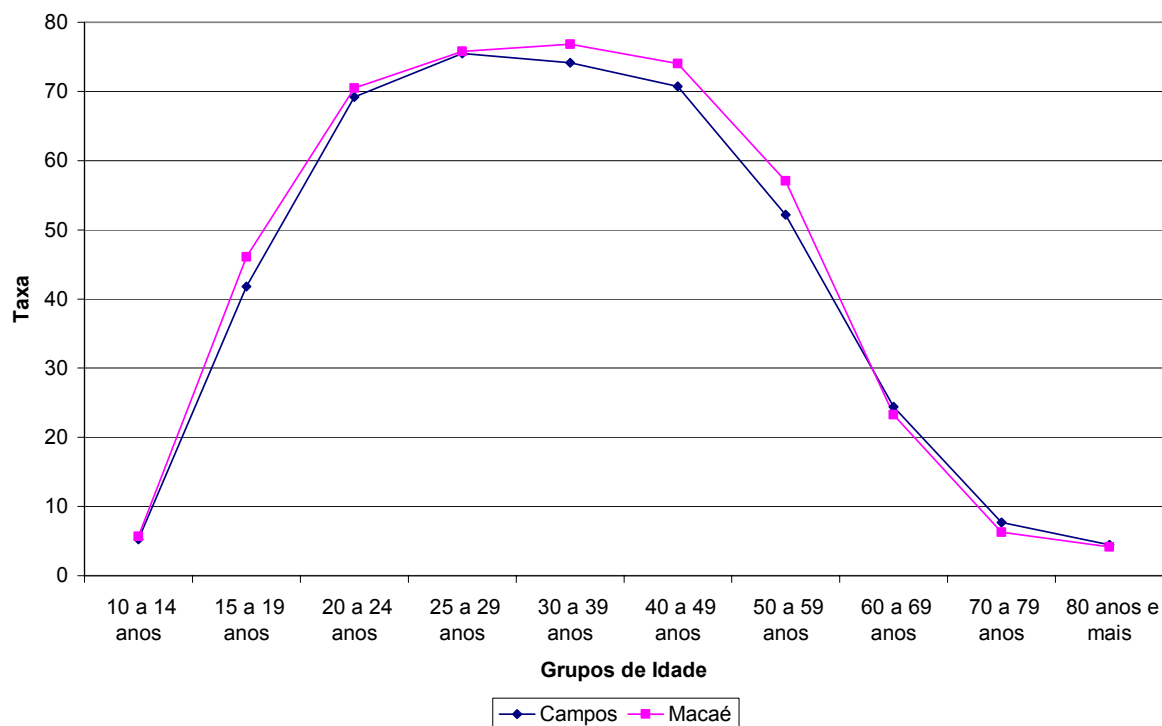
¹⁰ “A Constituição Federal proíbe o trabalho infantil ao estabelecer os 16 anos como idade limite para o trabalho. A única exceção à regra é o trabalho na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme prevê o inciso

trabalho ainda tem se apresentado como uma situação bastante desafiadora, a busca pelo primeiro emprego tem sido cada vez mais uma constante e ao mesmo tempo uma dificuldade. Os jovens também têm buscado trabalhar após completar a escola ou conciliar ambas as atividades, nos aspectos demográficos, o casamento e o primeiro filho vão sendo adiados.

É bem possível também que muitos deles estejam trabalhando em ocupações informais e muitas vezes com uma renda pequena apenas para garantia de autonomia e acesso ao consumo, mas tem sido verificada essa expressiva transferência de jovens do setor produtivo para o sistema escolar. Já para os idosos, a proporção de ocupados neste grupo também vai diminuindo consideravelmente com a idade em ambos os municípios. Entretanto, a taxa de atividade deles é maior em Campos, talvez devido ao maior peso das atividades agropecuárias.

XXXIII do artigo 7º. O trabalho dos 16 aos 18 anos, embora permitido, encontra limites em virtude da proteção que a Constituição Federal garante ao adolescente por sua condição de pessoa em desenvolvimento”.
(http://www.pgt.mpt.gov.br/trab_inf/mpt/index.html, acessado em julho de 2005).

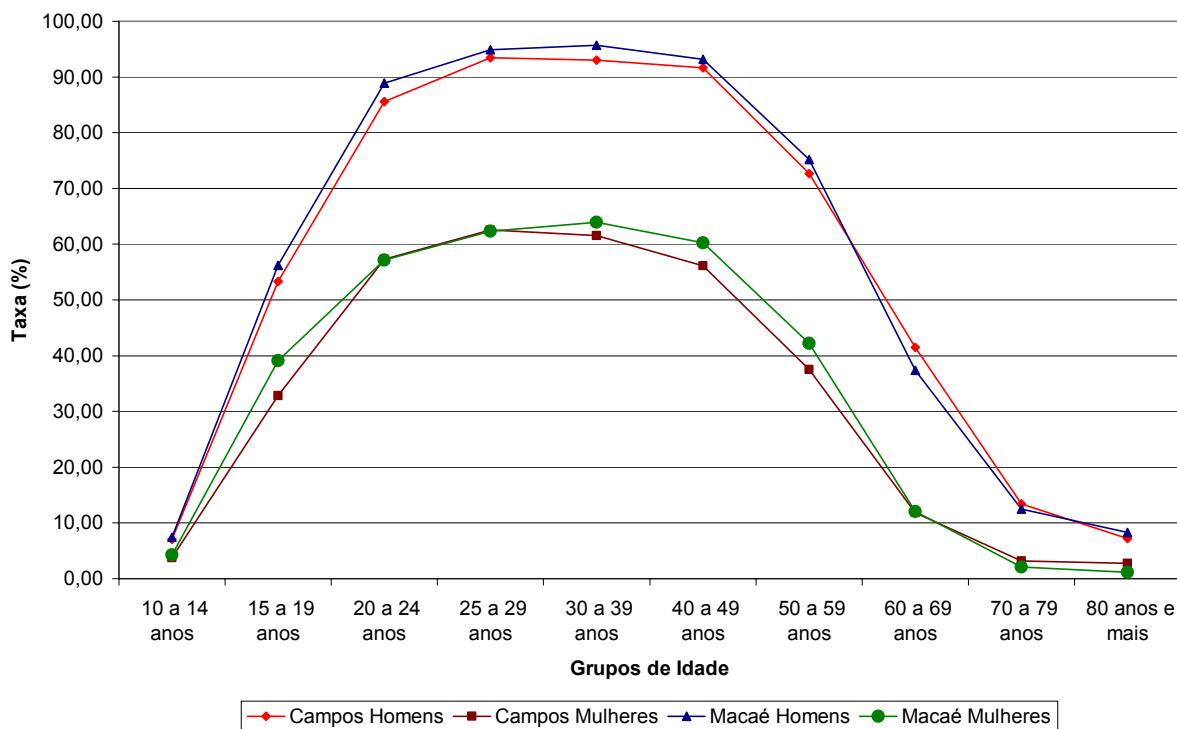
Gráfico 3.3 – Taxa de Atividade Econômica, Municípios de Campos e Macaé – 2000



Fonte: Microdados - Censo Demográfico 2000.

Em relação a homens e mulheres separadamente, a taxa de atividade deles em 2000 foi de 71,8%, e para elas foi de 45,6% – menos da metade no município de Macaé; já no município de Campos 67,4% e 41,3% para homens e mulheres respectivamente – a participação é menor neste último município para ambos os sexos. O comportamento da taxa segundo a idade também é sempre inferior para as mulheres em todos os grupos etários.

Gráfico 3.4 – Taxa de Atividade Econômica por Sexo, Municípios de Campos e Macaé – 2000



Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Mas, segundo Bruschini (2000), as mulheres têm desempenhado um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, enquanto as taxas de atividade masculina apresentaram patamares semelhantes, as femininas ampliaram-se significativamente no Brasil. Evidentemente, cabe assinalar que as mudanças no conceito de trabalho passaram a abranger atividades para o autoconsumo, a produção familiar entre outras, fazendo aumentar as taxas de atividade especialmente femininas, pois essas atividades são, sobretudo, exercidas pelas trabalhadoras, mas o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho não se deve exclusivamente a essa mudança conceitual.

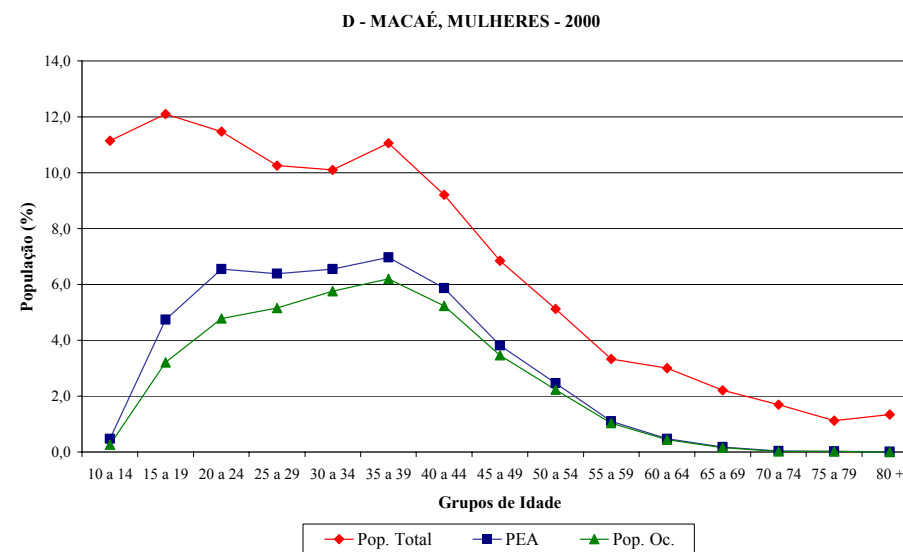
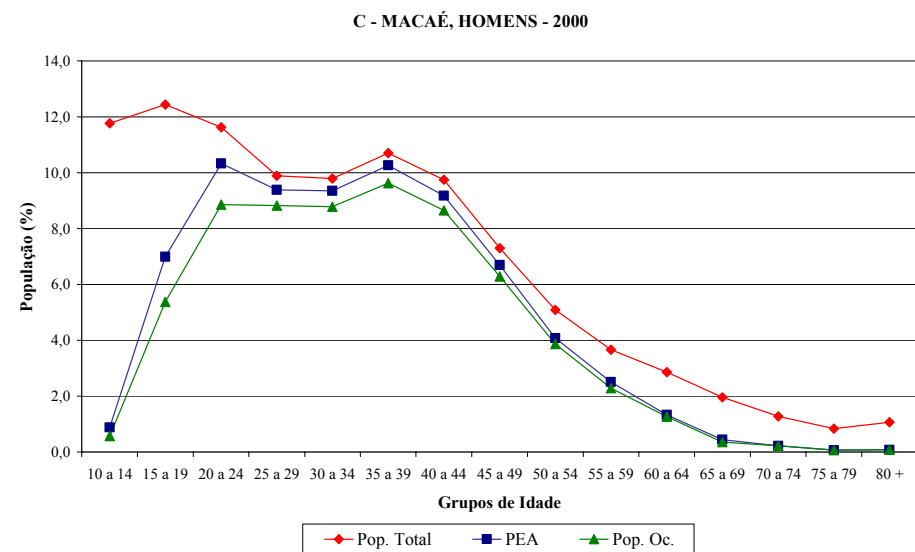
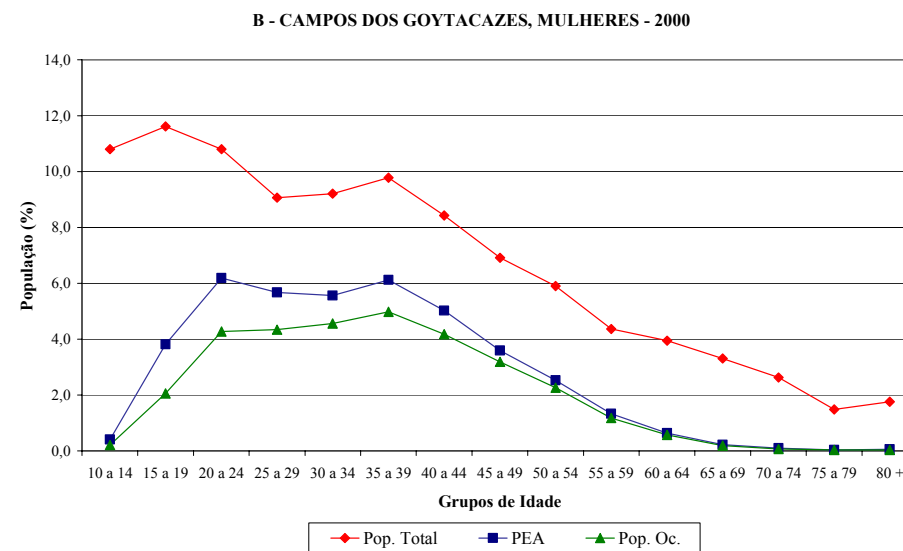
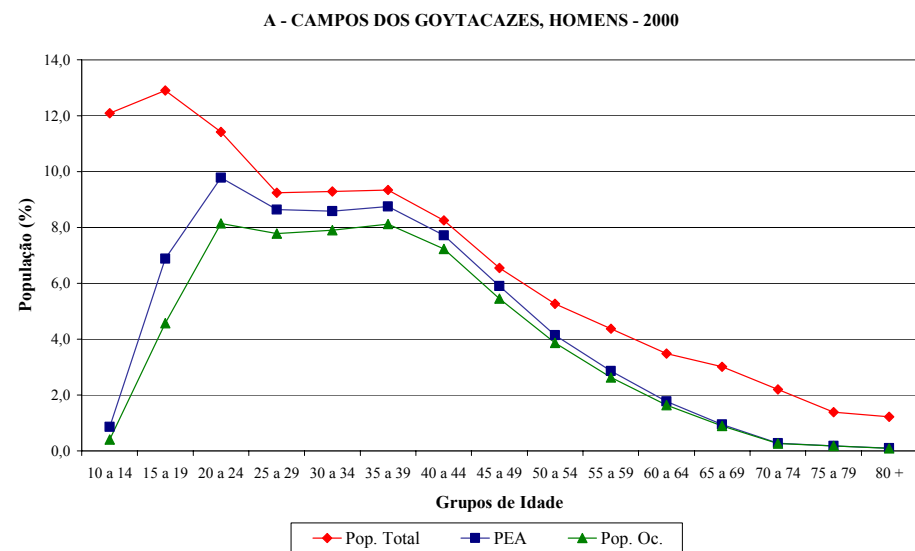
Para os homens e as mulheres, a maior inserção no mercado de trabalho em Macaé, é na idade de 30 a 39 anos, os homens chegam a mais de 95% nessa faixa que estão trabalhando.

Em Campos, os homens também alcançam uma maior participação no trabalho nessa faixa etária, com uma taxa de 93%; mas as mulheres alcançam maior participação na idade de 25 a 29 anos – 62,6%. As mulheres mais velhas, geralmente em uma fase em que se encontram casadas e mães estão cada vez mais ganhando espaço no mercado de trabalho, mas o máximo que elas alcançaram foi em torno de 63% daquelas com 30 a 39 anos que trabalham em Macaé, e de 25 a 29 anos em Campos.

A série de gráficos 3.5 mostra a população masculina e feminina segundo o trabalho, temos a linha referente à população total que, sendo de mais de 10 anos, seria a população em idade ativa (PIA); outra referente à população economicamente ativa (PEA); e uma que mostra a população ocupada em números absolutos. Cabe recordar aqui a diferença entre essas denotações relativas ao trabalho¹¹. A PIA expressa a população que está em idade de trabalhar, mas não está necessariamente trabalhando; a população ocupada se refere aos trabalhadores remunerados e àqueles não-remunerados que trabalham por mais de 15 horas semanais; a PEA corresponde, por sua vez, à população ocupada mais a população desocupada que estava procurando trabalho na última semana, segundo o Censo de 2000. A PEA corresponde a uma oferta efetiva de mão-de-obra enquanto a PIA expressa uma oferta potencial de trabalho (Machado, Oliveira e Wajnman, 2005).

¹¹ Segundo o Censo Demográfico de 2000, como já foi mencionado, trabalho em atividade econômica é o exercício de trabalho remunerado, trabalho sem remuneração e trabalho na produção para o próprio consumo, na semana de referência do censo - 23 a 29 de julho de 2000.

Gráfico 3.5 – População Total, PEA e Ocupados por Sexo (%), Campos e Macaé, 2000



Fonte: Microdados Censo Demográfico 2000.

Recordamos que, neste estudo, se consideram todas as pessoas que trabalham com ou sem remuneração e os trabalhadores na produção para o próprio consumo. A distância no gráfico entre essas populações revela a inserção da população no mercado de trabalho. Como podemos ver, a maior distância ocorre nas primeiras idades, uma maior proximidade vai se evidenciando com a idade adulta, sendo bem próxima em torno de 30 anos, como foi visto. A procura pelo trabalho é maior para os jovens, especialmente nas idades de 15 a 19 anos, mas também ainda evidente para aqueles de 20 a 25 anos. Para os homens, a partir de 25 anos a proximidade entre a população ocupada e a PEA é grande, revelando uma desocupação não muito elevada. Quanto às linhas referentes à população feminina, podemos notar que a distância é bem maior. Existe um grande espaço entre a população total e a PEA, sendo maior ainda em relação à população ocupada, revelando uma procura sensivelmente maior por trabalho entre as mulheres. Podemos notar que em Campos, a procura por emprego é maior. Comparando a população feminina nos dois municípios, as linhas da PEA e da população ocupada em Macaé são mais elevadas. A população desocupada é maior em Campos para as mulheres, a distância entre a população total e a PEA é maior neste município para elas.

3.3. FAMÍLIA E PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

Apesar da superação histórica que temos presenciado e das mudanças significativas, “restam algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de segunda categoria, que está sempre em desvantagem no mercado. (...) Elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas (...) e pelo cuidado de filhos pequenos” (Bruschini, 2000, p. 18).

As menores taxas de fecundidade e diferentes valores de gênero ‘liberaram’ a mulher para o trabalho, além da maior escolaridade e acesso às universidades. Uma outra questão que se coloca é que as maiores taxas de fecundidade também podem fazer com que as mulheres trabalhem para incrementar a renda familiar. De qualquer forma, as mulheres, mais do que os homens, sempre tiveram que articular e conciliar os papéis familiares e profissionais, sendo assim, o trabalho para elas não depende apenas do mercado e da qualificação, apesar desta última estar desenvolvendo um papel fundamental nesta maior inserção.

De uma forma geral, desenvolvendo ou não alguma participação na atividade econômica, as mulheres realizam as atividades domésticas, e aquelas que desempenham apenas esta última são consideradas como inativas. Quanto à posição na família (Tabela 3.7), mesmo para aquelas que são responsáveis pelo domicílio, a taxa de atividade é bem menor do que a dos homens nesta mesma posição.

Tabela 3.7 – Distribuição das Taxas de Atividade segundo Posição na Família*, Campos e Macaé – 2000

Condição na família	Campos	Macaé
Homens		
Pessoa responsável	80,3	86,0
Cônjuge, companheiro(a)	79,3	74,5
Filho(a), enteado(a)	31,4	30,5
Outros parentes	36,2	40,5
Sem parentesco	53,0	70,0
Mulheres		
Pessoa responsável	48,8	60,9
Cônjuge, companheiro(a)	41,9	46,7
Filho(a), enteado(a)	22,4	20,3
Outros parentes	21,7	19,6
Sem parentesco	67,4	68,8

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

*Pessoas ativas pelo total de pessoas (em cada posição por sexo).

A taxa de atividade do responsável pelo domicílio é maior em Macaé para homens e mulheres, mas a diferença percentual entre as mulheres é maior que para os homens. Em Macaé, as responsáveis pelo domicílio possuem uma taxa de atividade de 60,9% enquanto em Campos elas alcançaram 48,8% de participação. Para as cônjuges, elas também participam mais em Macaé do que em Campos. Para as filhas e outras parentes, o percentual de participação é um pouco maior em Campos (Tabela 3.7).

A quantidade de pessoas sem parentesco em Macaé é bastante elevada¹, provavelmente devido à migração para a cidade, que acarreta também tipos de moradia e domicílio diferenciados. É interessante notar que a taxa de atividade das mulheres sem parentesco em Macaé é bastante alta, bem próxima a dos homens; nos dois municípios, esta taxa é maior até do que a taxa das responsáveis pelo domicílio.

De acordo com tabela 3.8, as mulheres sem filhos apresentam taxa de atividade maior que as mulheres que tiveram pelo menos 1 filho nos dois municípios. Mas em Campos, segundo as faixas de idade, as mulheres de 15 a 19 anos com filho apresentam taxa de atividade um pouco maior do que àquelas sem filhos, isso pode representar que a necessidade de criar os filhos levam-nas à busca pelo trabalho. Em Campos, de 20 até 79 anos, a taxa de atividade das mulheres sem filhos é maior; já em Macaé, essa faixa se estende de 15 a 59 anos.

¹ Em Macaé 1,2% da população está na categoria sem parentesco, em Campos são 0,6% da população total.

Grupos de idade	Campos		Macaé	
	Mulheres sem filhos	Mulheres com pelo menos 1 filho	Mulheres sem filhos	Mulheres com pelo menos 1 filho
De 15 a 19 anos	32,8	33,2	40,0	34,1
De 20 a 24 anos	65,8	46,0	71,2	43,9
De 25 a 29 anos	79,8	54,2	80,5	56,2
De 30 a 39 anos	77,6	58,0	76,5	62,0
De 40 a 49 anos	61,1	55,5	73,8	59,0
De 50 a 59 anos	44,6	36,7	53,5	41,4
De 60 a 69 anos	18,1	11,0	7,2	12,5
De 70 a 79 anos	4,9	2,7	0,0	2,2
80 e mais	0,0	3,3	0,0	1,0
Total	52,4	43,0	57,1	48,6

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

*Mulheres ativas em cada faixa de idade pelo total de mulheres na faixa.

3.4. MIGRAÇÃO E TRABALHO EM CAMPOS E MACAÉ

Além disso, algo que pode ser destacado é a PEA segundo naturalidade em Campos e Macaé, como mostra a tabela 3.9. O percentual de não-naturais na PEA para este último município é bem maior do que em Campos, para ambos os sexos, o que indica que mais da metade da PEA de Macaé não é natural do município.

Município	Campos		Macaé	
	Naturais	Não-naturais	Naturais	Não-naturais
Sexo				
Masculino	86,4	13,6	46,0	54,0
Feminino	85,5	14,5	46,2	53,8

Fonte: Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Considerando a migração por tempo de residência, apresentamos um quadro comparativo para 5 anos, 10 anos ou 20 anos de residência em Campos e Macaé na tabela

3.10. Trabalhando com os migrantes recentes, podemos ver que em torno de 20% da PEA em Macaé é de migrantes tanto para homens quanto para mulheres; em Campos apenas 4,6% são migrantes com tempo de residência de 5 anos. E quando consideramos a migração de 20 anos em Macaé – tempo em que a indústria petrolífera se instalou no município – o percentual de migrantes fica em torno de 48%, independente do sexo.

Tabela 3.10 - Homens e Mulheres Economicamente Ativos segundo Tempo de Residência, Campos e Macaé – 2000

Tempo de residência a ser considerado para migração	Campos		Macaé	
	Migrantes	Não-migrantes	Migrantes	Não-migrantes
Homens				
5 anos	4,6	95,4	20,4	79,6
10 anos	7,4	92,6	31,5	68,5
20 anos	12,2	87,8	48,3	51,7
Mulheres				
5 anos	4,6	95,4	19,8	80,2
10 anos	7,7	92,3	31,6	68,4
20 anos	12,7	87,3	48,1	51,9

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

De uma forma geral, já podemos notar, logo em um primeiro momento, a diferença entre a inserção feminina e masculina no mercado de trabalho. Resumindo, tanto para homens quanto para mulheres, o nível de ocupação é mais favorável em Macaé do que em Campos; nos dois municípios a maior inserção no mercado de trabalho ocorre na fase adulta; para os idosos, a participação em alguma atividade econômica é maior em Campos.

A análise do mercado de trabalho é de suma importância diante das transformações recentes na Região Norte Fluminense, especialmente nos municípios de Campos e Macaé, que mais passaram por evidentes mudanças. Além disso, é interessante analisar a inserção da

população no mundo do trabalho, mas também uma análise daqueles já inseridos em alguma atividade econômica, ou seja, os diferenciais entre a própria população já ocupada.

Passamos a analisar então a população ocupada residente em Campos e Macaé, além disso, diante do relevante aspecto da migração, consideraremos também a população não-residente nestes municípios, mas que se desloca com frequência em direção a esses a fim de trabalhar ou estudar.

CAPÍTULO IV – A FORÇA DE TRABALHO POR SEXO: POPULAÇÃO RESIDENTE E DESLOCAMENTO POPULACIONAL TEMPORÁRIO EM CAMPOS E MACAÉ

Analisando alguns diferenciais entre os trabalhadores e trabalhadoras nos municípios em estudo, passamos a considerar apenas a população já ocupada. A dinâmica do mercado de trabalho na Região Norte Fluminense não se inscreve somente nas fronteiras dos municípios. Principalmente no caso de Macaé, é sabido que a indústria petrolífera gera uma dinâmica que ultrapassa suas fronteiras. Assim, é importante conhecer um pouco melhor este processo, com o objetivo de explorar se os diferenciais por sexo no mercado de trabalho gerado por esta dinâmica externa, diminui ou não os diferenciais de gênero. A informação sobre o município que trabalha ou estuda nos permite explorar esta relação intermunicipal. Diante da realidade da região em estudo, percebemos que seria interessante considerar também, para algumas variáveis, os trabalhadores dos dois municípios que não residem nos mesmos, uma vez que o trabalho trouxe mudanças no deslocamento na região.

Apresentamos algumas informações sobre essa população não-residente. Em Campos, a população não residente que trabalha ou estuda no município representa quase 5% da PEA, enquanto em Macaé esse percentual é bem mais expressivo – 25% da PEA. Para trazer uma idéia da diferença entre aqueles que trabalham ou estudam, utilizamos a variável que pergunta se a pessoa frequenta escola ou creche. As pessoas que não freqüentam escola ou creche são aquelas que certamente se deslocam para o município devido ao trabalho. Em Macaé, elas representam 90% das pessoas que trabalham ou estudam no município; em Campos são 60% das pessoas. Mesmo com esse valor mais reduzido em Campos, vamos continuar trabalhando com os dois municípios, uma vez que essa própria diferença na razão do deslocamento também é um indicativo da diferença entre eles.

Estes trabalhadores e estudantes², no caso, realizam um tipo de migração considerada pendular, deslocando-se com frequência para as cidades que estamos estudando. É importante conhecer quem são essas pessoas que os dois municípios atraem. Observando a tabela 4.1, vemos que a população masculina que realiza esse deslocamento é bem maior em Macaé – 84,7%. Em Campos, a população masculina também supera a feminina, mas esta é mais expressiva do que em Macaé (31%), isso pode ocorrer devido ao deslocamento em busca de estudo no município de Campos ser maior.

Tabela 4.1 – População não-residente que trabalha ou estuda em Campos e Macaé por sexo – 2000

Município	Masculino	Feminino	Total
Campos	6.092	2.733	8.825
Macaé	13.689	2.480	16.169
(%)			
Campos	69,0	31,0	100,0
Macaé	84,7	15,3	100,0

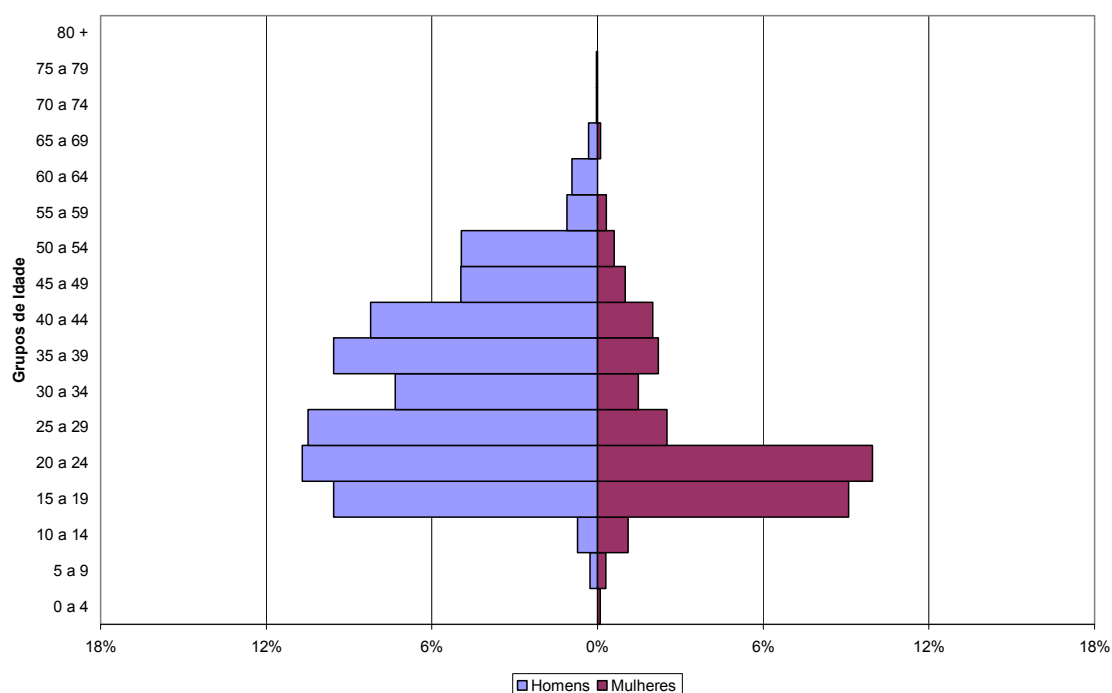
Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Analisando a estrutura etária da população não-residente que trabalha ou estuda em Campos, vemos que a maior concentração destes está na faixa de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos tanto para homens quanto para mulheres (Gráfico 4.1). Como consideramos aqui a população que realiza este movimento e que também estuda, isso pode estar ligado ao recente crescimento das instituições de ensino, principalmente de ensino superior, o município de Campos dos Goytacazes tem sido considerado um pólo educacional no interior do estado. A partir de 25 anos de idade, vemos que a população feminina apresenta declínio, o que não

² A variável do censo demográfico de 2000 pergunta sobre o Município/ Unidade da Federação ou País estrangeiro que a pessoa trabalha ou estuda.

ocorre da mesma forma com os homens. Podemos também supor que, a partir desta idade, o deslocamento dessa população ocorra devido ao trabalho e não tanto devido à educação.

Gráfico 4.1 – Estrutura Etária da População não residente que trabalha ou estuda em Campos – 2000

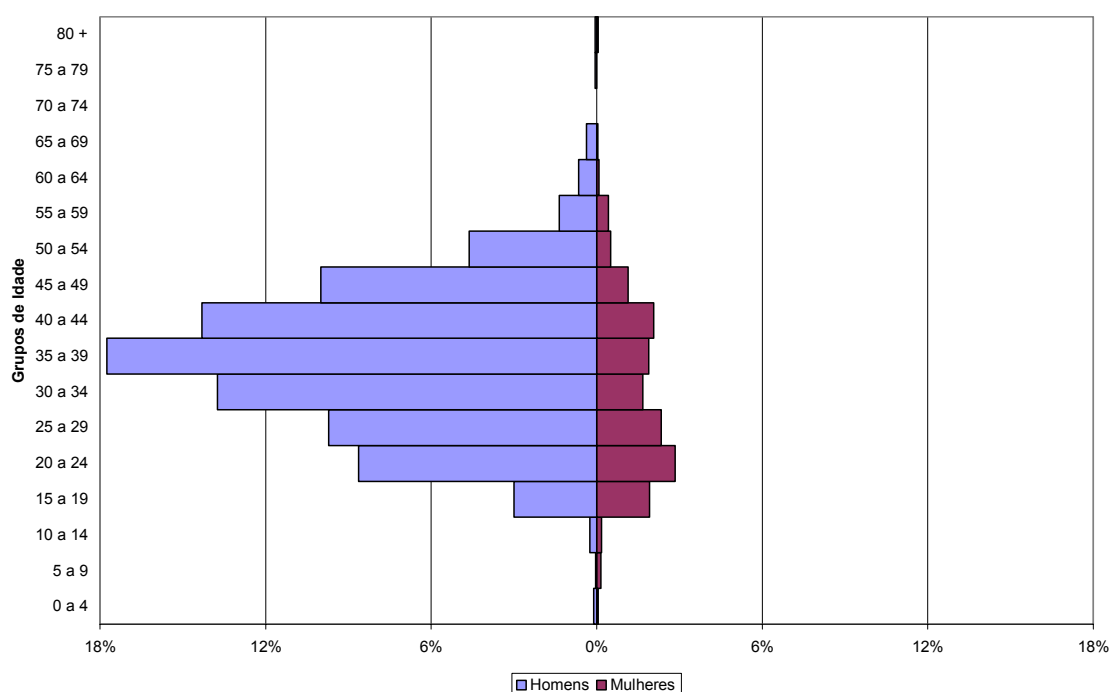


Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Observando este mesmo grupo populacional em Macaé, confirmamos a predominância masculina, numa faixa etária mais elevada do que em Campos, para aqueles que estão acima de 30 anos, especialmente na faixa de 35 a 39 anos. Portanto, podemos notar que o deslocamento em Macaé deve ser mais determinado pelo trabalho, principalmente para os homens, uma vez que já é conhecido o fato do setor petrolífero abarcar mais os homens com alta qualificação. Assim, os dados parecem indicar que a dinâmica do mercado de trabalho de

trabalho em Macaé “busca” ou “abre mais oportunidades” para a mão-de-obra masculina, porém não tanto para a feminina, ao considerarmos a população que se desloca com frequência para o município.

Gráfico 4.2 – Estrutura Etária da População não residente que trabalha ou estuda em Macaé – 2000



Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Através da tabela 4.2, vemos que entre a população ocupada residente em Macaé, 47,4% são empregados com carteira assinada e 21,5% são empregados sem carteira assinada. Também há um percentual considerável de trabalhadores por conta própria, totalizando pouco mais de 20,5% dos ocupados. Esses números merecem considerável destaque. Apesar da informalidade também estar crescendo, característica essa de toda mudança no mundo do

trabalho que vem ocorrendo no país como um todo e, de certa forma, também em Macaé, o município apresenta um crescimento bastante elevado do número de empregos formais, devido ao desenvolvimento do sub-setor de extrativismo mineral, relacionado à indústria petrolífera.

No município de Campos dos Goytacazes, a população residente ocupada e empregada com carteira assinada era 36,4% e a que não tinha carteira assinada era aproximadamente 27,2% em 2000; os trabalhadores por conta própria abrangiam 23,7% da população ocupada. Machado e Andrade (1995) consideram como população ocupada no setor informal aqueles que são empregados sem carteira assinada e os trabalhadores por conta-própria; visto por esse ângulo podemos entender que os trabalhadores inseridos no setor informal em Campos são em porcentagem mais elevada do que em Macaé – em Campos, cerca de 50% da população ocupada é empregado sem carteira assinada e trabalhador por conta-própria; em Macaé, cerca de 42% se enquadram nestas categorias.

Tabela 4.2 – Distribuição da População segundo posição na ocupação, Campos e Macaé – 2000

Município / Posição na ocupação	Campos			Macaé		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Doméstico com carteira assinada	0,4	6,4	2,6	0,4	0,8	0,5
Doméstico sem carteira assinada	0,6	16,7	6,6	0,5	15,4	5,9
Empregado com carteira assinada	39,2	31,6	36,4	50,1	42,8	47,4
Empregado sem carteira assinada	28,6	24,8	27,2	21,3	21,9	21,5
Empregador	2,9	1,6	2,4	3,2	2,9	3,1
Conta-própria	27,3	17,6	23,7	23,6	15,0	20,5
Aprendiz ou estagiário s/ rem.	0,2	0,5	0,3	0,3	0,4	0,3
Não rem. em ajuda no dom.	0,6	0,8	0,7	0,5	0,8	0,6
Trab. na produção p/ o próp. consumo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

De certa forma, os “nichos femininos”, como o trabalho doméstico, parecem abarcar significativa parcela da mão-de-obra feminina. A ocupação feminina em nichos mais desfavorecidos da atividade econômica revelam a precariedade de parte desta força de

trabalho; as trabalhadoras domésticas abrigam 16,2% desta mão-de-obra em Macaé e 23,1% em Campos, sendo que a maioria delas não possui carteira assinada. Portanto, muitas trabalhadoras permanecem ocupando posições precárias no mundo do trabalho – em atividades domésticas e não-remuneradas elas predominam. O percentual de domésticas sem carteira é maior em Campos; já para as trabalhadoras na informalidade, elas constituem 42,4% da população ocupada em Campos e 36,9% em Macaé.

Comparando com a realidade nacional, podemos observar que Campos apresenta um percentual de trabalhadores com carteira assinada mais próximo da média brasileira, que em 2000 teve 36,5% dos trabalhadores nesta posição na ocupação, ou seja, Macaé que está se apresentando como uma exceção, com um elevado percentual de trabalhadores inseridos no emprego formal também.

Em Macaé, aproximadamente metade dos homens ocupados trabalham com carteira assinada enquanto as mulheres são em torno de 42% nesta categoria. Em Campos, o percentual é menor, como vimos, para as mulheres em torno de 31% têm carteira assinada e aproximadamente 39% dos homens entram nessa categoria. Sendo assim, as mulheres em Macaé revelam estar em situação de formalidade melhor do que os próprios homens no município de Campos.

Não considerando o trabalho doméstico, a informalidade não seria maior para as mulheres, e sim para os homens em Macaé, e em Campos também, isso porque grande parte delas está inserida nestes trabalhos domésticos e também em atividades sem remuneração.

Se analisarmos a população não-residente, mais uma vez se destaca o elevado percentual de trabalhadores com carteira assinada em Macaé entre a população não-residente, sendo em torno de 73% dos ocupados (Tabela 4.3). O percentual de trabalhadores com carteira

assinada entre os não-residentes é bem maior do que entre a população residente. De certa forma, isso é esperado, uma vez que para ser favorável deslocar-se para outro município a fim de trabalhar, é interessante que haja uma maior estabilidade no emprego; no geral, os dois municípios apresentam um contexto de emprego formal melhor que outras regiões. As mulheres aqui mais uma vez se destacam no emprego doméstico. Assim, observa-se que mesmo demandando mão-de-obra feminina, o mercado de trabalho em Macaé abre melhores oportunidades para os homens e continua deixando as mulheres segregadas em seus “nichos” ocupacionais femininos. O percentual de trabalhadores por conta própria é maior em Campos, para homens e mulheres. Os aprendizes ou estagiários não-remunerados são em percentual um pouco maior em Campos, especialmente entre as mulheres.

Tabela 4.3 – Distribuição da População que trabalha* em Campos e Macaé por posição na ocupação – 2000

Município / Posição na ocupação	Campos			Macaé		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Doméstico com carteira assinada	0,0	7,1	1,6	0,0	14,1	2,0
Doméstico sem carteira assinada	0,4	18,2	4,5	0,0	17,5	2,5
Empregado com carteira assinada	62,0	42,1	57,5	77,6	49,0	73,6
Empregado sem carteira assinada	25,4	19,4	24,0	15,5	12,5	15,1
Empregador	0,9	1,4	1,0	0,8	1,8	1,0
Conta-própria	10,1	8,6	9,7	5,7	4,8	5,6
Aprendiz ou estagiário s/ rem.	1,0	3,1	1,5	0,0	0,3	0,0
Não rem. em ajuda no dom.	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Trab. na produção p/ o próp. Consumo	0,2	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Excluídos os não-aplicáveis.

*Como a variável é relativa ao trabalho, consideramos a população que trabalha, podendo estudar ou não.

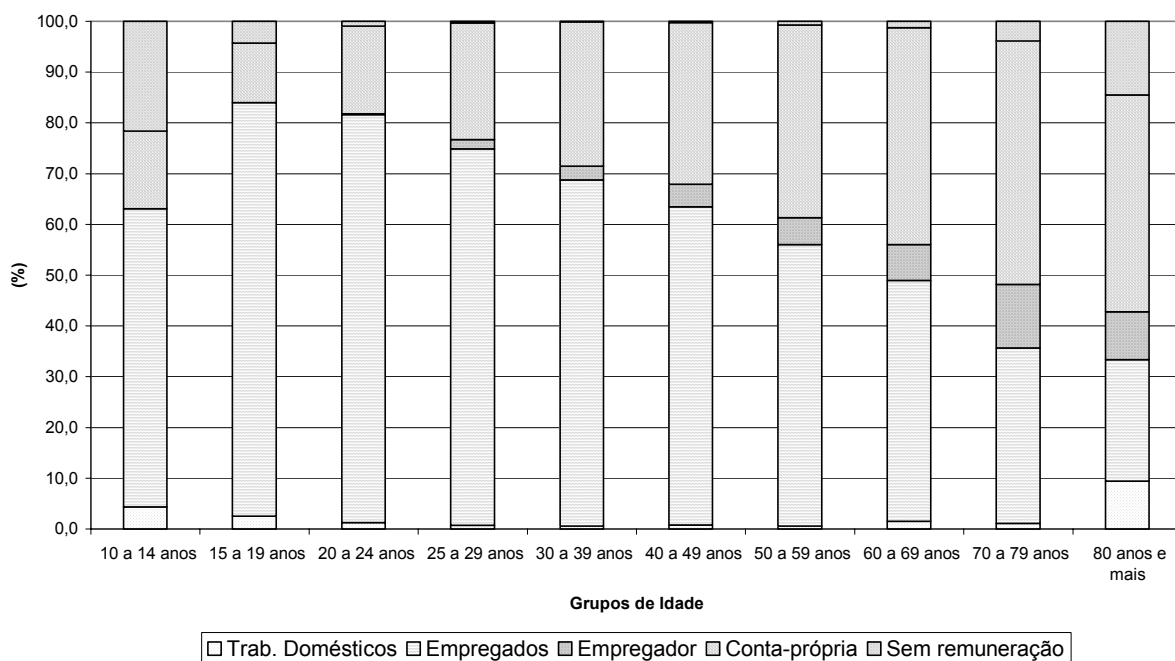
A inserção em alguma posição na ocupação pode se apresentar diferentemente de acordo com a idade, é o que vemos nos gráficos 4.3. a seguir para a população que reside em Campos e Macaé. De uma maneira geral, a concentração dos ocupados se dá na categoria

empregados em todas as idades. Para os homens, há um grande percentual de trabalhadores domésticos idosos em Macaé, o que não acontece em Campos; os homens idosos em Campos se destacam muito como trabalhadores por conta própria, é interessante notar que vai ampliando o percentual de homens nesta categoria em Campos com o avançar da idade, isso pode indicar a dificuldade de permanecer no mercado de trabalho; as mulheres nessa faixa de idade em Campos também apresentam percentual considerável de trabalhadoras por conta-própria, e também como domésticas. As mulheres de 10 a 14 anos sobressaem no trabalho doméstico, mais ainda em Macaé do que em Campos. Os empregadores aparecem a partir dos 20 anos aproximadamente, começando a destacar-se com o avançar da idade, especialmente em Macaé para os homens de 60 a 69 anos e para as mulheres de 70 a 79 anos.

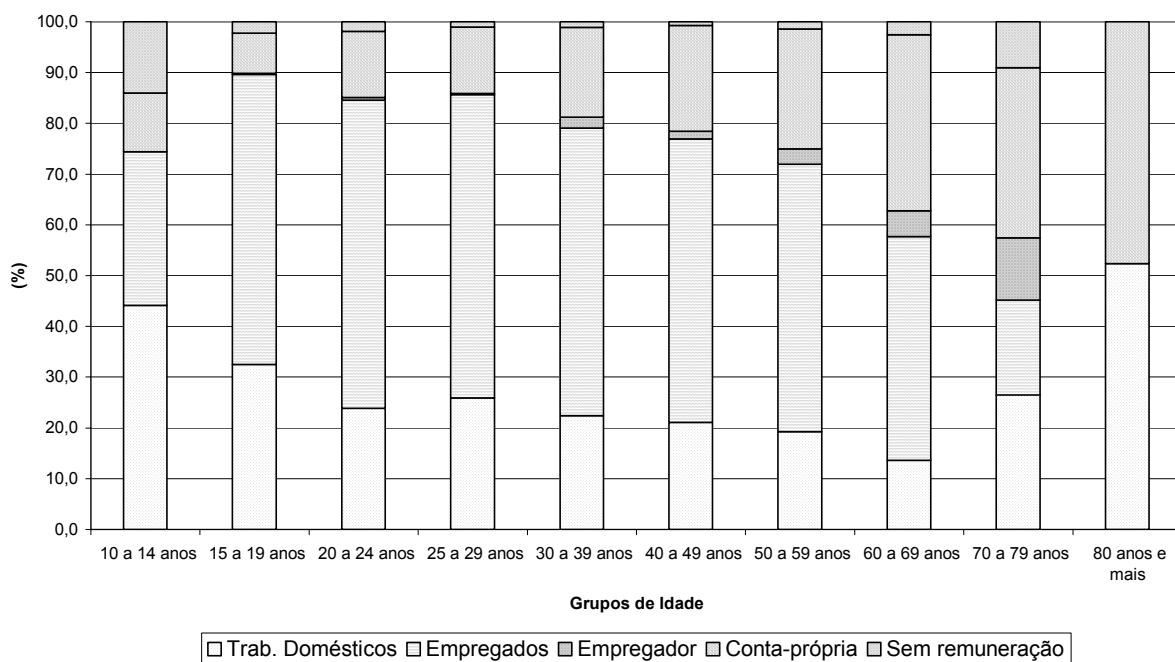
Os trabalhadores não-remunerados apresentam um percentual baixo entre os ocupados nos dois municípios, destacando-se em Campos nas primeiras faixas de idade, especialmente de 10 a 14 anos e nas últimas; em Macaé, ocorre o mesmo para os homens, já para as mulheres, quase não aparecem entre as idosas.

Gráfico 4.3 – Distribuição da população residente por idade e posição na ocupação segundo sexo, Campos e Macaé – 2000

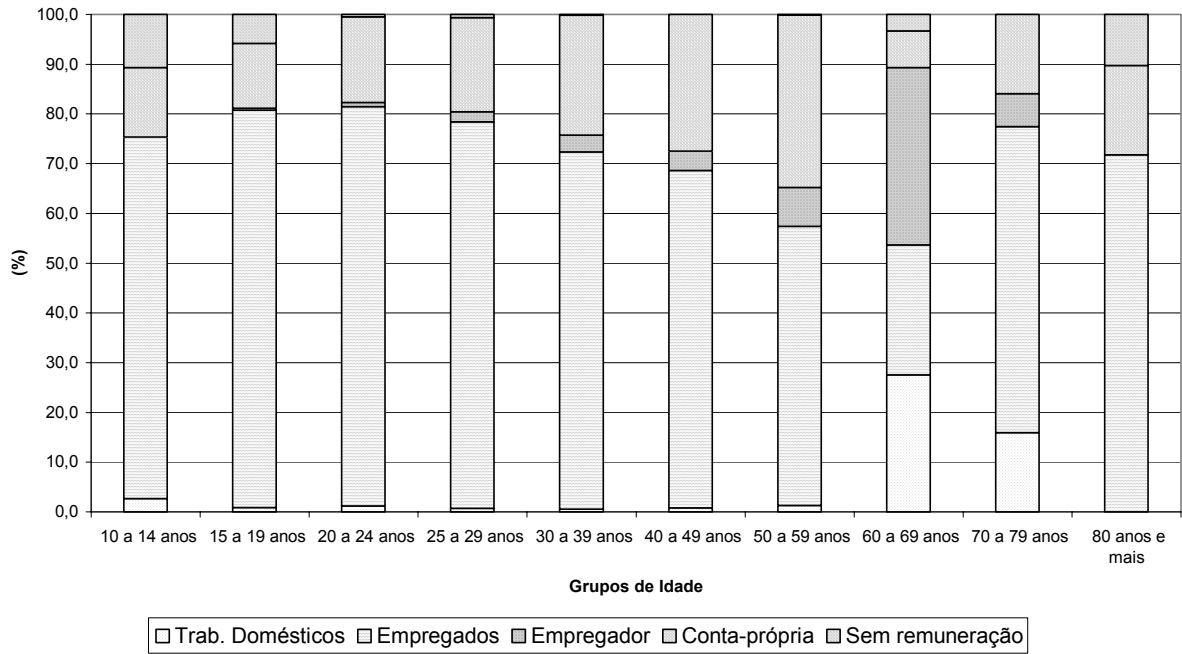
A - CAMPOS DOS GOYTACAZES, HOMENS – 2000



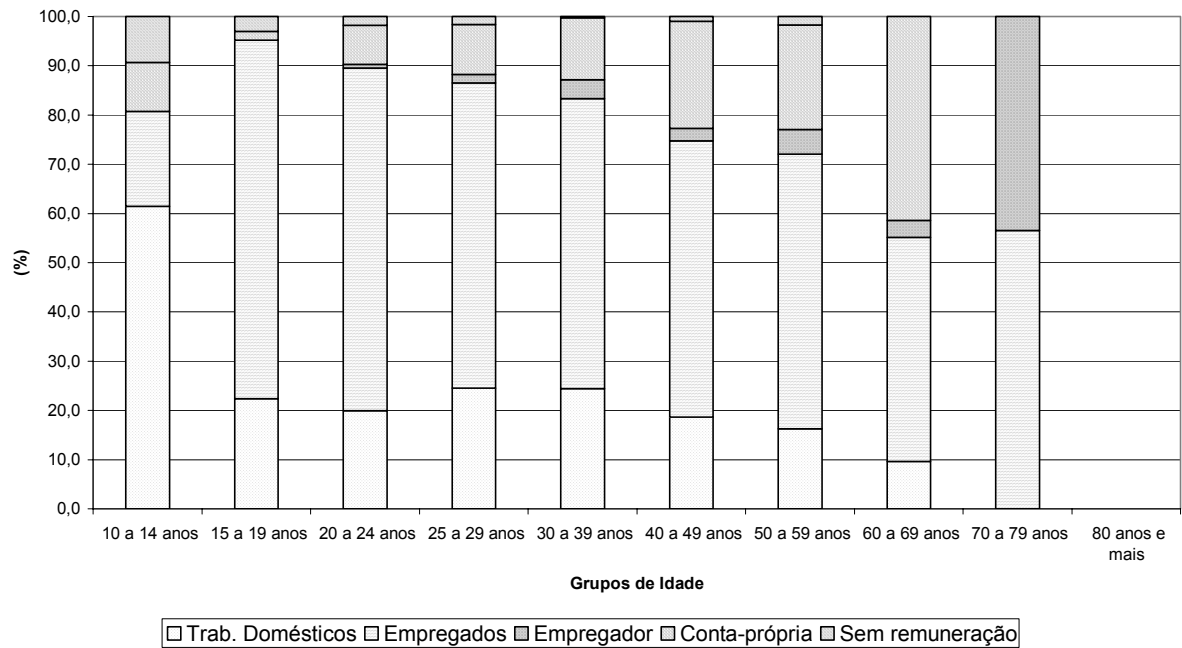
B - CAMPOS DOS GOYTACAZES, MULHERES – 2000



C- MACAÉ, HOMENS – 2000



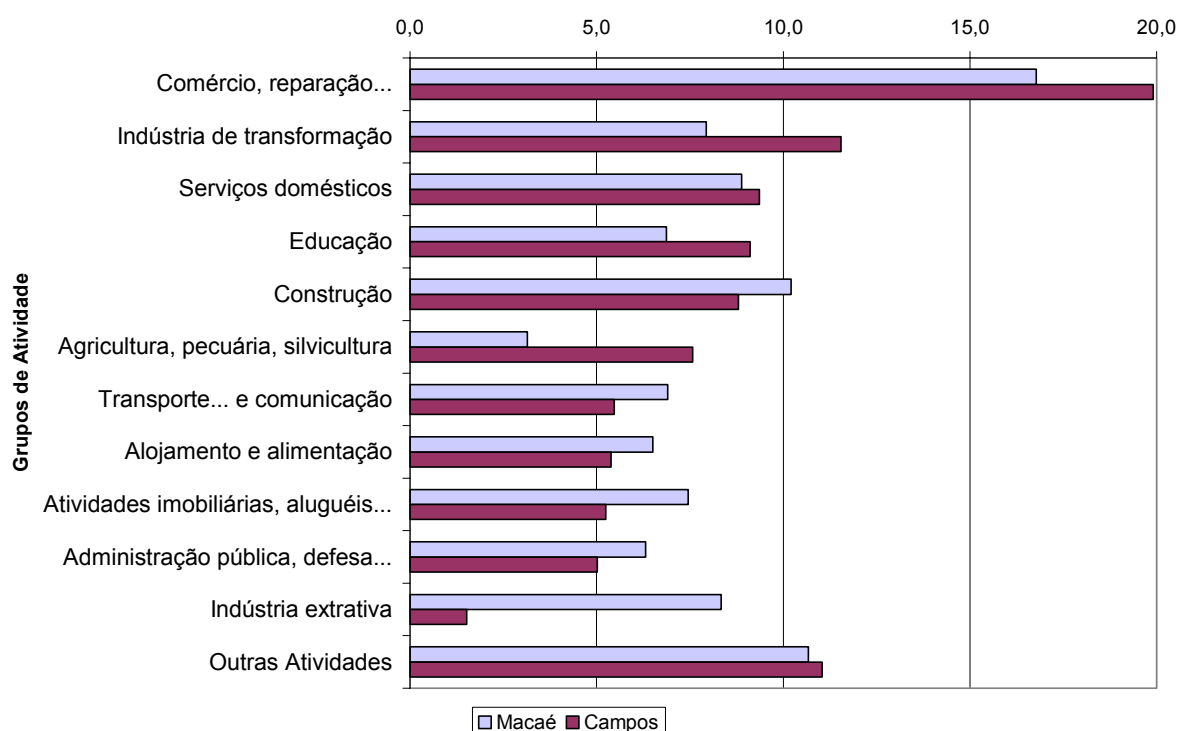
D - MACAÉ, MULHERES - 2000



Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

A participação da população residente segundo setores de atividade nas duas cidades pode ser observada no gráfico 4.4. Verifica-se que esta distribuição dos ocupados segundo os setores de atividade se dá diferencialmente entre Campos e Macaé. O setor relativo a comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos aparece com maior número de trabalhadores em ambos os municípios, mas podemos perceber que sua abrangência é um pouco maior em Campos dos Goytacazes, com 19,5% da população ocupada neste setor, enquanto Macaé apresenta 16,5% dos ocupados nesta categoria.

Gráfico 4.4 – Distribuição da População Residente Ocupada por Grupos de Atividade (%), Campos e Macaé – 2000



Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Aparentemente, as diferenças não são tão consideráveis, entretanto, através do conhecimento que já se tem sobre a atividade econômica em Campos empiricamente, se sabe que o setor de comércio e serviços em Campos é de grande destaque, especialmente o sub-setor de Comércio Varejista, que vem apresentando um crescimento elevado, com a criação de quase 4 mil novos postos de trabalho durante o período de 2000 a 2003, como confirma as informações do Observatório Sócio-Econômico do Norte Fluminense:

A grande importância do Comércio Varejista como segmento gerador de postos de trabalho na economia campista pode ser creditada, dentre vários outros fatores, ao dinamismo econômico provocado pela renda de um grande número de funcionários públicos estatutários dos governos federal, estadual e municipal lotados no município, (...) ou mesmo do grande número de prestadores de serviços à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (p. 11).

O setor relativo a serviços domésticos também abrange em torno de 8,9% e 9,4% dos ocupados em Macaé e Campos, respectivamente. Quanto ao setor industrial, podemos notar que ele abarca quase 13,0 % da população ocupada em Campos, sendo que é mais amplo na indústria de transformação (11,5%) do que nas indústrias extrativas. Em Macaé, o setor industrial é mais dinâmico, com uma indústria extrativa forte, justamente pela atividade petrolífera desenvolvida em seu espaço, tendo aproximadamente 16,2% do pessoal ocupado no setor industrial, com um peso mais dividido entre a indústria extrativa e de transformação, além disso, o setor de construção também possui um percentual pouco maior de ocupados em Macaé.

Setores como educação e construção também se revelam significativos no município de Campos, abrangendo 9,1% e 8,8% da população ocupada respectivamente. O setor agrícola também é bem mais expressivo neste município do que em Macaé. Em Campos, a agricultura, a pecuária e a silvicultura correspondem a 7,6% dos ocupados, enquanto em Macaé este percentual chega a quase 3,2% apenas. Neste último município, os setores de Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; Transporte, armazenagem e comunicação; Alojamento e alimentação, também apresentam significativa inserção de pessoal, evidenciando crescimento nos últimos anos, por estarem sendo influenciados indiretamente pela dinâmica do setor petrolífero.

Portanto, podemos notar que Macaé apresenta um setor industrial mais intenso e dinâmico do que o município de Campos, este tem como grande empregador o setor terciário da economia. Passaremos a analisar se este maior dinamismo imprime diferenciais por sexo distintos nos dois municípios, no que se refere à inserção destes nos setores de atividade.

Sobre a inserção de homens e mulheres nos setores de atividade, Melo (2000) afirma que:

(...) a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades econômicas entre os sexos. O emprego feminino continua sendo concentrado em alguns setores de atividade e agrupado em um pequeno número de profissões, embora numa proporção menor, sendo essa segmentação a base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho (p.1).

Mesmo diante das mudanças sociais das últimas décadas, “a socialização de gênero em casa e em todo o sistema educativo tende ainda a canalizar homens e mulheres para locais de trabalho relacionados à gênero e à segregação ocupacional” (Banco Mundial, 2003, p. 75).

Analisando a inserção da população residente em Campos e Macaé de acordo com o sexo, nota-se que os diferenciais entre a inserção de homens e mulheres – no que se refere aos setores da atividade econômica – estão mais relacionados com a própria dinâmica da atividade econômica de cada município. Macaé, por ter uma maior dinâmica na indústria extrativa, no setor imobiliário e de alojamento e alimentação, entre outros, também apresenta um percentual um pouco mais elevado de mulheres atuando nestes setores do que em Campos.

Tabela 4.4 – Distribuição da População Residente Ocupada segundo Grupos de Atividade e Sexo, Campos e Macaé – 2000

Grupos de atividade	Campos			Macaé		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agricultura, pecuária, silvicultura	10,7	2,0	7,4	4,5	0,8	3,1
Pesca	0,8	0,1	0,6	2,7	0,1	1,7
Indústria extrativa	2,3	0,2	1,5	11,2	3,3	8,2
Indústria de transformação	13,7	7,3	11,3	8,9	6,1	7,8
Produção... de eletricidade, gás e água	0,9	0,2	0,7	1,2	0,3	0,8
Construção	13,5	0,4	8,6	15,8	0,5	10,1
Comércio, reparação...	21,4	16,5	19,6	17,2	15,4	16,5
Alojamento e alimentação	4,8	6,2	5,3	5,3	8,2	6,4
Transporte... e comunicação	8,0	1,0	5,4	9,0	3,1	6,8
Intermediação financeira	0,7	0,8	0,7	0,6	0,8	0,7
Atividades imobiliárias, aluguéis...	6,1	3,6	5,2	7,9	6,5	7,3
Administração pública, defesa...	5,7	3,6	4,9	6,5	5,7	6,2
Educação	2,7	19,5	8,9	2,1	14,5	6,8
Saúde e serviços sociais	2,3	8,1	4,5	1,6	7,1	3,7
Outros serviços... sociais e pessoais	3,6	5,9	4,4	2,8	4,9	3,6
Serviços domésticos	1,0	23,1	9,2	1,0	21,7	8,8
Mal especificadas	2,0	1,6	1,8	1,9	0,9	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

De uma forma geral, podemos destacar a população feminina inserida principalmente, em relação aos homens, nos serviços relacionados à saúde, educação e serviços domésticos, também em comércio e reparação de veículos, etc. Portanto, aqui, sem muita associação com o lugar ou com a dinâmica da atividade econômica predominante neste lugar (Campos com um setor terciário bastante forte e Macaé com uma atividade industrial intensa), as trabalhadoras continuam ainda atuando em serviços considerados tipicamente femininos.

As diferenças entre os municípios são mais visíveis se analisarmos a participação da população não-residente por setores de atividade. Confirmamos aqui que o setor de indústrias extrativas é o principal responsável pelo deslocamento dessa população em direção a Macaé, algo a destacar é que essa participação é essencialmente masculina. Os setores de atividade em Campos e Macaé revelam uma grande segregação por sexo, na área de indústria e construção os homens predominam; nos serviços domésticos e na educação as mulheres se destacam.

Tabela 4.5 – Distribuição da População Não-Residente Ocupada segundo Grupos de Atividade e Sexo, Campos e Macaé – 2000

Grupos de atividade	Campos			Macaé		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Agricultura, pecuária, silvicultura	4,3	0,3	3,4	1,5	0,1	1,3
Pesca	0,3	0,0	0,3	0,1	0,4	0,2
Indústria extrativa	9,8	0,0	7,5	24,5	4,3	21,7
Indústria de transformação	17,0	11,1	15,7	15,7	3,6	14,0
Produção... de eletricidade, gás e água	2,6	0,6	2,2	0,6	0,9	0,6
Construção	9,8	1,6	8,0	13,6	1,2	11,8
Comércio, reparação...	12,3	9,9	11,8	8,5	9,2	8,6
Alojamento e alimentação	2,7	4,3	3,0	3,8	7,7	4,3
Transporte... e comunicação	8,5	1,6	6,9	8,1	6,2	7,8
Intermediação financeira	1,1	1,9	1,2	0,7	2,1	0,9
Atividades imobiliárias, aluguéis...	5,9	9,4	6,7	8,0	5,9	7,7
Administração pública, defesa...	12,5	5,0	10,8	8,4	4,2	7,8
Educação	4,4	12,4	6,2	1,7	12,7	3,2
Saúde e serviços sociais	2,5	9,4	4,1	1,2	4,5	1,6
Outros serviços... sociais e pessoais	3,6	4,3	3,7	1,0	3,4	1,3
Serviços domésticos	0,4	25,4	6,1	0,1	31,7	4,5
Mal especificadas	2,2	2,9	2,4	2,7	2,1	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Comparando estes dados com a população ocupada residente, esta se destaca nas atividades agrícolas, especialmente os homens em Campos. A indústria extrativa em Macaé abrange um percentual de homens ainda maior entre os trabalhadores não-residentes. Nas indústrias de transformação há um percentual maior de mulheres atuando em Campos, mais ainda entre as que se deslocam para trabalhar no município, mas não residem neste.

Considerando os grupos ocupacionais no trabalho principal entre a população residente, as mulheres sobressaem como profissionais das ciências e das artes, técnicas de nível médio, trabalhadoras de serviços administrativos e trabalhadoras em serviços, vendas,

comércio, lojas e mercados. Na produção de bens e serviços industriais³, a concentração masculina é bem mais elevada.

Tabela 4.6 – Distribuição da População residente ocupada por grupos ocupacionais segundo o sexo, Campos e Macaé - 2000

Grupos ocupacionais	Campos		Macaé	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	1,5	0,0	1,1	0,0
Membros superiores do poder público, dirigentes e gerentes	3,7	2,8	5,3	4,6
Profissionais das ciências e das artes	4,3	9,4	5,5	7,9
Técnicos de nível médio	6,2	13,9	9,0	13,3
Trabalhadores de serviços administrativos	5,0	12,7	6,8	18,0
Trabalhadores em serviços, vendas, comércio, lojas e mercados	26,2	52,2	22,2	49,9
Trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca	11,0	1,9	6,2	0,7
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (1)	30,0	5,1	34,6	4,0
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (2)	4,6	1,0	1,8	0,5
Trabalhadores de reparação e manutenção	5,6	0,1	5,4	0,1
Ocupações mal especificadas	2,0	0,9	2,0	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

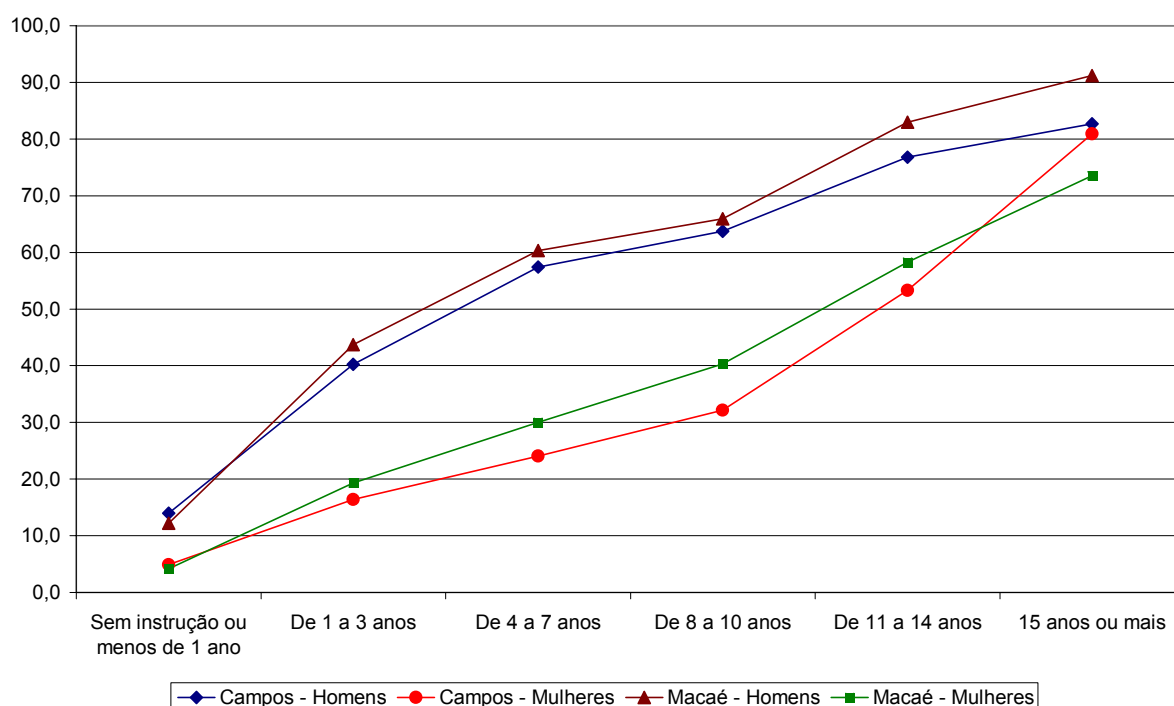
Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Todos esses diferenciais de inserção no mercado de trabalho podem ser explicados por vários motivos, dentre eles o nível de instrução dos trabalhadores e trabalhadoras, no caso de nosso estudo. O gráfico 4.5 considera a taxa de ocupação da população da população residente segundo o nível de instrução, esse indicador expressa a inserção da população total em cada nível de instrução em alguma ocupação nos municípios considerados. Fica evidente a associação entre escolaridade e participação em ocupação. Podemos observar que à medida que o nível de instrução aumenta, cresce também a inserção populacional em alguma

³ Estes grandes grupos compreendem as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessários para produzir bens e serviços industriais. Os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (1) concentram os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos, enquanto os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (2) concentram aqueles que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos.

ocupação, mas existem grandes diferenças entre homens e mulheres, tanto em Campos quanto em Macaé. De modo geral, tanto homens como mulheres em Macaé possuem maior atividade do que aqueles e aquelas em Campos. A exceção para as mulheres está nos extremos em que as mulheres de Campos possuem maior taxa de atividade do que suas colegas de Macaé. Vale notar que as mulheres com 15 anos ou mais de estudo em Campos possuem praticamente as mesmas taxas de atividade dos homens. Em geral, as diferenças de inserção por sexo aumentam com o crescimento da escolaridade.

Gráfico 4.5 – Taxa de Ocupação da População Residente por Anos de Estudo segundo o sexo, Campos e Macaé – 2000



Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Considerando o nível de instrução apenas entre a população residente já ocupada (Tabela 4.7), enquanto 6,6% dos homens ocupados não tinham instrução ou tinham menos de 1 ano em Campos, esse percentual em Macaé era de 4,8%, ou seja, menos homens ocupados nessa categoria. Para as mulheres, 3,8% em Campos entram nessa categoria e em Macaé 2,9% das ocupadas. Percebe-se também que para as categorias com até 10 anos de estudo, o percentual de homens é maior do que o de mulheres em Campos, já em Macaé, a partir de 8 anos de estudo o percentual de mulheres já é maior, ou seja, a possibilidade de inserção é maior neste último município. Para a população ocupada que tem de 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais, o percentual de mulheres é maior.

Em Campos e Macaé, a maior concentração de homens está na categoria de 4 a 7 anos de estudo; enquanto as mulheres, a maior parte apresenta 11 a 14 anos de estudo, tudo isso revela como as mulheres são mais escolarizadas do que os homens. Portanto, a associação entre fazer parte da população ocupada e nível de instrução é bem mais intensa para as mulheres do que para os homens.

Tabela 4.7 – Distribuição da População Residente Ocupada por Anos de Estudo segundo o Sexo, Campos e Macaé – 2000

Classes de Anos de Estudo	Campos		Macaé	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Sem instrução ou menos de 1 ano	6,6	3,8	4,8	2,9
De 1 a 3 anos	16,5	11,2	13,3	9,1
De 4 a 7 anos	35,8	25,6	34,2	27,0
De 8 a 10 anos	17,5	15,6	19,1	20,1
De 11 a 14 anos	19,0	32,6	21,6	31,6
15 anos ou mais	4,6	11,3	7,0	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Em relação à população ocupada residente, a população que trabalha ou estuda em Campos e Macaé é mais escolarizada. A população ocupada residente apresenta um percentual maior nas menores faixas de anos de estudo; para as maiores faixas – de 11 a 14 anos de estudo e 15 anos ou mais – em Campos são 23,6% e 43,8% de homens e mulheres residentes, respectivamente, para os não-residentes são 47,5% de homens e 60,3% de mulheres nessa faixa, um percentual maior para estes. Em Macaé, são 28,6% e 40,9% de homens e mulheres residentes com 11 anos de estudo ou mais, já aqueles que se deslocam para o município a fim de estudar ou trabalhar 48,6% dos homens são dessa faixa de anos de estudo, e 46,3% das mulheres. Em Campos, a população não-residente está mais concentrada nas classes com mais anos de estudo, mas para aqueles com 15 anos ou mais, o percentual é maior em Macaé – 10,8% (Tabela 4.8). Analisando por sexo, a população feminina que trabalha ou estuda em Campos é significativamente mais escolarizada que a população masculina. Em Macaé, o percentual de homens e mulheres não-residentes em cada classe de anos de estudo é mais próxima.

Tabela 4.8 – Distribuição da População que trabalha ou estuda em Campos e Macaé por anos de estudo – 2000

Classes de Anos de Estudo	Campos			Macaé		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Sem inst. ou menos de 1 ano	1,9	1,8	1,9	2,1	4,1	2,4
De 1 a 3 anos	9,1	2,7	7,2	5,5	9,2	6,1
De 4 a 7 anos	19,6	16,3	18,6	25,0	20,3	24,2
De 8 a 10 anos	21,8	18,9	20,9	18,9	20,1	19,1
De 11 a 14 anos	39,3	50,5	42,7	38,3	33,4	37,5
15 anos ou mais	8,2	9,8	8,7	10,4	13,0	10,8
Total (100%)	6073	2693	8766	13603	2469	16072

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.
Excluídos os não-determinados

Foi possível notar aqui o grande percentual de trabalhadores no setor formal da economia em Macaé, mais do que em Campos, com um grande percentual de trabalhadores com carteira assinada principalmente. Quanto aos ramos de atividades, constatamos também a grande participação de mulheres na atividade doméstica, muitas sem carteira assinada nos dois municípios.

Além disso, a população ocupada em Macaé se destaca na indústria extrativa e também em comércio e construção, as indústrias extrativas são ainda mais representativas entre os não-residentes; em Campos, o destaque para estes dois últimos é maior, sendo também em educação. O percentual de ocupados em serviços domésticos é elevado, certamente devido à presença feminina nesta atividade. A associação entre educação e inserção em alguma ocupação também foi evidente.

4.1. DIFERENÇAS SALARIAIS EM CAMPOS E MACAÉ: RENDIMENTOS E JORNADA DE TRABALHO DE HOMENS E MULHERES

O Brasil tem uma das diferenças salariais entre homens e mulheres mais altas da América Latina. A questão da segregação ocupacional vista anteriormente poderia não ser tanto uma questão-problema se a média dos salários fosse equivalente e compatível com a educação e a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras (Banco Mundial, 2003, p. 77). Entretanto, mais uma vez, apesar de um maior nível de instrução das mulheres, podemos constatar os significativos diferenciais por sexo no que se refere ao rendimento dos trabalhadores em Campos e Macaé.

A análise que se segue, com relação a rendimento e jornada de trabalho considera todos os trabalhadores independente de remuneração, ou seja, seguindo a definição do Censo de 2000.

Em ambos os municípios, como vemos na tabela 4.9 que considera a distribuição da população residente ocupada por rendimento, os homens apresentam um rendimento mais elevado do que as mulheres, entretanto, é possível notar que Campos apresenta uma maior concentração de mulheres com salários inferiores, quase 30% das mulheres ocupadas recebia de meio a um salário mínimo em 2000.

Em Macaé, até dois salários mínimos o percentual de mulheres é superior ao de homens; para os níveis mais elevados de renda predominam os homens. Mas mesmo diante disso, a distribuição dos trabalhadores e trabalhadoras segundo a renda se revela menos concentrada nas faixas mais baixas de rendimento em Macaé, do que em Campos. Para o trabalho sem rendimento, o percentual de mulheres é um pouco mais elevado nos dois municípios.

Tabela 4.9 – Distribuição da População Residente Ocupada segundo sexo e rendimento, Campos e Macaé – 2000

Total de rendimentos brutos - Em salário-mínimo	Campos		Macaé	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 0,5	2,1	5,7	1,0	2,3
Mais de 0,5 a 1	18,9	28,8	8,2	15,6
Mais de 1 a 1,5	13,4	13,2	7,1	13,9
Mais de 1,5 a 2	18,1	15,2	16,1	19,6
Mais de 2 a 3	14,9	12,4	16,2	14,1
Mais de 3 a 5	14,0	10,7	19,8	13,7
Mais de 5 a 10	10,4	9,4	16,9	12,9
Mais de 10 a 15	3,1	1,8	4,6	3,4
Mais de 15 a 20	1,9	0,9	4,1	1,7
Mais de 20 a 30	1,3	0,4	2,6	0,6
Mais de 30	1,2	0,4	2,7	1,2
Sem rendimento	0,8	1,2	0,6	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Quanto ao rendimento médio de homens e mulheres nas duas cidades, é interessante notar que o rendimento das mulheres em Macaé se assemelha ao dos homens em Campos, ou seja, a situação da mulher em Macaé parece ser mais favorecida pelas mudanças recentes no mundo trabalho. Dentre as categorias que estamos analisando, podemos notar que as mulheres em Campos são as que estão em maior situação de desvantagem, enquanto os homens em Macaé recebem os maiores salários (Tabela 4.10). Quando observamos o rendimento médio feminino em relação ao masculino, constatamos que a renda das mulheres corresponde a cerca de 65% da renda masculina em Macaé, e 64% em Campos, um percentual bem próximo. Mesmo sendo a média de horas trabalhadas semelhante nos dois municípios para homens e mulheres, a média de rendimento é maior em Macaé.

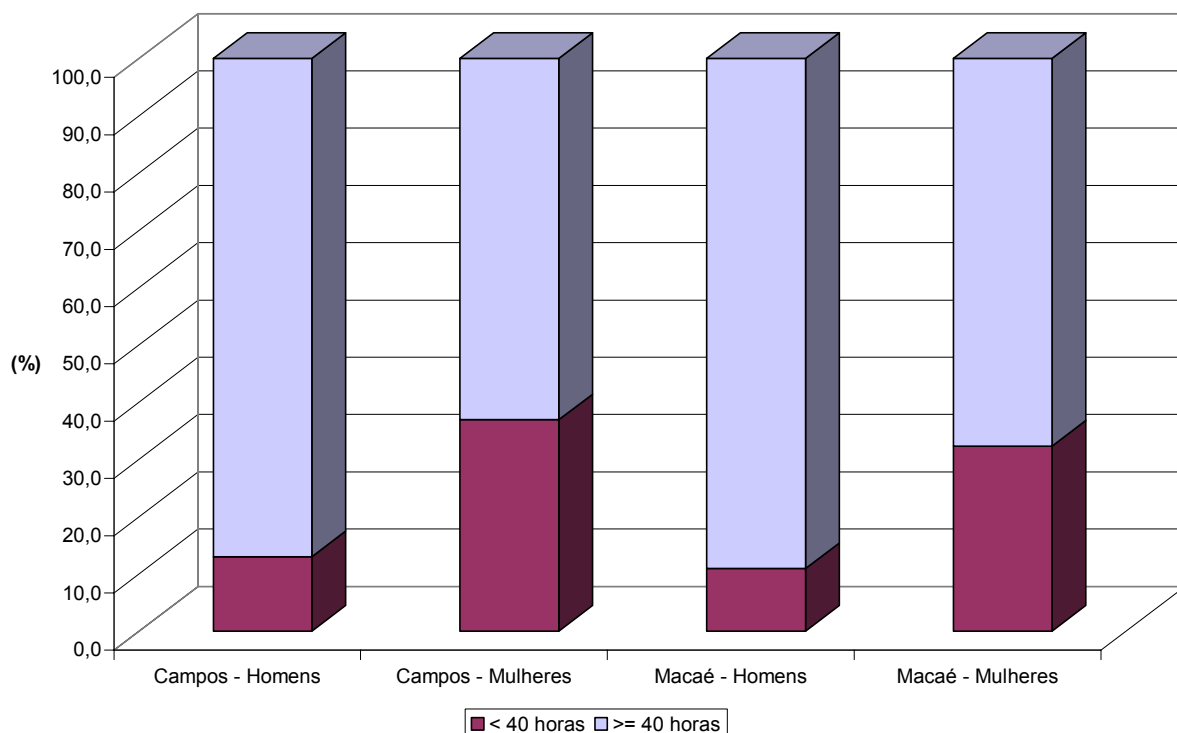
Municípios	Total de Rendimentos			Total de horas trabalhadas		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Campos	578,3	382,2	763,7	48,9	40,7	45,9
Macaé	875,0	578,5	505,4	49,0	40,5	45,9

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

É de suma importância considerar nessa discussão a diferença em horas semanais que os trabalhadores e trabalhadoras dispõem para a atividade econômica. De acordo com o gráfico 4.6, podemos ver que em Macaé os homens e as mulheres apresentam um percentual mais elevado trabalhando acima de 40 horas semanais do que em Campos, apesar da média de horas trabalhadas ser semelhante (Tabela 4.10).

Quanto aos diferenciais por sexo, enquanto 87% dos homens ocupados em Campos dedicam-se ao mercado de trabalho com jornadas maiores ou iguais a 40 horas semanais, em torno de 63% das mulheres apresentam jornada semelhante. Em Macaé, a jornada dos homens ainda é um pouco maior, sendo aproximadamente 89% deles trabalhando 40 horas ou mais por semana, e as mulheres são em quase 69% nessa categoria. Esses diferenciais por sexo podem ocorrer devido a preferência de muitas mulheres por tipos de ocupações que lhes permitem desenvolver outras atividades, compatibilizando com outras atuações, especialmente os afazeres domésticos.

Gráfico 4.6 – Proporção de homens e mulheres residentes segundo tamanho de jornada de trabalho semanal, Campos e Macaé – 2000



Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Sendo assim, apresentamos a seguir um cruzamento da variável renda com a variável horas semanais trabalhadas (Tabela 4.11), a fim de apreender se existem diferenciais entre as mesmas classes de horas trabalhadas. Nas mesmas classes de jornada de trabalho, nota-se que os homens estão menos concentrados do que as mulheres nas menores faixas de rendimento. Por exemplo, de 40 a 44 horas semanais trabalhadas, 33,7% dos homens recebem até 2 salários mínimos, enquanto as mulheres são em 52,7% com este mesmo comportamento em Macaé; recebendo mais de 10 salários mínimos, há 15,4% dos homens e 6,5% das mulheres ocupadas neste mesmo município. Em Campos, ainda há mais mulheres nas menores faixas de rendimento. Portanto, estas tabelas mostram que as mulheres em Macaé estão muito melhores

em níveis de rendimento por horas trabalhadas em relação às mulheres de Campos. Além disso, quem trabalha muitas horas, em geral, ganha muito pouco, principalmente entre as mulheres, e especialmente em Campos.

Tabela 4.11 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento por Horas Semanais Trabalhadas e Sexo, Campos – 2000

Grupo de Horas Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal	Total (100%)	Classes de Rendimento no Trabalho Principal					
		Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Somente em Benefício	Não tem
Homens	94388	55,0	28,2	9,7	6,2	0,8	0,1
Até 14 horas	1433	56,0	23,6	12,1	2,3	5,3	0,7
De 15 a 39 horas	10828	52,9	25,7	10,1	7,3	3,4	0,6
De 40 a 44 horas	29351	53,3	28,4	10,2	7,6	0,4	0,1
De 45 a 48 horas	19916	61,2	28,4	6,6	3,5	0,3	0,0
49 ou mais horas	32860	53,5	28,8	10,8	6,3	0,5	0,1
Mulheres	55986	66,8	22,3	7,4	2,1	1,3	0,1
Até 14 horas	2588	69,1	16,3	5,7	1,9	5,3	1,7
De 15 a 39 horas	18080	59,6	29,5	7,1	1,9	1,8	0,1
De 40 a 44 horas	16973	62,6	23,0	10,8	2,8	0,8	0,0
De 45 a 48 horas	8224	78,6	16,1	3,7	0,9	0,6	0,0
49 ou mais horas	10121	76,4	14,5	5,8	2,3	0,9	0,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Tabela 4.12 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento por Horas Semanais Trabalhadas e Sexo, Macaé – 2000

Grupo de Horas Semanais Trabalhadas no Trabalho Principal	Total (100%)	Classes de Rendimento no Trabalho Principal					
		Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Somente em Benefício	Não tem
Homens	34552	33,8	36,6	16,3	12,4	0,8	0,1
Até 14 horas	496	30,2	24,2	16,9	16,3	12,3	0,0
De 15 a 39 horas	3277	39,4	32,2	15,2	8,7	3,8	0,7
De 40 a 44 horas	13735	33,7	35,9	14,6	15,4	0,3	0,1
De 45 a 48 horas	5035	40,5	40,4	13,3	5,8	0,0	0,0
49 ou mais horas	12009	29,8	37,4	19,9	12,4	0,4	0,1
Mulheres	20776	55,3	27,8	10,5	5,2	1,1	0,1
Até 14 horas	772	59,7	20,7	8,7	5,4	5,4	0,0
De 15 a 39 horas	5936	51,5	34,5	10,5	2,3	1,3	0,0
De 40 a 44 horas	8255	52,7	26,3	13,8	6,5	0,5	0,2
De 45 a 48 horas	2454	66,5	26,2	4,8	1,4	0,9	0,2
49 ou mais horas	3359	59,3	22,4	7,1	9,6	1,6	0,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

A melhor situação do mercado de trabalho em Macaé coloca as trabalhadoras deste município em melhores situações que as de Campos, em alguns casos, até em melhores situações que os homens de Campos. Assim, apesar de ainda existir discriminação no mercado de trabalho por sexo, estas diminuem à medida que o mercado de trabalho se amplia e se especializa.

A fim de averiguar como se apresentam as diferenças salariais para as gerações mais jovens e mais escolarizadas, controlamos o rendimento por horas trabalhadas, relacionando ainda com a idade e os anos de estudo (Tabelas 4.13 a 4.16). No Município de Campos dos Goytacazes, a população mais jovem ainda está mais concentrada nas faixas até R\$ 5,00 por hora de trabalho, as mulheres jovens apresentam um percentual um pouco maior do que os homens recebendo mais de R\$ 5,00; entretanto, recebendo R\$ 1,00 ou menos há mais mulheres que homens proporcionalmente (Tabela 4.13).

Tabela 4.13 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ - por sexo e idade, Campos – 2000

Sexo	Classes de Idade	Rendimento por hora trabalhada por mês em R\$				Total
		Menos de 1,00**	De 1,00 a 5,00	De 5,00 a 10,00	Mais de 10,00	
Homens	Menos de 24	47,4	50,7	1,6	0,4	100,0
	De 25 a 44	22,8	63,3	8,3	5,6	100,0
	45 e mais	24,5	55,3	9,6	10,6	100,0
	Total	28,7	58,5	7,1	5,7	100,0
Mulheres	Menos de 24	53,4	42,9	3,0	0,7	100,0
	De 25 a 44	32,2	54,3	9,6	3,9	100,0
	45 e mais	30,4	49,3	13,9	6,3	100,0
	Total	36,1	50,8	9,3	3,8	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

**Inclui pessoas na categoria sem remuneração e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Já em Macaé, as diferenças de rendimento por hora trabalhada são mais expressivas. De uma forma geral, os trabalhadores recebem em torno de R\$ 1,00 a R\$ 5,00 por hora de

trabalho, ou seja, o valor recebido por cada hora de trabalho é maior do que em Campos. Em Macaé, com o aumento da idade, o rendimento por hora de trabalho também aumenta. Analisando as diferenças por sexo, as mulheres sobressaem um pouco mais do que os homens na faixa de menos de R\$1,00. E na faixa mais elevada – mais de R\$10,00 por hora de trabalho, os homens apresentam um percentual maior.

Tabela 4.14 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ - por sexo e idade, Macaé – 2000

Sexo	Classes de Idade	Rendimento por hora trabalhada por mês em R\$				Total
		Menos de 1,00**	De 1,00 a 5,00	De 5,00 a 10,00	Mais de 10,00	
Homens	Menos de 24	27,7	67,6	3,7	1,0	100,0
	De 25 a 44	8,5	66,7	11,8	13,0	100,0
	45 e mais	12,3	57,6	13,4	16,7	100,0
	Total	13,7	64,9	10,3	11,1	100,0
Mulheres	Menos de 24	32,3	60,7	5,6	1,4	100,0
	De 25 a 44	16,1	60,6	16,9	6,4	100,0
	45 e mais	17,9	58,4	14,3	9,4	100,0
	Total	20,0	60,2	13,9	5,9	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

**Inclui pessoas na categoria sem remuneração e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Além da questão da idade, analisamos também as diferenças salariais por anos de estudo. É possível notar que em Campos, mais uma vez, os trabalhadores estão em maior percentual nas menores faixas de rendimento por hora trabalhada, para aqueles que possuem 15 anos ou mais de estudo, esse rendimento se apresenta um pouco maior, entretanto, os homens ainda se destacam nesta categoria.

Tabela 4.15 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ segundo sexo e anos de estudo, Campos – 2000

Sexo	Classes de Anos de Estudo	Rendimento por hora trabalhada por mês em R\$				Total
		Menos de 1,00**	De 1,00 a 5,00	De 5,00 a 10,00	Mais de 10,00	
Homens	Até 7	39,1	57,4	2,4	1,1	100,0
	De 8 a 10	22,0	68,3	6,2	3,5	100,0
	De 11 a 14	8,9	61,7	18,1	11,3	100,0
	15 ou mais	3,1	23,1	25,1	48,7	100,0
	Total	28,7	58,5	7,1	5,7	100,0
Mulheres	Até 7	59,8	38,6	1,0	0,6	100,0
	De 8 a 10	40,1	55,6	2,7	1,6	100,0
	De 11 a 14	16,3	66,4	13,8	3,5	100,0
	15 ou mais	3,5	43,0	34,5	18,9	100,0
	Total	36,1	50,8	9,3	3,8	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

**Inclui pessoas na categoria sem remuneração e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Tabela 4.16 – Distribuição da População Residente Ocupada – Rendimento mensal por hora trabalhada em R\$ segundo sexo e anos de estudo, Macaé – 2000

Sexo	Classes de Anos de Estudo	Rendimento por hora trabalhada por mês em R\$				Total
		Menos de 1,00**	De 1,00 a 5,00	De 5,00 a 10,00	Mais de 10,00	
Homens	Até 7	19,7	73,9	4,4	2,0	100,0
	De 8 a 10	12,6	73,5	9,7	4,3	100,0
	De 11 a 14	4,3	53,3	22,0	20,4	100,0
	15 ou mais	0,8	12,1	19,8	67,4	100,0
	Total	13,7	64,9	10,3	11,1	100,0
Mulheres	Até 7	32,5	64,2	1,8	1,5	100,0
	De 8 a 10	21,2	69,7	6,2	2,9	100,0
	De 11 a 14	9,1	60,9	23,1	6,8	100,0
	15 ou mais	3,4	23,5	47,2	25,9	100,0
	Total	20,0	60,2	13,9	5,9	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

**Inclui pessoas na categoria sem remuneração e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

É possível observar que em Macaé, a questão da idade e da escolaridade influencia mais do que em Campos no melhor rendimento por hora de trabalho. Apesar das mulheres serem mais escolarizadas, como já foi visto, elas recebem menos que os homens por cada hora

de trabalho. Para os trabalhadores com 15 anos ou mais de estudo, quase 70% dos homens recebe mais de R\$ 10,00 por hora, já as mulheres são em 31% nesta faixa.

Com estes resultados, podemos notar então que, em termos de diferenciais por sexo na distribuição da população ocupada segundo rendimento por hora trabalhada, Campos apresenta menores diferenciais, entretanto, isso ocorre porque os trabalhadores neste município se concentram nas menores faixas de rendimento, recebendo essencialmente menos de R\$ 1,00 por hora de trabalho, tanto homens quanto mulheres.

As distribuições de rendimento por hora trabalhada apontam para diferenciais importantes entre homens e mulheres nos dois municípios analisados. No entanto, sabe-se que as mulheres, em geral, estão no mercado de trabalho menos horas do que os homens. Adicionalmente, com a dinâmica permanente do mercado de trabalho, sabe-se que a maior experiência e maior escolaridade acabam por colocar as pessoas em melhores condições no mercado, assim, utiliza-se a idade dos trabalhadores uma aproximação aos anos de experiência e sua escolaridade como uma aproximação para status ocupacional. Para controlar o número de horas trabalhadas, calculou-se salário por hora trabalhada. Toda a discussão aqui gira em torno da hipótese de que se controladas a experiência e o número de horas trabalhadas, os diferenciais por sexo deveriam diminuir se não tiver operando algum tipo de discriminação no mercado de trabalho. A ocupação poderia ser outra variável importante a ser considerada, no entanto, a análise seria muito complexa, devido ao grande número de ocupações. Sendo assim, consideramos o rendimento por hora de trabalho por sexo, a partir da idade e dos anos de estudo, cruzamos estas duas últimas variáveis, calculando a média para cada classe, como mostram as tabelas 4.17 e 4.18. Para este cálculo, não foram considerados os trabalhadores

sem remuneração e com não-declaração de horas trabalhadas, além disso, realizamos também aqui uma comparação entre os trabalhadores residentes e não-residentes Campos e Macaé.

De uma forma geral, a média de rendimento por hora trabalhada em cada categoria é maior em Macaé do que em Campos entre os residentes. Nos dois municípios, esta média aumenta de acordo com os anos de estudo para todas as classes de idade, apesar de aumentar para ambos os sexos, a média é mais elevada para os homens do que para as mulheres. Entretanto, um ponto interessante é que para as mulheres mais jovens e mais escolarizadas em Campos, essa média é um pouco maior do que para os homens nestas categorias (menos de 24 anos de idade e 15 anos ou mais de estudo), elas recebem quase 28% a mais do que os homens (Tabela 4.17). No total, a diferença de rendimentos entre homens e mulheres é de 12,2% a mais para os homens.

Tabela 4.17 – População Residente: Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Campos - 2000

Sexo	Classes de Idade	Classes de Anos de Estudo				Total
		Até 7	De 8 a 10	De 11 a 14	15 ou mais	
Homens	Menos de 24	1,17	1,46	2,46	3,33	1,48
	De 25 a 44	1,76	3,01	5,56	11,48	3,31
	45 e mais	2,31	5,29	8,19	17,74	4,70
	Total	1,79	2,97	5,47	13,57	3,27
Mulheres	Menos de 24	0,96	1,31	2,21	4,26	1,64
	De 25 a 44	1,21	1,93	3,30	7,15	2,84
	45 e mais	2,19	3,36	5,19	9,71	4,00
	Total	1,46	1,96	3,39	7,59	2,87

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Em Macaé, os homens residentes também têm média de rendimento maior do que as mulheres residentes no geral, apenas para aquelas com 45 anos e mais e com 8 a 10 anos de

estudo, esta média é maior do que a dos homens. Importante notar que a maior diferença entre homens e mulheres em Macaé está entre a população mais escolarizada e com mais de 45 anos de idade – os homens têm média de rendimento por hora trabalhada de R\$ 25,40 enquanto as mulheres recebem R\$ 9,72 (Tabela 4.18). Os homens recebem 21% acima dos rendimentos das mulheres no total.

Tabela 4.18 – População Residente: Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Macaé - 2000

Sexo	Classes de Idade	Classes de Anos de Estudo				Total
		Até 7	De 8 a 10	De 11 a 14	15 ou mais	
Homens	Menos de 24	1,68	1,83	3,23	7,02	2,01
	De 25 a 44	2,57	3,91	7,54	16,53	5,23
	45 e mais	3,71	5,11	10,33	25,40	7,43
	Total	2,64	3,41	7,38	19,15	5,00
Mulheres	Menos de 24	1,48	1,55	3,05	4,90	2,16
	De 25 a 44	1,75	2,97	4,91	10,92	4,15
	45 e mais	3,60	5,61	6,86	9,72	5,32
	Total	2,16	2,88	4,80	10,19	3,95

Fonte: Microdados – Censo Demográfico 2000.

Comparando os municípios de Campos e Macaé, o rendimento é maior para o segundo; para os homens jovens com 15 anos ou mais de estudo, a diferença é extremamente elevada. Entre as mulheres nesta mesma faixa de anos de estudo, mas com 45 anos de idade ou mais, a diferença da média de rendimento é pequena.

As mulheres com menos de 24 anos em Macaé recebem mais do que os homens de Campos nesta mesma faixa de idade, em todas as categorias de anos de estudo. Para aquelas com 15 anos ou mais de estudo, chegam a receber 27,7% a mais do que os homens. Para as que têm 45 anos ou mais de idade com até 10 anos de estudo, também recebem mais do que os

homens de Campos. Ou seja, quando vimos que a situação da mulher em Macaé chega a ser melhor do que a dos homens em Campos, essa melhoria é determinada, em grande medida, pelo rendimento das mulheres mais jovens.

Comparando a média de rendimento por hora trabalhada entre os trabalhadores não-residentes em Campos e aqueles que residem no município, os homens não-residentes ganham mais do que os residentes. Para as mulheres, isso também ocorre, apenas em algumas faixas de anos de estudo, como até 7 anos, as residentes recebem mais. A diferença de rendimento entre homens e mulheres não-residentes no total foi de 26,0% a mais para os homens – diferença maior entre estes (Tabela 4.19 e tabela 4.17).

Tabela 4.19 – Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Trabalhadores* não-residentes em Campos - 2000

Sexo	Classes de Idade	Classes de Anos de Estudo				Total
		Até 7	De 8 a 10	De 11 a 14	15 ou mais	
Homens	Menos de 24	1,71	2,69	3,40	6,51	2,62
	De 25 a 44	2,54	3,64	6,16	11,51	4,92
	45 e mais	3,30	5,37	9,65	24,96	9,05
	Total	2,61	3,67	6,46	16,62	5,51
Mulheres	Menos de 24	0,72	1,44	2,99	3,33	2,07
	De 25 a 44	1,76	6,69	3,76	10,18	5,18
	45 e mais	1,95	5,49	3,07	14,33	5,45
	Total	1,40	4,90	3,38	9,92	4,08

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Agora comparando as trabalhadoras que se deslocam para trabalhar em Macaé com as residentes neste município, até 10 anos de estudo, a renda para as primeiras é menor, para aquelas com 45 anos ou mais de idade também. Isso pode ocorrer devido à própria distribuição por setor de atividade da população que trabalha em Macaé, mas não reside, foi visto que há

um grande percentual de trabalhadoras atuando nos serviços domésticos. Para os homens, no geral, a renda é razoavelmente maior para os não-residentes, entretanto, quando observamos o rendimento daqueles mais jovens e mais escolarizados em Macaé, a renda dos não-residentes é bem menor. No total, os homens recebem 20% acima do rendimentos das mulheres (Tabelas 4.20 e 4.18).

Tabela 4.20 – Média do rendimento por hora trabalhada, por sexo, idade e anos de estudo, Trabalhadores* não-residentes em Macaé - 2000

Sexo	Classes de Idade	Classes de Anos de Estudo				Total
		Até 7	De 8 a 10	De 11 a 14	15 ou mais	
Homens	Menos de 24	1,67	2,34	3,19	1,97	2,37
	De 25 a 44	2,73	3,96	7,66	16,47	6,53
	45 e mais	3,88	7,07	11,53	22,15	9,77
	Total	2,84	4,16	7,84	17,97	6,66
Mulheres	Menos de 24	1,11	1,53	3,80	8,45	2,91
	De 25 a 44	2,32	2,57	9,11	13,41	7,08
	45 e mais	2,27	2,61	4,42	6,67	2,81
	Total	2,11	2,21	6,83	12,69	5,33

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

*Como a variável é relativa ao trabalho, consideramos a população que trabalha, podendo estudar ou não.

Resumindo, em relação aos trabalhadores residentes nos municípios, a média é maior para aqueles que trabalham em Campos, mas não residem do que para os residentes. Em Macaé, essa constatação não é tão abrangente como em Campos.

Quanto maior a idade, maior também a média de rendimento por hora trabalhada. Sendo assim, os maiores valores estão para aqueles com mais anos de estudo e maior idade. Mas as menores diferenças entre homens e mulheres são para a geração mais jovem.

4.2. ORIGEM DO DESLOCAMENTO: POPULAÇÃO NÃO-RESIDENTE EM CAMPOS E EM MACAÉ

Buscamos também conhecer o município de residência da população que realiza esse deslocamento a fim de estudar ou trabalhar em Campos e Macaé, como mostram as tabelas 4.21 e 4.22. Em Campos dos Goytacazes, a maior parte dessa população vem de São João da Barra, que também faz parte da Região Norte Fluminense, e Nova Iguaçu, que pertence a Região Metropolitana, São Fidélis com 6,4%. Um percentual também considerável, em torno de 5% de cada município, são de pessoas que vêm do Rio de Janeiro, São João de Meriti e Cardoso Moreira; de Macaé vem 4,5% dessa população em Campos.

Municípios	Masculino	Feminino	Total
São João da Barra	11,4	13,0	11,9
Nova Iguaçu	9,6	7,1	8,8
São Fidélis	4,1	11,5	6,4
Rio de Janeiro	7,6	2,2	5,9
São João de Meriti	5,2	7,2	5,8
Cardoso Moreira	4,4	6,2	5,0
Macaé	3,6	6,7	4,5
São Francisco de Itabapoana	2,2	6,4	3,5
São Gonçalo	4,3	0,8	3,2
Cachoeiro de Itapemirim	2,4	3,5	2,7
Vitória	2,1	2,8	2,3
Itaperuna	2,2	1,5	2,0
Conceição de Macabu	2,1	1,4	1,8
Bom Jesus do Itabapoana	1,8	1,7	1,8
Italva	1,1	2,7	1,6
Queimados	1,8	1,1	1,6
Quissamã	1,2	1,4	1,2
Cabo Frio	1,4	0,5	1,2
Vila Velha	1,3	0,7	1,1
Niterói	1,3	0,6	1,1
Outros municípios	28,9	21,1	26,5

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Observando o mesmo grupo populacional em Macaé (Tabela 4.22), vemos que a maior parte dos trabalhadores ou estudantes vem do Município de Campos dos Goytacazes (18,3%), seguido de Conceição de Macabu – que também pertence ao norte fluminense – e Rio das Ostras. Da capital do estado pertence 7,1% dessa população. Outros municípios da Região Norte Fluminense que também estão bem próximos de Macaé, como Carapebus e Quissamã, apresentam uma parcela considerável – 3,2% e 2,5%, respectivamente. Ou seja, Campos, além de ter um mercado menos dinâmico, “exporta” mão-de-obra para Macaé. Interessante observar que a mão-de-obra é essencialmente masculina.

Tabela 4.22 – Distribuição da População que trabalha ou estuda em Macaé – Município de residência – 2000

Municípios	Masculino	Feminino	Total
Campos dos Goytacazes	19,8	10,2	18,3
Conceição de Macabu	7,5	14,2	8,5
Rio das Ostras	5,8	15,2	7,2
Rio de Janeiro	8,0	2,3	7,1
Nova Iguaçu	2,5	13,6	4,2
São Gonçalo	3,7	3,8	3,7
Carapebus	2,8	5,6	3,2
Quissamã	2,1	4,2	2,5
Vila Velha	2,6	0,0	2,2
Casimiro de Abreu	1,7	3,5	1,9
Cabo Frio	1,6	3,5	1,9
Niterói	2,0	1,2	1,9
Duque de Caxias	1,9	0,4	1,7
São João de Meriti	1,4	2,9	1,6
Aracaju	1,6	0,0	1,4
Queimados	0,6	5,0	1,3
Salvador	1,4	0,0	1,2
São Mateus	1,1	0,4	1,0
Catu	0,9	0,9	0,9
Sao Fidélis	1,0	0,7	0,9
Outros municípios	30,1	12,6	27,4

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Considerando a população por sexo, enquanto os homens vêm predominantemente de Campos e depois do Rio de Janeiro, as mulheres apresentam um percentual maior oriundo de Rio das Ostras, Conceição de Macabu e Nova Iguaçu.

Diante do elevado número de pessoas que moram em Campos e trabalham em Macaé, percebemos que ao analisar o mercado de trabalho da população residente em Campos, boa parte dessa população, na verdade, faz parte do mercado de trabalho de Macaé, e não de Campos. Sendo assim, apresentamos a seguir informações da população ocupada em Campos e Macaé e que reside nos municípios. A partir da tabela 4.23, é possível notar que em relação ao percentual por sexo, os valores são bem próximos nos dois municípios.

Tabela 4.23 – População que reside e trabalha em Campos e Macaé – 2000			
Município	Masculino	Feminino	Total
Campos	89.752	55.122	144.874
Macaé	33.988	20.387	54.375
(%)			
Campos	62,0	38,0	100,0
Macaé	62,5	37,5	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Quando consideramos essa população por sub-setor de atividade, é possível notar a diferença por atividade econômica entre os dois municípios. Já foi possível apreender algumas diferenças entre os municípios, ao considerarmos os trabalhadores que residem nestes e aqueles que se deslocam para trabalhar. Entretanto, quando consideramos a população que reside e trabalha no município, ou seja, que realmente compõe a força de trabalho do município, as diferenças em termos de setor da atividade econômica se acentuam. Em Campos e Macaé, os serviços domésticos, as atividades de construção e educação abarcam significativa

parcela da mão-de-obra. Porém, de acordo com a tabela 4.24, é possível destacar em Campos, além dessas atividades, outras relacionadas ao comércio, ao cultivo da cana-de-açúcar e fabricação de produtos cerâmicos, entre outros.

Tabela 4.24 – Distribuição da População que reside e trabalha em Campos por Sub-setores de atividade – 2000

Sub-setores de Atividade	Masculino	Feminino	Total
Serviços Domésticos	1,0	23,2	9,4
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	9,7	0,2	6,1
Educação regular, supletiva e especial pública	2,0	9,9	5,0
Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,1	2,9	4,2
Reparação e manutenção de veículos automotores	4,7	0,4	3,1
Cultivo de cana-de-açúcar	4,2	0,9	2,9
Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	2,1	3,4	2,6
Comércio varejista em postos móveis...	2,0	3,0	2,4
Fabricação de produtos cerâmicos	3,3	0,3	2,2
Fabricação e refino do açúcar	3,0	0,4	2,0
Atividades de ensino não especificadas	0,1	5,0	2,0
Transporte rodoviário de cargas - exceto de mudanças	3,1	0,2	2,0
Alojamento e/ou alimentação não especificadas	1,8	2,0	1,9
Atividades mal especificadas	2,0	1,6	1,8
Comércio de artigos do vestuário... e calçados	1,0	3,1	1,8
Outras Atividades	55,1	43,6	50,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Já em Macaé, o destaque para a população que reside e trabalha no município está para a extração de petróleo e gás natural. Além desta atividade, os setores relacionados a comércio, administração do Estado em nível municipal e serviços relativos a alojamento e alimentação também são relevantes.

Tabela 4.25 – Distribuição da População que reside e trabalha em Macaé por Sub-setores de atividade – 2000

Sub-setores de Atividade	Masculino	Feminino	Total
Serviços Domésticos	1,0	22,0	8,9
Extração de petróleo e gás natural...	11,1	3,3	8,2
Construção de edifícios e obras de engenharia civil	11,5	0,3	7,3
Educação regular, supletiva e especial pública	1,1	8,2	3,8
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	3,7	3,4	3,6
Administração do Estado e da política... – Municipal	3,3	3,8	3,5
Outros serviços de alimentação - exceto ambulantes	2,3	3,8	2,9
Reparação e manutenção de veículos automotores	3,6	0,2	2,3
Transporte rodoviário de passageiros	3,3	0,5	2,2
Alojamento e/ou alimentação não especificadas	1,7	2,2	1,9
Comércio de material de construção...	2,4	0,8	1,8
Pesca e serviços relacionados	2,7	0,1	1,7
Criação de bovinos	2,5	0,2	1,6
Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas...	1,3	2,1	1,6
Comércio de artigos do vestuário... e calçados	0,8	2,9	1,6
Outras Atividades	47,7	46,1	47,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados – Censo Demográfico de 2000.

Como foi visto anteriormente, para a população não-residente, mas que trabalha nestes municípios, ou seja, compõe juntamente com os trabalhadores residentes a força de trabalho do município, em Campos eles trabalham nos setores de indústria de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e administração pública, defesa e seguridade social; em Macaé, os três principais setores para os quais essa população se dirige para trabalhar são indústrias extrativas, indústrias de transformação e construção – sendo assim o setor industrial mais forte neste último município (ver tabelas 4.5).

Entendemos aqui que a questão da territorialidade merece destaque. Esse deslocamento freqüente da população na Região Norte Fluminense, especialmente em direção a Macaé, abre muitos outros campos de estudo que não se esgotam aqui, por exemplo, questionando por que essas pessoas preferem não residir em Macaé. Alguns aspectos podem ser apontados para

estudo, como a família estar estruturada no município de origem, ou talvez o elevado custo de vida em Macaé, ou ainda por que a rede de transporte favorece esse deslocamento, em termos de qualidade e preço. Portanto, diante da globalização e da facilidade proporcionada pelos meios de comunicação, percebemos também que não somente o envio de informações é facilitado, mas também o deslocamento das pessoas no espaço. Essas questões abrem novos leques de pesquisa para a região.

Finalmente, vale destacar que a análise feita neste capítulo se beneficiaria em muito se a informação fornecida no censo separasse os movimentos intermunicipais de trabalhadores e estudantes. Apesar de ser possível identificar que aqueles que não frequentam escola ou creche são necessariamente trabalhadores, o inverso não é verdade. Ou seja, se a pessoa estuda, não podemos afirmar que ela não trabalha.

Com o desenvolvimento econômico e a especialização crescente do mercado de trabalho, é essencial que informações mais detalhadas sobre movimentos migratórios para fins de trabalho sejam disponibilizados. Adicionalmente, chamamos a atenção para que as análises municipais referentes ao mercado de trabalho, cada vez mais recorrentes, devem incluir não somente os trabalhadores residentes nos municípios, pois como observamos no caso de Macaé e Campos, a análise não é completa se não considerarmos todos os fluxos migratórios para trabalho e outros.

Portanto, no geral, foi possível notar que as mulheres têm que fazer muito mais em termos de educação e qualificação para tentar competir igualmente com os homens no mercado de trabalho. Sendo assim, em Macaé, os anos de estudo parecem fazer mais diferença no rendimento do que em Campos.

Outros fatores também podem ser citados como determinantes para o menor rendimento das mulheres, como os setores econômicos em que trabalham, a posição na ocupação ou vínculo, e as próprias ocupações em que elas atuam. Consideramos aqui as horas trabalhadas e o nível de instrução, e mesmo em classes semelhantes foi possível notar que ocorre o diferencial observado no todo.

CONCLUSÃO

Os estudos do trabalho em muito se relacionam com os estudos populacionais, afinal é o próprio contexto sócio-econômico e político no qual a população se encontra que contribui para determinar sua inserção em alguma atividade econômica. Sendo o conceito de gênero uma ferramenta teórico-política e uma possível via de análise da realidade social, a relação entre os estudos de gênero e mercado de trabalho pode se dar ao estudarmos os diferenciais por sexo, mas não deixando também de estabelecer relações entre esses diferenciais com o contexto sócio-cultural da realidade em estudo.

Segundo Tilly (1994), as mulheres são mais que uma categoria biológica, entendemos assim que tanto homens quanto mulheres são pessoas que apresentam diversas características, permitindo um estudo não apenas por sexo, mas que envolva sua situação familiar, seu contexto social, econômico e, como neste estudo, sua situação referente à participação em alguma atividade econômica.

Analisando as mudanças recentes na atividade econômica no norte fluminense, foi possível constatar que está ocorrendo uma mudança do centro da atividade econômica na região, onde o município de Campos, apesar de historicamente ser o mais importante, não tem acompanhado a dinâmica de desenvolvimento que se instalou a partir da chegada da indústria petrolífera. Nesse contexto, Macaé é que se destaca, tanto no cenário econômico, como na dinâmica demográfica e nos aspectos sociais. A industrialização e a urbanização imprimiram grandes mudanças na dinâmica demográfica e sócio-econômica deste município.

Em termos de fecundidade, os municípios da Região Norte Fluminense apresentavam taxas de fecundidade total em torno da TFT do Brasil no ano 2000, que foi 2,3 filhos por

mulher. A mortalidade infantil também apresentou declínio considerável de 1991 a 2000 e a esperança de vida não se diferenciou tanto entre os municípios da região. Quanto aos dados referentes ao acesso aos serviços básicos por parte dos domicílios, vimos que os maiores ganhos foram dos municípios menores, devido ao processo de urbanização nestes municípios ter sido mais recente, enquanto os maiores como Campos e Macaé já vinham apresentando estas tendências há mais tempo. Sobre o acesso à educação, no ensino fundamental, em 2000, Macaé e São Fidélis apresentaram os maiores percentuais de crianças de 7 a 14 anos com acesso a este grau de instrução; no ensino médio, Macaé apresentou o maior percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que tiveram ou tem participação; mas para o ensino superior, Campos é que mais se destaca, seguido do município de Macaé. A maior renda per capita, tanto em 1991 quanto em 2000, foi para Macaé entre os municípios do norte fluminense.

O crescimento populacional em Macaé é bastante superior ao crescimento em Campos, justamente porque os maiores impactos em termos demográficos se deram neste município, atraindo um número significativo de migrantes em direção à cidade, como visto anteriormente. De 1991 para 2000, enquanto Macaé cresceu a um ritmo de 3,07% ao ano, Campos apresentou taxa de crescimento populacional de 0,5%. O crescimento da população urbana foi considerável e Macaé também apresentou a maior taxa de urbanização entre os municípios da Região Norte Fluminense em 1991 e 2000. Para a renda per capita, Campos e Macaé apresentaram as maiores no Norte Fluminense em 2000, porém Macaé ainda estava na frente de Campos. Foi possível constatar também que em 2000, o PIB de Campos ainda era maior do que o de Macaé, entretanto, já em 2001, os valores estão bem próximos e, em 2002, o PIB de Macaé supera o de Campos.

Um grande destaque está no recebimento dos royalties do petróleo, neste item, Campos, é que se destaca, recebendo 43,4% do total de royalties distribuídos entre os municípios do norte fluminense no ano de 2000, entretanto, este percentual é menor do que o peso populacional deste município na região. Em segundo lugar, destaca-se Macaé, que recebeu desse total de royalties mais de 30%, bem maior do que o percentual da população, que foi de 19% da população da Região Norte Fluminense, isso porque a posição geográfica é que influencia na distribuição dos royalties e não a distribuição da população.

Sendo assim, diante das mudanças mais evidentes em Macaé, e sendo Campos também uma das maiores cidades da região, este estudo buscou apreender o contexto da atividade econômica e do mercado de trabalho nestes municípios, analisando a participação de homens e mulheres no trabalho. Os municípios de Campos e Macaé devido às suas estruturas de atividade econômica diferenciadas – Campos com um setor de comércio e serviços mais intenso e Macaé, além disso, com uma forte dinâmica industrial impulsionada pela atividade petrolífera –apresentam algumas semelhanças na inserção de homens e mulheres que independem do lugar, mas algumas diferenças também podem ser apreendidas. A população ocupada em Macaé se destaca na indústria extrativa e também em comércio e construção; em Campos, o destaque para estes dois últimos é maior, sendo também no setor de educação. Os diferenciais femininos e masculinos no que se refere à participação nos setores da atividade econômica estão mais relacionados com a própria dinâmica da atividade econômica nos dois municípios. O percentual de ocupados em serviços domésticos é elevado, certamente devido à presença feminina nesta atividade nos dois municípios.

Quando analisamos a participação de homens e mulheres no trabalho, suas possibilidades e condições de inserção, podemos notar a desigualdade. Entretanto, as

desigualdades de gênero quanto à inserção no trabalho são aspectos que têm apresentado superação histórica e significativa.

Considerando os dois municípios, a proporção de pessoas ocupadas em Macaé é superior a de Campos para ambos os sexos, mas quanto à inserção no mundo do trabalho por idade para a população residente, as maiores chances de estar trabalhando ocorre na fase adulta para ambos os municípios. Quanto aos diferenciais entre a PIA, a PEA e a população ocupada, estas são mais distantes na fase jovem, e se aproximam na fase adulta. Sendo a diferença entre a PEA e a população ocupada essencialmente à procura por trabalho, foi possível notar que esta busca é maior em Campos. Para as mulheres estas diferenças são bem maiores do que para os homens, a procura por trabalho também é sensivelmente maior entre elas, deixando claro que a menor participação das mulheres no mercado de trabalho não é por escolha individual, mas sim pela estrutura do mercado de trabalho.

Seguindo a tendência indicada por Beltrão e Alves (2004), em Campos e Macaé também foi possível constatar que, as mulheres eram mais escolarizadas do que os homens, analisando a população já ocupada; e em Macaé, a partir de 8 anos de estudo esse percentual era maior para elas. Como Sabóia (1995) apontou, houve uma entrada expressiva de mulheres adultas com elevado nível de escolaridade no mercado de trabalho. Mas quando analisamos a taxa de ocupação, ou seja, considerando toda a população naquele nível de instrução e o percentual dela que está ocupada, vemos que mesmo sendo mais escolarizadas, a inserção dos homens é superior a das mulheres.

A inserção na família também pode revelar diferenciais na taxa de atividade dos indivíduos. A taxa de atividade do responsável pelo domicílio é maior em Macaé para homens e mulheres, mas a diferença percentual entre as mulheres é maior que para os homens.

Interessante destacar a elevada quantidade de pessoas sem parentesco em Macaé, provavelmente devido à migração para a cidade, que acarreta também tipos de moradia e domicílio diferenciados. A taxa de atividade das mulheres sem parentesco em Macaé é bastante alta, bem próxima a dos homens; nos dois municípios, esta taxa é maior até do que a taxa das responsáveis pelo domicílio. Essa elevada taxa de atividade das mulheres sem parentesco deve estar relacionada com a alta participação feminina nos serviços domésticos, pois muitas vivem na residência onde trabalham e entram nesta categoria ao relacionar a posição dessas pessoas na família. Considerando o fato da presença de filhos para as mulheres, aquelas sem filhos apresentam taxa de atividade maior que aquelas que tiveram pelo menos 1 filho nos dois municípios. Mas em Campos, segundo as faixas de idade, as mulheres de 15 a 19 anos com filho apresentam taxa de atividade um pouco maior do que àquelas sem filhos, isso pode representar que a necessidade de criar os filhos levam-nas à busca pelo trabalho.

A população empregada com carteira assinada em Macaé apresenta um alto percentual. Apesar da informalidade também estar crescendo, característica essa de toda mudança no mundo do trabalho que vem ocorrendo no país como um todo e, de certa forma, também em Macaé, o município apresenta um crescimento bastante elevado do número de empregos formais, devido ao desenvolvimento do sub-setor de extrativismo mineral, relacionado à indústria petrolífera. Além disso, vimos que as mulheres em Macaé revelam estar em situação de formalidade melhor do que os próprios homens no município de Campos.

A nova dinâmica econômica do norte fluminense acarretou também novos padrões migratórios, onde Macaé se torna o principal município a atrair pessoas, especialmente em busca de trabalho. Neste município, a maior parte da população que trabalha ou estuda, mas não reside, é composta por homens na fase adulta, já em Campos, há um percentual maior de

mulheres do que em Macaé, atraindo mais os jovens. Concluímos que o deslocamento em busca de estudo é maior em Campos, enquanto em Macaé, a busca por emprego é mais significativa. Diante do elevado número de pessoas que moram em Campos e trabalham em Macaé, percebemos que ao analisar o mercado de trabalho da população residente em Campos, boa parte dessa população, na verdade, fazia parte do mercado de trabalho de Macaé, e não de Campos. Sendo assim quando consideramos a população que reside e trabalha no município, foi possível notar com mais clareza as diferenças por atividade econômica. Em Campos e Macaé, os serviços domésticos, as atividades de construção e educação abarcam significativa parcela da mão-de-obra, porém em Campos destacam-se também, além dessas atividades, outras relacionadas ao comércio, ao cultivo da cana-de-açúcar e fabricação de produtos cerâmicos. Já em Macaé, o destaque especial para a população que reside e trabalha no município está para a extração de petróleo e gás natural.

Quanto ao rendimento, para os residentes, na média geral, o rendimento por hora trabalhada da mulher em Macaé (R\$ 3,95) é melhor que o rendimento do homem em Campos (R\$ 3,27), entretanto, a desigualdade de gênero é menor em Campos (12,2%) e maior em Macaé (21,0%). Para os não-residentes, considerando o total, o rendimento da mulher em Macaé (R\$ 5,33 por hora trabalhada) é pouco menor do que o rendimento do homem em Campos (R\$ 5,51), porém a desigualdade de gênero é maior em ambas as cidades para estes, sendo 26,0% em Campos e 20,0% em Macaé.

Como também têm indicado os estudos sobre diferenças salariais entre homens e mulheres – como o de Machado, Oliveira e Wajnman (2005) – no geral, os homens apresentam média de rendimento bem mais elevada do que as mulheres, mesmo em jornadas de trabalho, anos de estudo e gerações semelhantes.

Mesmo diante das conquistas femininas já mencionadas, elas continuam com papéis essenciais na família e desfrutam de condições de trabalho muito aquém das condições masculinas. Portanto, como mostrou Bruschini (2000), a mão-de-obra feminina é caracterizada por conquistas e permanências. Como conquistas podemos citar as mudanças nos padrões demográficos e culturais e o maior acesso à educação que contribuiu também para aumentar a participação da mulher no trabalho. Como permanências, é possível destacar a concentração feminina em determinados setores da economia, os menores salários, o desempenho de papéis domésticos e familiares e as condições precárias de trabalho, características essas também encontradas nos municípios estudados, sendo mais visíveis em Campos do que em Macaé.

A hipótese dos diferenciais de inserção no trabalho entre homens e mulheres em Campos e Macaé, é confirmada em parte, afinal a urbanização e a industrialização geram uma maior demanda por mão-de-obra, onde as mulheres em especial conseguem maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho, como foi possível constatar em Macaé, de forma mais abrangente do que em Campos dos Goytacazes. Entretanto, essa inserção ainda ocorre para setores direcionados mais especificamente para elas do que para eles, pois as mulheres sobressaem nos serviços domésticos.

Devemos ter em mente que o processo de crescimento econômico vivido pela Região Norte Fluminense, e mais intensamente por Macaé, deve gerar condições para a contínua inserção de homens e mulheres, não apenas em termos quantitativos, mas que essa inserção deverá representar também uma forma de maior equidade entre homens e mulheres no que se refere à participação no mercado de trabalho.

Importante ressaltar que os dados sugerem que o desenvolvimento sócio-econômico, nos municípios estudados, melhora os rendimentos absolutos da mulher, porém, ao mesmo

tempo, aumentam o grau de desigualdade dos rendimentos entre os gêneros. Um ponto favorável é que a desigualdade de rendimento entre os homens e as mulheres das gerações mais jovens é sistematicamente menor do que para as gerações mais velhas, tanto em Campos quanto em Macaé. A expectativa é que estas gerações mais jovens possam manter suas conquistas e reduzir o *gap* de rendimentos ainda mais no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP. Disponível em: <http://www.anp.org.br> - Acesso em julho de 2005.

ALVES, José Eustáquio Diniz. “Bônus Demográfico”. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonusdemografico.pdf> - Acesso em setembro de 2005.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2003. Disponível em: <http://www.undp.org.br> - Acesso em junho de 2005.

BANCO MUNDIAL. “A Questão de Gênero no Brasil”. Departamento de Política Econômica e Redução da Pobreza, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de et al. “Inserção no Mercado de Trabalho: Diferenças por Sexo e Conseqüências sobre o Bem-Estar”. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2002 (Texto para Discussão, 796).

BELTRÃO, K. I. & ALVES, J. E. D. “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. “Dinâmica Populacional Brasileira na Virada do Século XX”. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1034).

BERCOVICH, Alicia. Onda Jovem, Mercado de Trabalho e Violência: Um Enfoque Demográfico. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao IFCH/Unicamp, 2004.

BERQUÓ, Elza & CAVENAGHI, Suzana. “Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BIRDSALL, Nancy & SINDING, Steven W. “How and Why Population Matters: New Findings, New Issues”. In: BIRDSALL, N.; KELLEY, A. C.; SINDING, S. W. Population Matters. Oxford University Press.

BRUSCHINI, Cristina. “Gênero e Trabalho no Brasil: Novas Conquistas ou Persistência da Discriminação?” (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000.

BONGAARTS, John. “Dependency Burdens in the Developing World”. In: BIRDSALL, N.; KELLEY, A. C.; SINDING, S. W. Population Matters. Oxford University Press.

CAMARANO, A. A. & PASINATO, M. T. “O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas”. In: CAMARANO, A. A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARVALHO, J. A. M., SAWYER, D. O., RODRIGUES, R. N. Introdução a Alguns Conceitos Básicos e Medidas em Demografia. Belo Horizonte: ABEP, Fundação João Pinheiro, 1998.

CASTRO, Mary G. & LAVINAS, Lena. “Do feminino ao gênero: a construção de um objeto”. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

CEPEMAR. Estudo de Impacto Ambiental - EIA. Atividade de Produção de Óleo e Gás no Campo Marlim Sul. Bacia de Campos. Vol. I/I. Mar./2000.

CRESPO, Nelson. “E Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo”. In: PIQUET, Rosélia (org.) Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond.

DEDECCA, C. S., ROSANDISKI, E. N., CARVALHO, M. S., BARBIERI, C. V. “O Censo Demográfico 2000 e a mensuração das formas de trabalho”. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG, set. 2004.

DEGRAFF, Deborah S. & ANKER, Richard. “Gênero, Mercado de Trabalho e o Trabalho das Mulheres”. In: PINNELLI, Antonella (org.) Gênero nos Estudos de População. Demographicas. Vol. 2. Campinas – SP: ABEP, setembro de 2004.

ERVATTI, Leila Regina. “Dinâmica Migratória no Estado do Rio de Janeiro na Década de 90: Uma Análise Mesorregional”. Dissertação de Mestrado. IBGE/ENCE, 2003.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/apres.html> - *Acesso em setembro de 2005*.

GUEDES, Moema de Castro. “As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho Brasil: 1970-2000”. Dissertação de Mestrado. IBGE/ENCE, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cadastro Central de Empresas – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> - *Acesso em outubro de 2005*.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Documentação dos Microdados da Amostra, Novembro de 2002.

LAVINAS, Lena. “Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos”. CEPAL – Série Políticas sociais, 2000.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Lei Nº 10,471 de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm - Acesso em janeiro de 2006.

MACHADO, Ana Flávia & ANDRADE, Mônica Viegas. “Setor informal: Porta de entrada para o migrante?”. IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Anais, ABET, Vol. II, 1995, p. 627-642.

MACHADO, Ana Flávia, OLIVEIRA, Ana Maria H. C., WAJNMAN, Simone. “Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Coletâneas Gelre – Série Estudos do Trabalho, agosto de 2005.

MADEIRA, Felícia R. & SINGER, Paul I. “Estrutura do Emprego e do Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970”. Caderno 13. São Paulo: CEBRAP, 1973.

MAGNAGO, Angélica Alves. “A divisão regional brasileira – uma revisão bibliográfica”. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 57, n.4, 1995.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MARTINE, G. (coord.); CARVALHO, J. A. M.; ARIAS, A. R. “Mudanças Recentes no Padrão Demográfico Brasileiro e as Implicações para a Agenda Social”. IPEA: Texto Para Discussão Nº 345, julho de 1994.

MELO, Hildete Pereira de. “O Trabalho Industrial Feminino”. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2000 (Texto para Discussão, 764).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Disponível em:
http://www.pgt.mpt.gov.br/trab_inf/mpt/index.html - Acesso em janeiro de 2006.

MONIÉ, Frédéric. “Petróleo, Industrialização e Organização do Espaço Regional”. In: PIQUET, Rosélia (org.). Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NATAL, Jorge L. A. & OLIVEIRA, A. Mercado de Trabalho e dinâmica espacial: uma análise à luz da positiva e recente inflexão econômica do Estado do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional da ANPUR, X, Belo Horizonte, 2003.

NEVES, Magda de Almeida. “Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero”. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000.

Observatório Sócio-Econômico da Região Norte Fluminense. “A Evolução do emprego Formal na Região Norte Fluminense: Uma Análise do período de 1997-2004”. Boletim Técnico N° 12, jul. 2004.

PASSOS, Rita & SIMÕES, André. (2004). “Movimentos Populacionais & Petróleo: uma análise sócio-econômica das regiões das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense”. Boletim Petróleo, Royalties e Região – UCAM. Campos dos Goytacazes/RJ – Ano I, nº 3.

PATARRA, Neide Lopes. Projeções Demográficas, Velhos Desafios, Novas Necessidades. 1997.

PIQUET, Rosélia. (2003). “Da cana ao petróleo: um região em mudança” In: PIQUET, Rosélia (org.) Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond.

PONTES, Carla de Almeida. “Mudanças recentes no trabalho: Um estudo sobre trabalho e emprego em Macaé/RJ pós indústria petrolífera”. Monografia de Graduação. Campos dos Goytacazes, UENF.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. “Questões emergentes na demografia brasileira”. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, dez. 2005 (Texto para Discussão, 276).

SABOIA, João. “Mercado de Trabalho no Brasil – Evolução e Tendências Recentes”. IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Anais, ABET, Vol. III, 1995, p. 1123-1147.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila do Texto Originl “Gender: Useful Category of Historical Analye. Gender and the Politic of History. New York. Columbi University Press, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)